

PROGRAD

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



UNESPAR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
LETRAS PORTUGUÊS E ESPANHOL
CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA**

UNIÃO DA VITÓRIA – 2022

UNESPAR - Reitoria | Rua Pernambuco, 858 | Centro | Paranavaí- Paraná | CEP 87701000 | Telefone (44) 3423-8944

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	3
1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS	3
2 DIMENSÃO HISTÓRICA	4
3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	5
3.1 LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO	5
3.2 JUSTIFICATIVA	8
4 CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS	14
4.1 CONCEPÇÃO E FINALIDADES	17
4.1.1 <i>Concepção de língua e ensino de língua portuguesa/ linguística</i>	17
4.1.2 <i>Ensino de língua espanhola</i>	19
4.1.3 <i>Concepção e ensino de Literatura</i>	22
4.2 OBJETIVOS	24
5 METODOLOGIA E AVALIAÇÃO	26
5.1 METODOLOGIA	26
5.2 AVALIAÇÃO	30
5.2.1 <i>Critérios de avaliação do processo ensino-aprendizagem</i>	32
6 PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL	36
7 ESTRUTURA CURRICULAR	38
7.1 CURRÍCULO PLENO	38
7.2 MATRIZ CURRICULAR	41
7.2.1 <i>Primeira série</i>	42
7.2.2 <i>Segunda série</i>	43
7.2.3 <i>Terceira série</i>	44
7.2.4 <i>Quarta série</i>	45
7.2.5 <i>Resumo da oferta</i>	46
8 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	47
8.1 DISCIPLINAS	47
8.1.1 <i>Disciplinas do Grupo I</i>	48
Educação inclusiva e direitos humanos	48
Psicologia da Educação	49
Políticas Educacionais	50
Ciência, tecnologia, sociedade e ambiente	51
LIBRAS	52
Fundamentos do ensino de línguas I	53
Fundamentos do ensino de línguas II	55
Fundamentos do ensino de línguas III	57
Metodologia do ensino de língua portuguesa	59
Metodologia do ensino de língua espanhola	61
Metodologia do ensino de literatura	62
Textos acadêmicos, pesquisa e ensino	63
Fundamentos da extensão	64
8.1.2 <i>Disciplinas do Grupo II</i>	65
Língua Espanhola I	65
Língua Espanhola II	66
Língua Espanhola III	67
Sintaxe	68
Morfologia	69
Linguística I	70
Linguística II	72
Linguística III	73
Linguística IV	74
Linguística V	76

Teoria da Literatura	77
Literatura Brasileira I.....	78
Literatura Brasileira II.....	79
Literaturas em Língua Espanhola.....	80
Literaturas em Língua Portuguesa	81
Literaturas Afro-brasileira e Ameríndia	82
Projetos de extensão em Letras I	84
Projetos de extensão em Letras II	85
Projetos de extensão em Letras III	86
8.2 PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PPED)	87
8.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO	88
8.4 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO	89
8.5 INTERNACIONALIZAÇÃO.....	91
8.6 PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR.....	93
8.7 QUADRO DE EQUIVALÊNCIA EM RELAÇÃO A MATRIZ CURRICULAR EM VIGOR	94
8.8 RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PPC	95
8.8.1 Recursos físicos, bibliográficos e de laboratórios	96
8.8.2 Recursos materiais para administração do curso	96
9 QUADROS DE SERVIDORES	98
9.1 COORDENAÇÃO DE CURSO	98
9.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) – PROFESSORES EFETIVOS	99
9.3 CORPO DOCENTE.....	100
REFERÊNCIAS.....	101
ANEXO A – REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO	104
ANEXO B – REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO	112
ANEXO C – REGULAMENTO DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO.....	116
ANEXO D – COMPETÊNCIAS DOCENTES GERAIS E ESPECÍFICAS (RESOLUÇÃO MEC/CNE/CP N.º. 02/2019).....	119

1 INTRODUÇÃO

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) foi elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Letras Português e Espanhol do *campus* de União da Vitória.

Após estudos, pesquisas e discussões que ocorreram entre 2020 e 2022 no âmbito do NDE – e, em alguns momentos, com a participação de todo o Colegiado do curso –, propomos, neste documento, a reestruturação do curso, em virtude da submissão ao processo de renovação, bem como considerando a publicação das Resoluções MEC/CNE/CP nº. 02/2019 (BNC-Formação) e nº. 07/2018 (Curricularização da Extensão).

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

ITEM	DESCRIÇÃO
Curso	Letras Português e Espanhol
Ano de implantação deste PPC	2023
Campus	União da Vitória
Centro de Área	Ciências Humanas e Educação
Carga Horária	3.280 horas
Habilitação	Licenciatura
Regime de oferta	Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto)
Período de integralização	4 anos

1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS

TURNO DE FUNCIONAMENTO	QUANTIDADE DE VAGAS
Noturno	40

2 DIMENSÃO HISTÓRICA

O curso de Letras da então Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (FAFI) obteve autorização para o funcionamento da habilitação português e espanhol e respectivas literaturas por meio do decreto estadual nº. 2294, datado de 11 de julho de 2000. O curso ofertava cinquenta vagas anuais, nos turnos vespertino e noturno, e tinha funcionamento seriado anual.

Ao longo dos anos, mudanças foram implantadas no curso, como a redução para quarenta vagas anuais e funcionamento apenas no turno noturno, sempre autorizadas pareceres da Câmara de Ensino Superior (CES) do Conselho Estadual de Educação (CEE), conforme se observa abaixo:

- Parecer CEE/CES nº. 583/06, de 10 de novembro de 2006, referente à adequação da proposta pedagógica do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais.
- Parecer CEE/CES nº. 04/10, de 08 de fevereiro de 2010, referente à inclusão da disciplina de Libras na matriz curricular.
- Parecer CEE/CES nº. 99/10, de 10 de fevereiro de 2010, referente à renovação do reconhecimento do curso.
- Parecer CEE/CES nº. 56/19, de 15 de maio de 2019, referente à renovação do reconhecimento do curso.

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Neste item, elencam-se as legislações que dão suporte a este PPC, bem como são apontadas as razões pelas quais se propõe a reestruturação do curso.

3.1 LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

O curso de Letras Português e Espanhol, no âmbito dos referenciais legais, caracteriza-se como uma **licenciatura**, portanto este PPC está embasado na Resolução MEC/CNE/CP nº. 02/2019, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores da educação básica (BNC-Formação).

Além dessa Resolução, o curso segue as seguintes legislações:

- Lei federal nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996, nomeada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a qual estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mais especificamente o Capítulo IV, em que se regulamenta o ensino superior.
 - Lei federal nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.
 - Lei federal nº. 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
 - Lei federal nº. 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação.
- Lei federal nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
 - Resolução MEC/CNE/CP nº. 2/2012, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

- Lei Estadual nº. 17.505/2013, de 11 de janeiro de 2013, que institui a política estadual de educação ambiental e o sistema de educação ambiental e adota outras providências.
- Deliberação do CEE/PR nº. 04/2013, de 22 de novembro de 2013, que institui normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
- Parecer CNE/CES nº. 492/2001, de 03 de abril de 2001, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.
 - Resolução do CNE/CES nº. 18/2002, de 13 de março de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Letras.
 - Ofício nº. 170/2018/SE/CNE/CNE-MEC, de 12 de abril de 2018, que é uma resposta ao Ofício nº 202/2017-CEE-PR/ATA, referente ao Ofício PROGRADES nº. 3/2017 – Fórum Permanente de Pró-Reitores de Graduação das Instituições Estaduais Públicas de Ensino Superior do Paraná. Consulta sobre dupla habilitação em cursos de Letras.
 - Parecer CEE/CES nº. 31/18, de 17 de maio de 2018, o qual orienta as Instituições de Educação Superior do Sistema Estadual de Ensino do Paraná quanto à organização curricular dos cursos de Letras. Observância das Resoluções CNE/CP nº 01/11 e nº 02/15. Parecer orientador.
- Resolução MEC/CNE/CP no. 1, de 18 de março de 2011, a qual estabelece diretrizes para a obtenção de uma nova habilitação pelos portadores de Diploma de Licenciatura em Letras.
- Lei federal nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.
 - Decreto federal nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Lei federal nº. 10.861/2004, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

- Resolução MEC/CNE/CP nº. 17/2004, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Deliberação CEE/PR nº. 04/2006, de 2 de agosto de 2006, que dispõe Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Resolução MEC/CNE/CP nº. 01/2011, de 18 de março de 2011, que estabelece diretrizes para a obtenção de uma nova habilitação pelos portadores de Diploma de Licenciatura em Letras.
- Parecer CEE/CES nº. 23/11, de 07 de abril de 2011, que trata da oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.
- Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE.
- Deliberação do CEE/PR nº. 2/2015, de 13 de abril de 2015, que dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
- Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- Deliberação CEE/CES nº. 02/2016, que dispõe sobre as normas para a modalidade educação especial no sistema estadual de ensino do Paraná.
 - RESOLUÇÃO nº. 007/2016 – COU/ UNESPAR (Alterada pelo Resolução nº 005/2018 – COU/UNESPAR), de 06 de setembro de 2016, que dispõe sobre a criação do Centro de Acesso, Inclusão e Permanência da Diversidade Humana no Ensino Superior (CEDH) da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR e aprovação do seu Regimento Interno.
- Portaria no. 1.134, de 10 de outubro de 2016, que revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece, em seu Art. 1º que *as instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância. § 1º As disciplinas referidas no caput poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente,*

desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

- Resolução nº. 001/2018 – COU/ UNESPAR, 07 de maio de 2018, que estabelece a Política Institucional de Internacionalização da Universidade Estadual do Paraná.
- Resolução nº. 014/2018 – COU/ UNESPAR, de 19 de dezembro de 2018, que autoriza a matrícula especial de estudantes em disciplinas isoladas nos cursos de Graduação.
- Resolução nº. 046/2018 – CEPE/UNESPAR, que regulamenta os estágios obrigatórios.
- Resolução nº. 038/2020 – CEPE/ UNESPAR, que aprova o Regulamento da Curricularização da Extensão na Universidade Estadual do Paraná.
- UNESPAR – Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI - 2018-2022).
- UNESPAR – Projeto Pedagógico Institucional (PPI - 2012).
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – a Resolução MEC/CNE/CP no. 02/2019 adotando como referência a implantação da BNCC, afirma, no Art. 2º que “a formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica [...]” (BRASIL, 2019, p.2). Assim, a BNCC aparece aqui como um dos documentos norteadores da elaboração das ementas das disciplinas do curso, visto que os graduandos, quando formados, deverão trabalhar com seus alunos da educação básica conteúdos, competências e habilidades indicadas nessa base.

3.2 JUSTIFICATIVA

A reestruturação proposta aqui para o curso de Letras Português e Espanhol se justifica pelas seguintes razões:

- i. atendimento às adequações indicadas no último parecer de renovação do curso (Parecer CEE/CES nº. 56/19 – 15/05/2019);
- ii. adequação do curso à Resolução MEC/CNE/CP nº. 02/2019, conforme Instrução Normativa PROGRAD/ UNESPAR nº. 01/2022, e implantação da curricularização da extensão, conforme Resolução CEPE/UNESPAR nº.

038/2020;

- iii. adequação do curso à nova realidade da educação básica, considerando os novos parâmetros definidos para esse nível de ensino pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), atendendo às necessidades formativas dos professores para atuarem nessa nova configuração da educação básica.

Na última renovação do curso (Parecer CEE/CES nº. 56/19 – 15/05/2019), foi solicitado que fossem atendidas as seguintes legislações:

- a) Resolução CNE/CP nº 02/15, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, no que diz respeito aos cursos de Licenciatura.
- b) Deliberação nº 04/13-CEE/PR, que trata das Normas Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
- c) Deliberação nº 02/15-CEE/PR, que dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
- d) Deliberação nº 02/16-CEE/PR, que dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

Respectivamente, tais legislações são atendidas neste PPC da seguinte forma:

- a) A Resolução MEC/CNE/CP nº. 02/15 foi substituída pela Resolução MEC/CNE/CP nº. 02/2019, portanto é esta que seguimos e isso se evidencia no item 7 deste PPC quando apresentamos a estrutura curricular do curso.
- b) A educação ambiental entra como um dos itens da ementa da disciplina *Ciência, tecnologia, sociedade e ambiente*, que será ofertada na 2ª série/ 2º semestre.
- c) Os direitos humanos são um dos temas da disciplina *Educação inclusiva e direitos humanos*, que será ofertada na 1ª série/ 1º semestre.
- d) Existe, na Unespar, o Centro de Acesso, Inclusão e Permanência da Diversidade Humana no Ensino Superior (CEDH), o qual é vinculado à PROGRAD com atuação articulada junto à PROEC e PRPPG. Em cada campus há unidades (CEDH LOCAL), formadas por NÚCLEOS de ação especializada, a saber: . A missão do CEDH é “[...] desenvolver ações que promovam a Educação em Direitos Humanos em prol do acesso, inclusão e permanência da diversidade humana, em especial de grupos vulneráveis e/ou

socialmente excluídos como processo de inclusão educacional e social.” (UNESPAR, 2016, p. 2). Dentre os doze objetivos específicos do CEDH LOCAL elencados na Resolução nº. 007/2016 – COU/ UNESPAR – Regimento do CEDH – destacamos os seguintes:

- I. Fomentar o acesso de grupos vulneráveis ou socialmente excluídos ao conhecimento produzido no campus e promover a inclusão e permanência dos indivíduos pertencentes a esses grupos no âmbito do campus; [...]
- III. Identificar organizações e ações existentes no campus em prol do acesso, inclusão e permanência de grupos vulneráveis ou socialmente excluídos e promover sua articulação junto aos NÚCLEOS de ações específicas do CEDH local; [...]
- VI. Trabalhar de forma articulada com a Comissão de Vestibular, as Coordenações de Curso, os Centros de Área, a Direção do campus e com a PROGRAD, PROEC/ Diretoria de Assuntos Estudantis e PRPPG, a fim de articular as ações necessárias à garantia de acesso, inclusão e permanência de grupos vulneráveis e/ou socialmente excluídos no campus; [...]
- VIII. Sensibilizar permanentemente a comunidade acadêmica do campus e fomentar a troca de experiências intracampus e com a comunidade local para a discussão da temática da Educação em Direitos Humanos no Ensino Superior e as especificidades pertinentes a diferentes grupos vulneráveis e/ou socialmente excluídos;
- IX. Impulsionar o processo de produção de conhecimento e a realização de eventos e cursos facilitadores da reorganização e reformulação de práticas acadêmicas que favoreçam a acessibilidade da diversidade humana no campus;
- X. Incentivar a reflexão, o debate e a transversalidade de ações entre o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito do campus sobre acessibilidade educacional e social; [...] (UNESPAR, 2016, p. 4-5)

Para além das questões concernentes à necessidade de adequação do curso às legislações e novas diretrizes nacionais, essa reestruturação leva em conta tanto demandas quanto necessidades formativas regionais, reconfigurando, dessa forma, o papel e o compromisso de um curso de licenciatura que é, na sua primazia, o de formar profissionais com qualidade para o exercício da docência na educação básica.

Sabemos que uma crise das licenciaturas vem se intensificando no Brasil no último decênio, motivada por vários fatores, inclusive pela inconstância das políticas públicas voltadas para a valorização do magistério e a falta do incremento de condições mínimas e justas para o trabalho dos professores nas escolas. Trata-se de um reflexo de um processo histórico que, segundo Santos e Mororó (2019), esteve mediado pelas distorções de uma política centralizadora e das contradições sociais que emergem da produção da vida material. Para os pesquisadores, o contexto atual das licenciaturas tem seu marco regulatório nas políticas de reforma do Estado implementadas a partir dos anos 1990, caracterizada pela “expansão do ensino à

distância, a atuação de fundações privadas, as formas de vigilância e controle mercantis no interior das Instituições de Ensino Superior públicas, bem como, o atrelamento das atividades mantidas pelo Estado com o capital privado” (SANTOS; MORORÓ, 2019, p.15).

Nesse contexto, a graduação em Letras, com habilitação para o ensino de língua portuguesa, língua espanhola e respectivas literaturas, pensando em políticas alternativas, pode contribuir para a reversão deste quadro. Tendo um papel importante dentro da área de Ciências Humanas, o curso de Letras tem a possibilidade de investir seu trabalho na formação de um profissional capaz de se relacionar com a linguagem de forma eficiente em meio a variadas situações sociais. Um conhecimento da língua, dos discursos e de variadas linguagens, bem como o domínio sobre as práticas de ensino que envolvem tais esferas do saber e seus códigos específicos, permitem que o falante desenvolva a capacidade de compreender melhor conflitos e de se afirmar perante os mesmos, construindo dialética e dialogicamente, com seus futuros alunos e alunas, em suas aulas, um saber libertador.

Em relação à presença (ou melhor, à ausência) do Espanhol no currículo nacional, cumpre observar uma crise que se fortalece nas atuais políticas de ensino, como é o caso do lugar (ou melhor, da falta de lugar) da língua espanhola na atual BNCC, já que ela não inclui a diversidade de línguas, referindo-se apenas à língua inglesa como língua estrangeira a ser obrigatoriamente ofertada na educação básica. Com isso, o documento vai na contramão de leis anteriores que incluíram a oferta do ensino da língua espanhola nos currículos nacionais. Cumpre lembrar que em 2005 a oferta da disciplina se tornara, por meio da lei federal nº. 11.161, de 06 de agosto de 2005, obrigatória nos currículos brasileiros, mas essa oferta se torna opcional na lei federal no. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. É possível que o avanço do neoliberalismo e conseqüentemente a motivação de fatores políticos, muitas vezes contrários às relações internacionais estabelecidas pelo Mercosul, estejam no cerne da ausência do Espanhol na atual Base. Dessa maneira, questões políticas, mais do que aspectos educacionais e culturais, parecem demarcar a atual conjuntura.

É no interior de uma problemática envolvendo a citada crise das licenciaturas, a crise do ensino da língua espanhola no Brasil e o déficit no letramento dos alunos, apontados por índices nacionais e internacionais, que o curso de Letras Português e Espanhol apresenta essa reformulação, procurando adequar suas concepções à Resolução MEC/CNE/CP nº. 02/2019. E, considerando o que a própria resolução

estabelece, dialogamos com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), de modo a preparar os futuros professores para atuarem na educação básica de acordo com o que é esperado deles.

Toda essa preocupação está presente na formulação de um curso de licenciatura consciente da importância de ofertar duas habilitações, a de Português e a de Espanhol, em uma região formada por cidades cuja economia está fundamentada predominantemente no cultivo agrícola. Quase a totalidade de profissionais que atuam nas escolas da região, na área de Língua Portuguesa, foram/ são formados pelo campus de União da Vitória. A Universidade, assim, tem um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social da região. E o curso de Letras tem um papel importante nesse contexto, sendo uma das áreas fundamentais no quadro das disciplinas escolares.

Além disso, diante da Resolução nº. 038/2020 – CEPE/ UNESPAR (curricularização da extensão), a presente proposta de nosso curso entende que uma efetiva curricularização da Extensão não apenas aproxima a Universidade da comunidade, mas também movimenta os cursos de licenciatura voltados para a promoção de uma sólida formação atenta à necessidade de uma equanimidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, abrindo possibilidades de se pensar na oxigenação das licenciaturas e no combate à evasão por meio de projetos e trabalhos variados adequados à grade curricular.

Espera-se também que o aproveitamento das orientações oriundas da BNC-Formação (Resolução MEC/CNE/CP nº. 02/2019) possa elevar a qualidade do curso e conseqüentemente desdobrar-se positivamente na formação dos alunos da Educação Básica. Cumpre lembrar que a Base Curricular em questão visa a atender as demandas dos estudantes do século XXI, preparando-os para serem atuantes na sociedade, com capacidade de letramento, e inserindo-se com dinamismo no mundo do trabalho.

O curso, procurando atender às orientações da BNC-Formação, trabalha para o desenvolvimento de habilidades relativas aos usos da língua, ao aprofundamento da análise das linguagens e seus funcionamentos, ao trabalho com uma perspectiva crítica da leitura, escuta e produção de textos verbais e multissemióticos, fomentando o aprimoramento de um olhar ético, estético e político que está no cerne da produção e recepção dos discursos.

O curso trabalha também para o conhecimento das literaturas brasileira, de

língua portuguesa e de língua espanhola, atentas à pluralidade étnico-racial, entendendo, com a BNCC, que a cultura literária enriquece o processo de letramento. Além disso, mediante arranjos especiais das palavras,

ela cria um universo que nos permite aumentar nossa capacidade de ver e sentir. Nesse sentido, a literatura possibilita uma ampliação da nossa visão do mundo, ajuda-nos não só a ver mais, mas a colocar em questão muito do que estamos vendo e vivenciando. (BRASIL, 2018, p. 499)

É fundamental que estas habilidades sejam estimuladas nos acadêmicos – que vêm de uma realidade escolar repleta de dificuldades no processo de formação – para que possam, por sua vez, desenvolver tais habilidades não apenas com vistas à vida social, mas também em seus futuros ambientes de trabalho escolar, atuando como educadores.

4 CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

Independentemente das críticas que estão sendo feitas à Resolução MEC/CNE/CP nº. 02/2019, há nela, assim como havia na Resolução MEC/CNE/CP nº. 02/2015, uma preocupação com a necessária aproximação entre ensino superior e educação básica, visto que o objetivo das licenciaturas é formar professores para atuarem nesse nível de ensino.

Pelo menos na área de Letras/ Linguística essa preocupação não é nova: no final dos anos 1980, dois importantes pesquisadores da área (FIORIN, 1987; LAJOLO, 1988) já chamavam atenção para o distanciamento entre o que se ensinava nos cursos de Letras em relação ao que era esperado que fosse ensinado nas aulas de língua e de literatura no 1º e no 2º grau (hoje, ensinos fundamental e médio), assim como ambos os autores apontaram a necessidade de se abordar mais efetivamente o ensino. Fiorin (1987, p. 8) defende:

É urgente redefinir o significado das chamadas disciplinas pedagógicas no currículo. Não podem elas continuar a ser um apêndice do curso, mas devem integrar-se a ele. Uma disciplina que aborde conteúdos que têm uma implicação direta no trabalho docente são disciplinas pedagógicas. Assim, o estudo da variação lingüística e da maneira de abordá-la, das características das modalidades oral e escrita da linguagem, das bases lingüísticas dos métodos de alfabetização, etc. pode fazer parte daquilo que entendemos por componente pedagógico do currículo. Além disso, esse componente compreende uma análise da educação brasileira, prática de ensino, etc. O que não se pode admitir é que o currículo contenha disciplinas que não se integrem, de forma orgânica, numa proposta de formação do professor.

Da mesma forma, Lajolo (1988; 1998), em ensaios cuja temática é refletir sobre o currículo do curso de Letras e, mais especificamente, sobre o lugar da literatura nesse curso, também defende não só a necessidade de que a licenciatura dialogue com a educação básica, como também reflita sobre a formação pedagógica do professor sem considerá-la como menos importante do que os conteúdos específicos da formação em Letras. Na avaliação da autora,

Talvez os cursos de Letras só (re)encontrem sua articulação com o mundo contemporâneo através de alterações radicais de seus objetivos e do perfil de seus egressos, o que terá implicação profunda em seus currículos, que precisam partir de uma concepção ampla e complexa da inserção (possível e desejável) da linguagem e das diferentes linguagens no mundo contemporâneo, mundo este definido por Baurillard como mundo do espetáculo. Nesse mundo também concebido como *mundo do simulacro a*

linguagem, como é óbvio, ocupa papel central, se é que um espetáculo não é, por si só, uma linguagem. (LAJOLO, 1998, p. 101 – destaques da autora)

Mais de trinta anos depois, ainda se discute o lugar das disciplinas pedagógicas no currículo não só do curso de Letras, mas das licenciaturas de modo geral. O papel dos professores que atuam nas licenciaturas é – ou deveria ser – o de ensinar a ensinar, formando professores que possam atuar na educação básica, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a melhora da sociedade. Para isso, é necessário que o curso de graduação ofereça uma formação que vise ao domínio de conhecimentos curriculares, disciplinares e pedagógicos.

No entanto, como antes já apontaram Fiorin (1987), Lajolo (1988, 1998) e, atualmente, ainda apontam diferentes pesquisas, como as de Santos (2008) e Araújo, Fortunato e Castro (2020), a formação para a docência continua sendo concebida e realizada, muitas vezes, como atividade secundária, complementar. Diante disso, quando atentamos ao fato de que a Resolução 02/2019 estabelece uma carga horária mínima obrigatória aos componentes pedagógicos (Grupo I), entendemos que essa Resolução vai ao encontro do que as pesquisas têm apontado: é necessário repensar o papel das disciplinas pedagógicas nos cursos de licenciatura.

Em um estudo que correlaciona o que a universidade propõe e os objetivos de alunos do curso de Letras, Santos (2008) conclui que as divergências evidenciadas entre os propósitos da universidade e os propósitos dos alunos derivam

de uma série de fatores como a fragmentação da grade curricular; a visão de ensino de línguas centrada na transmissão de conhecimentos abstratos e segmentados; a ausência de práticas pedagógicas articuladas entre os professores; as imposições de propostas curriculares desvinculadas das perspectivas dos alunos, como também a existência de um sistema de avaliação que visa exclusivamente à memorização de conteúdos. (SANTOS, 2008, p.31)

Os resultados da autora também apontam que as diretrizes praticadas na universidade se distanciam de uma visão plural de ensino, de língua/ linguagem, de cultura, enfim não envolvem uma perspectiva heterogênea, o que leva os graduados, quando atuam como professores, a perpetuar essas práticas distantes da pluralidade, intersubjetividade, heterogeneidade características da língua/ linguagem. Santos (2008) identifica que as diretrizes norteadoras dos cursos de Letras ainda têm uma visão de língua/ linguagem como expressão de pensamento, distanciando-se de

concepções mais recentes, fruto dos avanços dos estudos linguísticos. Além disso, as diretrizes são engessadas em competências e habilidades que enfatizam as características individuais dos alunos de maneira subjetivista e cognitivista, de modo que, segundo a autora, as dificuldades da formação dos alunos não se resolvem com propostas desvinculadas da realidade de cada curso.

A transformação dessa realidade vai além de professores e alunos, envolvendo também instituições de ensino, o meio acadêmico como um todo e diferentes instâncias sociais. Mas isso não quer dizer que professor e aluno não possam buscar maneiras de modificar o cotidiano da sala de aula, superando certas barreiras e transformando essa realidade (SANTOS, 2008). Ainda que o contexto sócio-político represente um momento de incertezas para os que insistem no desafio de se tornarem professores, é preciso reafirmar a posição dos cursos de licenciatura como transformadores do pensar e agir, desvinculando a docência do senso comum de transmissão do conhecimento, afinal,

Para que os licenciandos se concentrem na docência como seu campo de formação e futuro contexto de atuação profissional, é necessário estabelecer condições para que se desenvolva um percurso formativo envolvendo pesquisa, engajamento, descoberta, construção e reconstrução do sentido e dos desafios de ser professor. Assim, no contexto das licenciaturas, faz-se necessário assegurar as condições indispensáveis para que os estudantes possam se aproximar da docência como contexto de formação e futuro campo de atuação profissional, ou, quem sabe, reconciliar-se com a formação e a profissão docente, reduzindo ou até mesmo evitando em maior expressividade, com isso, os índices de evasão e/ou baixa adesão à docência.

É nesse sentido que sublinhamos a importância de os estudantes conhecerem professores formadores que, apesar de seus limites e desafios da profissão, vivem a docência como um projeto de vida, e, assim, buscam mobilizar e encorajar os estudantes a encontrar no magistério um sentido existencial, político e ético de comprometer-se com a existência humana. (ARAÚJO, FORTUNATO, CASTRO, 2020, p. 515-516)

Assim, nós, do colegiado de Letras Português e Espanhol, conscientes dessa necessidade de mudança, assumimos o papel de agentes transformadores, trazendo, nesta reformulação do curso, concepções de língua/ linguagem que dialogam com os anseios da sociedade atual, especialmente no que se relaciona a uma prática pedagógica que não seja inerte e passiva, mas que leve à reflexão e à busca por melhores formas de levar os alunos da educação básica a uma formação cidadã.

Concluimos esta introdução destacando que a reformulação proposta neste PPC não é mero cumprimento de (ou adaptação a) legislações, mas, de fato, uma

reestruturação das concepções que embasam o curso, visando a uma formação de professores de línguas e de literaturas que estejam aptos a atuar na educação básica de uma forma crítica e consciente. Assim, a seguir, apresentamos as bases teóricas que sustentam as concepções de língua/ linguagem e do ensino das línguas portuguesa e espanhola e de suas respectivas literaturas. Por fim, elencamos os objetivos propostos para a formação no curso de Letras Português e Espanhol.

4.1 CONCEPÇÃO E FINALIDADES

Para melhor compreensão, subdividimos este item em três tópicos: 4.1.1 Concepção de língua e ensino de língua portuguesa/ linguística; 4.1.2 Ensino de língua espanhola; 4.1.3 Concepção e ensino de Literatura.

4.1.1 Concepção de língua e ensino de língua portuguesa/ linguística

O modo como o professor compreende e interpreta a sua realidade – por exemplo, o que ele pensa sobre educação e sociedade, saberes da profissão docente, relação professor/aluno, dentre vários outros aspectos – é determinante para o trabalho que ele desenvolverá em sala de aula. Essa mesma relação é vista diante de processos de Ensino de Língua Portuguesa, uma vez que o ensino de língua materna dependerá da forma como o professor concebe e trabalha a linguagem (e, conseqüentemente, a língua).

Afastando-se de concepções maniqueístas acerca da língua e da linguagem, assumem-se, neste PPC, duas concepções de língua/ linguagem. A primeira é uma concepção sociofuncional acerca da linguagem e da língua, a partir da qual se concebe a linguagem como um conjunto de processos mentais de interação social (HOPPER; TRAUGOTT, 1993; GIVÓN, 1995). Em outras palavras, parte-se de uma visão científica e reflexiva de linguagem, de modo que a língua é pensada a partir da prática social, da dinamicidade e da diversidade, portanto de seu uso real.

Nessa visão, o indivíduo, ao usar a língua, não somente exterioriza um pensamento ou transmite uma mensagem, mas, sim, pratica uma ação, interage com

o seu interlocutor, com objetivos específicos, por meio da fala ou da escrita, o que confere às formas linguísticas um caráter dinâmico. Devido a isso, a língua varia e pode mudar, por isso é analisada a partir de suas sistematicidades (cf. LABOV, 1972, 1994, 2001), em relação ao seu funcionamento social, interacional, cognitivo e histórico e, nesse sentido, o trabalho com o texto, inserido em seu contexto real de produção e recepção, é priorizado, levando-se em conta os propósitos comunicativos. Ao estudioso da linguagem, cabe poder refletir sobre a língua a partir de indagações contínuas, alicerçadas na ciência e na percepção de que ela – a língua – vive em constante elaboração e adaptação, e é essencial à constituição dos sujeitos e da cultura da qual faz parte.

A segunda visão é a de que “[...] **a língua é um fato/ fenômeno de natureza sociocognitiva**, ou seja, ela existe no cérebro de cada indivíduo, mas também depende das interações sociais para ser ativada e permitir a integração desse indivíduo na herança cultural que é a dele.” (BAGNO, 2014, p. 22 – grifo do autor). Essa definição do autor é baseada na visão multissistêmica-funcionalista-cognitivista proposta por Castilho (2010), para quem a língua/ linguagem é um conjunto de representações simbólicas dos mundos físico e mental, em que o dispositivo sociocognitivo afeta todos os sistemas linguísticos (léxico, gramática, semântica, discurso). Dessa forma, entendemos que a língua envolve muito mais elementos do que apenas a gramática – visão ainda presente no senso comum e, infelizmente, em muitas parcelas do ensino de língua portuguesa. Sobre isso, Bagno (2014, p. 32-33 – grifo do autor) assevera:

É esse senso comum que torna difícil, para quem está se iniciando nos estudos científicos da linguagem, a observação da própria língua e das línguas em geral como um **objeto de investigação**. Confundir o discurso científico com o discurso do senso comum é um risco ao qual estamos todos sujeitos, por causa da própria natureza do fenômeno da linguagem, profundamente entrelaçado na nossa humanidade, nas nossas práticas sociais, culturais, na nossa psicologia mais íntima, nas nossas crenças, atitudes, opções ideológicas e posturas diante dos fatos da vida em sociedade. Ao contrário da água e do azeite, que se juntam, mas não se misturam, essas duas ordens do discurso estão sempre prontas para se entrelaçar numa trama complicada, onde fica quase impossível distinguir onde começa um fio e onde termina outro.

Entendemos que é necessário fazer uma escolha profissional e consciente quanto aos modos de observar e analisar os fatos do mundo que nos cerca, por isso pautamos nossas opções, expressas neste PPC e disseminadas em nossas aulas,

nas contribuições recentes da Linguística, buscando desvincular o ensino de língua portuguesa da visão preconceituosa e denotadora de “erros”, em consonância com a defesa de Lobato (2015, p. 15):

É ponto pacífico que um dos legados da linguística de grande utilidade para o contexto escolar é a visão não-preconceituosa sobre línguas e variedades linguísticas. [...] acho que ninguém hoje contestaria que o estudante que vai ser professor do ensino básico deve receber uma formação que o torne isento de preconceitos, ou, pelo menos, o sensibilize contra preconceitos linguísticos e o norteie para saber como reagir diante de situações de variação dialetal dentro de sua sala de aula.

Convém salientar que o respeito às variedades não deixa de garantir aos alunos o acesso à norma culta do português falado e escrito no Brasil, em nome do respeito à qualificação cidadã dos alunos.

Dois dos questionamentos que pontuaram as discussões que geraram este PPC foram: o que o professor do ensino básico tem de saber e o que não precisa saber sobre análises linguísticas específicas e sobre questões gerais em debate? Nossa experiência nos forneceu respostas que podem ser corroboradas pelo que defende Lobato (2015, p. 54):

[...] a linguística não tem receitas a oferecer. Aplicações pedagógicas, já prontas, da linguística ao ensino de línguas não existem e qualquer aplicação possível ao ensino de línguas é resultado de longa reflexão e de um trabalho conjunto entre linguistas e professores. Extrair de uma teoria linguística algumas de suas noções básicas e usá-las isoladamente, fora do conjunto da teoria, não é renovar o ensino de línguas: isso seria pura mistificação.

Diante disso, acreditamos que a presença da linguística no curso de Letras tem o objetivo de mostrar como a língua funciona e de dar meios aos falantes de usar adequada e conscientemente sua língua.

4.1.2 Ensino de língua espanhola

No Curso de Letras, uma das questões que deve ser revista na formação de futuros professores de língua é definir que língua nossos acadêmicos irão ensinar e para que ela serve. Apesar de saber que a BNCC contemplou apenas o inglês como língua estrangeira no currículo dos anos finais do ensino fundamental e médio, cabe

a nós, professores de língua espanhola, adaptarmos os procedimentos do ensino da língua inglesa ao ensino da língua espanhola.

Conforme a BNCC (2018) torna-se necessário refletir sobre a função social da língua inglesa na contemporaneidade (no nosso caso específico, a língua espanhola). Embora sua posição de língua estrangeira tenha oscilado entre ascensão e declínio no decorrer das mudanças curriculares, para atender às expectativas e exigências sociais, as línguas estrangeiras, de um modo geral, sempre estiveram presentes como importante recurso para o acesso a bens culturais e científicos produzidos em outros contextos sociais e espaços geográficos.

Mas, afinal de contas: que língua deve ser ensinada nas escolas? Para que ela serve? Levando-se em consideração os encaminhamentos dados pela BNC-Formação (Resolução 02/2019) e BNCC (2018) a língua estrangeira a ser ensinada nas escolas deve ser a língua franca (doravante LF). Isto se deve à visão contemporânea, já que vivemos num mundo em que a diversidade está em evidência e, “a língua inglesa não é mais aquela do ‘estrangeiro’, oriundo de países hegemônicos, cujos falantes servem de modelo a ser seguido, nem tampouco trata-se de uma variante da língua inglesa”. (BRASIL, 2018, p. 241). Traçando um paralelo com a língua espanhola, entende-se que a língua passa a ser de todos os usuários, ou seja, não se trata de uma língua globalizada, ela é um direito que todos têm de usá-la com função comunicativa, apropriando-se dela como “cidadão intercultural”. (GUIMARÃES SANTERO PONTES, 2019, p. 139).

Vale a pena ressaltar que a concepção de língua inglesa proposta pela BNCC (2017) como LF no que diz respeito à desterritorialização do idioma propicia a interculturalidade, que pode ser vista como uma “reflexão crítica sobre diferentes modos de ver e de analisar o mundo, o(s) outro(s) e a si mesmo” (BRASIL, 2018, p. 242). Apesar de a BNCC (2018) não mencionar explicitamente a concepção de interculturalidade, “entende-se pelo termo um conjunto de situações comunicativas com interações socioculturais que instigam a legitimação e o respeito à cultura do outro, promovendo cordialidade entre indivíduos com diferentes culturas” (ROCHA; LAGARES DIEZ, 2018).

Dentro da formação de professores de línguas devemos ter consciência da importância de um trabalho com a língua espanhola entendida como língua franca (ELF). Para isso, é necessário colocar em evidência as propostas interdisciplinares, as quais estão articuladas com todas as áreas do conhecimento (História, Geografia,

Artes, Sociologia, Filosofia, dentre outras), os aspectos interculturais trazendo à tona o multiculturalismo, bem como a questão da multimodalidade presente em diversos contextos da contemporaneidade, seja através de linguagem verbal e/ou não verbal.

Para Torres Santomé (1998, p. 45) “a interdisciplinaridade significa defender um novo tipo de pessoa, mais aberta, mais flexível, solidária, democrática e crítica”. Já Fazenda (2011, p.11) entende que a “interdisciplinaridade não se ensina nem se aprende, apenas vive-se, exerce-se”.

Assim sendo, entendemos que a interdisciplinaridade ou a atitude interdisciplinar é uma prática que está em constante busca por novas respostas. O objetivo principal é construir conhecimento (e, não apenas reproduzi-lo), promovendo dessa forma aprendizados múltiplos que se fazem necessários para um ensino de línguas voltados para o desenvolvimento da cidadania.

Levando-se em consideração os aspectos acima mencionados, devemos repensar o ensino de línguas, desvinculando-o do padrão ideal de falante (americano ou britânico, espanhol ou dos países hispanos), pois “o *status* de inglês ou espanhol como língua franca implica em considerar a importância da cultura no ensino-aprendizagem da língua, buscando romper com aspectos relativos à ‘correção’, ‘precisão’ e ‘proficiência linguística’” (BRASIL, 2018, p. 240). Por conseguinte, as línguas estrangeiras passam a atuar como línguas das relações interculturais, onde falantes utilizam tanto a linguagem verbal quanto a não verbal (sons, imagens ou a combinação dos dois) como recurso mediador das interações sociais.

Nesse sentido, as perspectivas de ensino-aprendizagem de línguas encontram-se em sintonia com as demandas em escala mundial, alavancadas pelo advento de novas linguagens e formas de interação multimodalizadas e híbridas. Consequentemente, os textos/gêneros discursivos produzidos com multiplicidade de linguagens e recursos semióticos (os textos multimodais, por exemplo, estão cada vez mais presentes na vida social, tornando evidente a necessidade de desenvolver novas formas de compreensão e produção destes conhecimentos, ampliando a visão do(s) letramento(s), ou melhor, dos multiletramentos.

Na BNCC, a visão dos multiletramentos “é concebida também nas práticas sociais do mundo digital” (BRASIL, 2018, p. 240) em que os estudantes passam a interagir com uma grande variedade de textos, seja na condição de leitores ou produtores, construindo seus próprios sentidos.

Faz-se necessário compreender a abrangência das línguas estrangeiras nos

diferentes contextos discursivos (literário/artístico, científico, cotidiano, publicitário, midiático, entre outros) e, portanto, perceber em diversos momentos as relações com as Competências Gerais elencadas no texto da BNCC, entendidas neste documento como Direitos Gerais de Aprendizagem, sobretudo, a que se refere aos “conhecimentos das linguagens verbal (oral e escrita) e/ou verbo-visual (como Libras), corporal, multimodal, artística, matemática, tecnológica e digital para expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e, com eles, produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo” (BRASIL, 2018, p. 18). Tais conhecimentos contribuem para o desenvolvimento do pensar crítico sobre diferentes maneiras de perceber, ler e analisar o mundo.

Outro aspecto relevante é quanto à educação linguística que permite a inserção dos estudantes em diferentes espaços sociais e a interação destes com as múltiplas vozes, compreendendo o multiculturalismo, contrastando a sua cultura com outras, afirmando assim, sua identidade cultural. Para tal, há de se considerar na aprendizagem de línguas estrangeiras, o conhecimento linguístico articulado ao conhecimento discursivo. Ou seja, “a língua em uso, sempre híbrida, polifônica e multimodal que leva ao estudo de suas características específicas” (BRASIL, 2018, p. 243). As práticas sociais de uso da linguagem concretizadas nos Eixos Organizadores: interação discursiva, intencionalidade discursiva, contexto discursivo, entre outros, assume-se, portanto, uma perspectiva discursiva da linguagem. Isso implica no redimensionamento de seu papel formativo com vistas ao ensino-aprendizagem que coaduna práticas sociais e considera os diferentes contextos discursivos distanciando-se do formato de ensino tradicional.

4.1.3 Concepção e ensino de Literatura

A língua e, de forma mais ampla, a linguagem, pensadas a partir da prática social, são essenciais à cultura tanto quanto esta é fundamental àquelas. Tais considerações são importantes para uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos linguísticos e literários, o que redimensiona no processo de ensino e aprendizagem o universo da leitura. Segundo Lena Lois (2010, p. 23), “reconhecer a interferência da cultura na aprendizagem da leitura é admitir o sujeito letrado”. O letramento pressupõe uma perspectiva social, bem como implica o conhecimento

aprofundado de gêneros textuais variados em sua dimensão sócio-histórica.

No âmbito de tal prática, ressalta-se, neste PPC, a importância também do estudo da literatura e das linguagens envolvidas em seu campo. Isso porque o texto literário é um objeto cultural muito singular que contribui decisivamente no processo de letramento. Naturalmente, o trabalho com o texto literário deve se dar de forma diferenciada em relação a outras experiências de linguagem. Como um laboratório da língua, a literatura - e dentro dela, com força, a poesia - é o lugar onde a língua passa por um processo de desterritorialização, ou seja, onde ela desfaz os sentidos tradicionais, “naturais”, de uma determinada fala, devolvendo potência à própria linguagem.

Se a literatura é o laboratório da língua é também o laboratório do pensamento. Se o texto literário, por sua complexidade, por sua riqueza polissêmica e por sua significativa dimensão linguística e cultural, promove o desenvolvimento da criatividade, isso significa que ela funciona como uma potente máquina de leitura. Não seria descabido considerar aqui que quem lê com criatividade o texto literário terá maior facilidade para ler qualquer outro tipo de texto, o que não significa que o presente PPC defenda o aproveitamento da literatura meramente para o desenvolvimento de habilidades linguísticas. Concordamos com Lena Lois (2010, p. 35) quando defende que não há nada de errado em utilizar textos literários quando estudamos a língua portuguesa, no entanto, “dar utilidade para um texto literário, antes de permitir o encontro do estudante com a arte, é sabotar o leitor e desconsiderar o papel humanizador que a escola precisa ter”.

Ressalta-se que a presença do texto literário no curso de Letras, bem como a de práticas que orientam seu ensino - ou melhor, sua partilha - e sua aprendizagem, tem um papel fundamental na formação do professor, pensado aqui como um mediador cultural.

Mais do que uma pedagogia, a Literatura no curso considera o aspecto artístico de tal prática cultural. Entende-se que o trabalho com o texto literário na formação de professores de línguas e literaturas deve visar em última instância ao desenvolvimento da leitura da literatura na escola, bem como o aprimoramento do letramento, em todas as instâncias discursivas, de todos os envolvidos no processo educacional, sejam eles, professores universitários, acadêmicos - futuros professores da Educação Básica - e alunos das escolas. Isso tudo sem desconsiderar a dimensão afetiva que envolve a literatura em seu horizonte estético, no sentido de que o texto literário antes

de ser um conteúdo escolar é uma obra de arte.

No que se refere ao trabalho com o fenômeno literário, o presente PPC norteia-se por uma perspectiva comparativista que mescla tendências teórico-críticas das mais variadas, como a da estética da recepção, que se contrapõe aos paradigmas tradicionais do ensino da literatura, ao colocar o leitor como protagonista do ato de ler. Assim como na perspectiva linguística do dialogismo, a estética da recepção considera a interação de sujeitos no processo social e histórico na construção de sentidos do texto. Além desta, outros eixos-norteadores são aqui levados em conta, como o do letramento literário, que fornece instrumentos necessários para o desenvolvimento de uma metodologia de ensino da literatura, bem como a produção crítica de teóricos da literatura e do ensino, tal como as orientações da atual BNC-Formação e BNCC (2018), para o trabalho com os textos literários, tomando como exemplo, a forma como este documento concebe a importância da relação entre a literatura e outras artes no universo do ensino escolar.

Importante frisar aqui as três esferas do trabalho com a literatura no curso:

- Literatura Brasileira, Literatura afro-brasileira e ameríndias, outras Literaturas em língua portuguesa, Literatura Espanhola e Literatura Hispano-Americana (estudo envolvendo o conhecimento de autores e obras, com vistas principalmente à formação de um repertório básico);
- Teoria da Literatura (conhecimento básico de conceitos de literatura, de elementos críticos e teóricos, envolvendo, por exemplo, gêneros literários e suas especificidades);
- Metodologia do Ensino da Literatura (esfera que envolve o trabalho teórico com vistas à prática de docência, um conjunto de atividades pedagógicas que podem favorecer as metodologias, bem como a curricularização da extensão).

4.2 OBJETIVOS

Ancorados nas diretrizes para os cursos de Letras (BRASIL, 2001) e na Resolução MEC/CNE/CP nº. 02/2019 (BRASIL, 2019) e considerando que o curso de Letras Português e Espanhol é uma **licenciatura**, obviamente seu **objetivo principal** é *habilitar professores para atuarem no ensino da língua portuguesa, da língua*

espanhola e de suas respectivas literaturas, nos Ensinos Fundamental e Médio.

Para cumprir esse objetivo geral, propõem-se os seguintes **objetivos específicos**:

- I. Fornecer aos graduandos conhecimentos teóricos acerca da língua, da linguagem e de seus usos, propiciando-lhe repertório variado das áreas científicas específicas do curso.
- II. Capacitar os acadêmicos para refletirem empírica, teórica e metodologicamente sobre os fenômenos linguísticos e literários na área da língua portuguesa, do português brasileiro e da língua espanhola.
- III. Propiciar aos graduandos conhecimentos acerca de teorias e metodologias que norteiam o ensino de língua portuguesa, de língua espanhola e respectivas literaturas.
- IV. Proporcionar aos acadêmicos práticas de iniciação à pesquisa no âmbito das áreas específicas do curso, estimulando-os e os conscientizando da importância da formação continuada.
- V. Promover uma aproximação entre graduandos, colegiado do curso e comunidade externa por meio de atividades extensionistas.

5 METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

As diretrizes do curso seguem a Resolução CNE/CP nº. 2, de 20 de dezembro de 2019, que são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica - BNC-Formação (BRASIL, 2019). No que tange à metodologia (5.1) faz-se necessário que o acadêmico tenha a sua formação pautada na tríade: ensino, pesquisa e extensão. No item 5.2 será descrita a forma de avaliação, bem como os critérios de avaliação do processo ensino e aprendizagem (5.2.1).

5.1 METODOLOGIA

O graduando na sua formação acadêmica desenvolve estratégias de aprendizagem para a sua prática docente que são previstas na BNC-Formação (Resolução MEC/CNE/CP nº. 02/2019). Tais estratégias visam garantir aos acadêmicos uma educação voltada à formação de professores. Para desenvolver o conhecimento profissional faz-se necessário que o acadêmico domine os objetos de conhecimento e saiba como ensiná-los, pois é imprescindível que o aluno tenha conhecimento sobre as diversas teorias que abordam as questões sobre ensino-aprendizagem, reconheçam os contextos de vida dos alunos, bem como as políticas educacionais que impactam de forma direta o desenvolvimento social da educação.

Outro aspecto importante na formação do acadêmico é a tríade ensino, pesquisa e extensão que forma um tripé obrigatório nas universidades como prevê o artigo 207 da Constituição Federal. Nesse sentido, a Unespar destaca como um de seus princípios direcionadores a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ressaltando que sua missão incide não apenas na promoção do conhecimento científico, artístico-cultural, tecnológico e a inovação nas diferentes áreas do saber, mas também “na promoção da cidadania, da democracia, da diversidade cultural e do desenvolvimento humano e sustentável, em nível local e regional, estadual, nacional e internacional”. (UNESPAR, 2018a, p. 45).

Quanto à pesquisa, trata-se de um processo de produção de conhecimento, com base em uma metodologia específica que busca constantemente respostas para

os problemas encontrados em sala de aula. Esse processo deve ser pautado dentro de uma perspectiva ética, uma vez que o pesquisador deve ter como característica intrínseca a responsabilidade social em relação a sua produção. (UNESPAR, 2018b).

No que tange à extensão, o curso tem como objetivo oferecer diversas formas de participação do acadêmico em ações extensionistas, as quais serão especificadas mais adiante quando forem abordadas as propostas de ACECs.

No ensino, é importante evitar a prática da língua como sistema estruturado, cheio de regras e passar a privilegiar a prática da linguagem como atividade social. Reconhecer que os sujeitos interagem pela linguagem, ou seja, compartilham a interação verbal e a troca de experiências, perspectivas e ideologias. Por isso, é preciso que o professor seja um leitor e produtor de textos de forma efetiva. A pergunta que todos buscam responder na atualidade é: em que medida se prepara o professor para que ele tenha condições de fazer uma mediação eficaz entre os educandos e as práticas de leitura e escrita se ele mesmo não tem a sua vida atravessada cotidianamente pela escrita e, principalmente, pela leitura?

A proposta de ensino da BNCC, expressa por meio de competências e habilidades, requer que os cursos de Letras apresentem aos licenciandos práticas de sala de aula, especialmente em relação à leitura e produção textual, que partam de situações concretas retiradas da sociedade na qual se insere a escola. Os documentos oficiais propõem, portanto, uma nova concepção de trabalho com a linguagem, centrada nos usos que se faz da língua no contexto social. Daí a apresentação dos gêneros como formas relativamente estáveis de enunciados que se encontram nas diversas esferas da comunidade (BAKHTIN, 1997). Passou-se a encorajar que as aulas se tornassem eventos reais de uso e prática da linguagem como atividade comunicativa, a fim de desenvolver a prática oral e escrita dos alunos.

Cabe, portanto, aos professores o desafio de repensar e desenvolver na escola atividades significativas de uso e prática de linguagem a fim de levar os alunos aos diversos níveis de letramento exigidos pela sociedade, ou seja, aos usos efetivos das práticas de leitura e escrita. A BNCC indica que:

Para além da cultura do impresso (ou da palavra escrita), que deve continuar tendo centralidade na educação escolar, é preciso considerar a cultura digital, os multiletramentos e os novos letramentos, entre outras denominações que procuram designar novas práticas de linguagem. (BRASIL, 2018, p. 487).

Inserida justamente nessa perspectiva, a BNCC (BRASIL, 2018, p.61) define a área de linguagens “[...] composta pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e, no Ensino Fundamental – Anos Finais, Língua Inglesa”. Desse modo, destaca que a finalidade desta composição é justamente “[...] possibilitar aos estudantes participar de práticas de linguagens diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas [...]”. Dentro desta perspectiva, os estudos da linguagem exigem dos professores do Curso de Letras percepção, pesquisa e prática, voltados aos acontecimentos reais de sala de aula. Através do estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestam-se serviços especializados à comunidade e estabelece-se com esta uma relação de reciprocidade. Tal preocupação permeia o desenvolvimento de projetos e o planejamento de ações futuras vinculadas ao Colegiado de Letras.

No que se refere ao ensino/aprendizagem da Literatura, no curso de Letras, cumpre observar a necessidade de pensar a sua especificidade para além de uma esfera que seja um mero suplemento nas aulas de língua portuguesa e de língua espanhola. Ressalta-se também a importância de não circunscrever os estudos literários à mera historiografia literária, apesar de que é importante considerar a história literária - do ponto de vista diacrônico -, na disciplina de Literatura Brasileira, com o objetivo de formar um panorama, um arquivo, capaz de fundamentar futuras leituras críticas e criativas por parte dos acadêmicos, futuros professores.

Concordamos com Rildo Cosson (2012) ao tratar da relação ensino/aprendizagem do texto literário a partir do conceito de letramento. O Letramento Literário possui, segundo o pesquisador, uma configuração especial. O autor considera, nesse contexto, o valor da literatura, sua função social, procurando desenvolver procedimentos de ensino que capacitem o profissional de Letras a inserir a literatura no contexto das práticas educacionais. Trata-se da criação de estratégias de trabalho com o texto literário que comporão uma espécie de método a orientar o seu ensino:

[...] devemos compreender que o letramento literário é uma prática social e, como tal, responsabilidade da escola. A questão a ser enfrentada não é se a escola deve ou não escolarizar a literatura, como bem nos alerta Magda Soares, mas sim como fazer essa escolarização sem descaracterizá-la, sem transformá-la em um simulacro de si mesma que mais nega do que confirma seu poder de humanização (COSSON, 2012, p. 23).

Cosson desenvolve o seu conceito de letramento oferecendo um modelo interessante a ser aplicado no ensino da Literatura em sala de aula. Trata-se da formulação de sequências didáticas que observadas em todos os seus passos têm a possibilidade de oferecer um procedimento eficiente de trabalho para o professor. É uma experiência que pode ser explorada nas disciplinas de Literatura no curso de Letras, em especial na disciplina de Metodologia do Ensino de Literatura, com foco na capacitação do acadêmico para a docência. Naturalmente, os estudos metodológicos do ensino da literatura devem contemplar além de um conhecimento acerca de documentos oficiais que norteiam as práticas educacionais, até um conjunto de orientações que envolvam a criação de planos de aula e procedimentos de trabalho com os textos literários de diversos gêneros em sala de aula, nunca abrindo mão do poder humanizador da palavra literária, tão bem observado por Antonio Candido, em sua conferência *O Direito à Literatura* (2011), e da experiência de sensibilidade do texto poético observados por Tzvetan Todorov, em *A Literatura em Perigo* (2009), e Daniel Pennac, em *Como uma Romance* (2008). São perspectivas que estão atravessadas por uma discussão contemplada na atual BNCC, segundo a qual para que a experiência da literatura – e da arte em geral – possa alcançar seu potencial transformador e humanizador:

(...) é preciso promover a formação de um leitor que não apenas compreenda os sentidos dos textos, mas também que seja capaz de fruí-los. Um sujeito que desenvolve critérios de escolha e preferências (por autores, estilos, gêneros) e que compartilha impressões e críticas com outros leitores-fruidores (BRASIL, 2018, p. 156).

A BNCC destaca ainda a relevância desse campo para o exercício da empatia e do diálogo:

[...] tendo em vista a potência da arte e da literatura como expedientes que permitem o contato com diversificados valores, comportamentos, crenças, desejos e conflitos, o que contribui para reconhecer e compreender modos distintos de ser e estar no mundo e, pelo reconhecimento do que é diverso, compreender a si mesmo e desenvolver uma atitude de respeito e valorização do que é diferente (BRASIL, 2018, p., 139).

Algo que também deve ser considerado na metodologia de ensino é o que Libâneo (2022) chama de *refração didática*, isto é, a didatização da ciência para o ensino em nível superior. Santos (2008) afirma que, exceto as práticas de estágio e

atividades pontuais em algumas disciplinas, o curso de Letras costuma ser caracterizado por aulas estritamente teóricas. Os professores universitários tendem a conceber o ensino como transmissão de conhecimentos, não vincular discussões teóricas à prática e, geralmente, não definir claramente a linha teórica que seguem nem estabelecer diálogo ou comparação entre teorias. Tudo isso resulta num aprendizado fragmentado e prejudicial à atuação em sala de aula, visto que os licenciandos não entendem por que tiveram de estudar aquelas teorias nem para que elas servem na prática (no ensino para a educação básica).

Conscientes disso, uma das diretrizes que nos guiou nas escolhas feitas nessa reformulação do curso foi justamente fugir dessa excessiva teorização e buscar construir uma formação que alia teoria e prática e visa formar professores de línguas e literaturas conscientes, críticos e reflexivos, trazendo para as diferentes disciplinas as teorias que as embasam, não pela mera teorização, mas buscando fazer a *refração didática* de que fala Libâneo (2022) e promovendo a interação entre temas e, principalmente, sua aplicação no ensino.

Apesar de haver apenas uma disciplina diretamente ligada à pesquisa, essa prática está inserida em todo o percurso formativo, entendendo que não se deve apenas fazer pesquisa sobre a sala de aula, mas a pesquisa deve nascer dentro da sala de aula, deve ser um prática constante, desde o início da formação (e depois ser praticada como uma formação continuada se for do interesse do professor). A partir do conceito de *refração didática*, entendemos também que a pesquisa que se faz na graduação não deve ser encarada como um “treinamento para a pós-graduação”. O compromisso com o avanço do campo científico é restrito a pesquisadores; a pesquisa em nível de graduação, realizada pelos licenciandos, é uma forma de aquisição de conhecimento científico. E, considerando que são professores em formação, refletimos sobre que tipo de pesquisa o futuro professor precisará realizar em sua prática na educação básica e para se manter atualizado. É óbvio que o professor é sempre um pesquisador, mas existem tipos diferentes de pesquisa conforme os objetivos do pesquisador e das razões pelas quais ele faz essa pesquisa.

5.2 AVALIAÇÃO

A avaliação educacional e institucional, segundo Gadotti (2002, p.3), tem por

meta promover condições para que uma universidade, ou uma escola, melhore seus serviços e adquira a “conquista por uma maior autonomia”, pois, cada escola/curso “possui sua própria estrutura organizacional e deve desenvolver um Projeto Político Pedagógico correspondente à sua realidade”.

O curso submete-se a avaliações internas e externas, executadas por órgãos competentes. A avaliação institucional interna do curso é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do *campus*, orientada pelas diretrizes da autoavaliação institucional e da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), pautada no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, instituído pela Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior do Sistema Estadual de Ensino do Paraná (CEA) - ano de 2013.

A avaliação do curso garante que se mantenha o compromisso com a qualidade do ensino, pesquisa e extensão. O processo de avaliação interna segue o cronograma da CPA institucional e é realizada, concomitantemente, em toda a universidade, com a participação da comunidade acadêmica, por meio de questionários, no sistema virtual.

Os resultados da avaliação permitem encaminhamentos em relação às necessidades levantadas e estimulam ações institucionais, e ações nos *campi* conectadas com: direção, coordenadores e discentes de cursos, em busca de superar as fragilidades apontadas. Essas avaliações permitem traçar estratégias e parâmetros, visando à melhoria do curso e da Instituição.

Quanto à avaliação externa, os resultados do Enade são considerados e sua análise oportuniza reformulações, buscando identificar os elementos que constituem potencialidades e fragilidades do curso. Nas duas últimas edições do Enade (2014 e 2017), o Curso realizou atividades diferenciadas aos acadêmicos formandos, tais como: conscientização das implicações deste exame para a conclusão do Curso e para a IES, seminários de conteúdo específicos com professores do Curso de Letras Português e Espanhol e de outros cursos do *campus*, atividades extracurriculares, e orientações específicas para a resolução da prova.

Dentro dos processos avaliativos a “autoavaliação” é um mecanismo que possibilita um diagnóstico servindo como base para a tomada de decisões para a melhoria dos processos educacionais.

As formas de avaliação devem ser periódicas e sistemáticas a fim de contemplar a construção do conhecimento com o intuito de formar cidadãos mais

críticos, reflexivos e democráticos.

O Projeto Pedagógico do Curso de Letras Português e Espanhol deverá estar em constante avaliação para análise, tanto do plano curricular, quanto do plano institucional, passando por adequações de acordo com as proposições do NDE. Cabe ao NDE identificar, ao longo dos anos e das práticas educativas, as fragilidades do curso. Dessa maneira, o NDE estará buscando constantemente aperfeiçoar e atualizar as suas práticas pedagógicas.

Outro aspecto que deve ser priorizado é quanto à participação dos acadêmicos do curso de Letras Português e Espanhol para que sejam agentes dentro do processo de autoavaliação. Para que isso ocorra, faz-se necessário que eles assumam uma postura de partícipes do curso, podendo fazer sugestões para a melhoria do mesmo, tanto da estrutura curricular, dos conteúdos abordados, bem como dos processos avaliativos. Nesse caso, espera-se que por meio do Centro Acadêmico de Letras Português e Espanhol (CALESP), os alunos possam fomentar debates a fim de fortalecer cada vez mais o curso.

5.2.1 Critérios de avaliação do processo ensino-aprendizagem

A avaliação relaciona-se intrinsecamente ao processo de ensino-aprendizagem, de planejamento e ação didática do docente, objetivando o desenvolvimento das funções cognitivas e autonomia de aprendizagem; e, efetiva-se na medida em que se realiza de maneira processual, formativa e mediadora.

Conforme o PPI da Unespar, a avaliação,

[...] define-se como o momento de expressão da síntese relativo ao trabalho desenvolvido pelos professores e alunos para a apreensão de um novo conhecimento. Deve-se manifestar envolvendo o processo ensino aprendizagem, levando em consideração as atividades desenvolvidas em sala de aula e/ou fora dela, de acordo com o plano de ensino do professor. A avaliação necessita expressar a relação entre o cotidiano e o científico, o teórico e o prático, marcando uma nova relação com o conteúdo em relação ao que havia no início do processo evidenciando um grau mais elevado de compreensão da realidade. O resultado da avaliação deve ainda contribuir para repensar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores, subsidiando a melhoria dos cursos. (UNESPAR, 2018b,p.18-19).

Compreendemos assim a avaliação como um movimento da Instituição, pautado nas políticas públicas, em busca de qualidade. Permite o repensar da trajetória institucional e a inserção na sociedade da região sul-paranaense, pois a

auto-avaliação consiste em um processo que propicia segurança institucional em relação a micro-políticas, tanto para ações de planejamento como para prestação de contas à sociedade. O processo fortalece-se também no âmbito das macro-políticas, uma vez que a Instituição fortalece-se perante a sociedade e consolida sua condição de autonomia e compromisso social.

O sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem do curso de Letras Português e Espanhol organiza-se de forma que, em cada disciplina, a avaliação do rendimento acadêmico possa ser efetivada mediante: avaliações escritas, avaliações orais, relatórios, pesquisas, observações, projetos de investigação, processos de autoavaliação, seminários, atividades em grupo, estudos dirigidos, redação de textos técnicos e científicos, apresentação de trabalhos, sínteses reflexivas e atividades desenvolvidas em plataformas digitais, como *Moodle*, *Google Classroom*, dentre outros.

Cabe ao professor manter os registros da frequência e avaliação dos estudantes em formulário próprio no sistema disponibilizado pela Universidade (Siges). Cada docente tem autonomia para organizar as atividades avaliativas, respeitando-se os princípios e objetivos do curso, bem como normas institucionais para esse fim, devendo descrevê-las em seu plano de ensino. É imprescindível que nos primeiros dias de aula o professor apresente o seu Plano de Ensino para que os acadêmicos possam tomar ciência da forma de trabalho e avaliações que serão utilizadas em sala de aula. O NDE acompanha o desenvolvimento das disciplinas do Curso e, se for necessário, propõe adequações ao programa e a metodologia avaliativa.

De acordo com o Regimento Interno da Universidade, considerar-se-á aprovado em cada disciplina, e sem exame final, o estudante que obtiver média final de aproveitamento no período letivo cursado igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas, e demais atividades acadêmicas. (UNESPAR, 2013).

A frequência às aulas e demais atividades escolares, em cada disciplina, é obrigatória. O abono de faltas em qualquer uma das disciplinas e/ou atividades curriculares do Curso, obedecerá ao Regimento da Universidade, e a Resolução 023/2016 – CEPE/Unespar para exercícios domiciliares. (UNESPAR, 2013).

Para o abono de faltas, nos casos previstos em Lei, o acadêmico deverá efetuar, no prazo de 3 (três) dias após a emissão do atestado, protocolo via Siges,

direcionado ao Colegiado do Curso, informando a justificativa da falta e anexando o documento comprobatório digitalizado. O documento original deverá ser entregue diretamente para a Coordenação do Curso. Tal solicitação será analisada pelo Colegiado e/ou NDE, a decisão constará em registro em ata e, posteriormente, respondida ao solicitante, via Siges, pela Coordenação do Curso.

Fica assegurado ao aluno o direito de requerer junto ao Colegiado de Curso, revisão de provas escritas, no prazo de até três (3) dias úteis após a publicação dos resultados. O professor fará revisão da prova escrita na presença do aluno em dia e hora marcados pelo docente, num prazo máximo de até 7 (sete) dias úteis após o recebimento do requerimento. Se o aluno não concordar com o resultado da revisão feita, pelo professor da disciplina, o Coordenador do Colegiado de Curso, designará comissão especial (banca revisora) para efetuar a referida revisão que deverá ser realizada na presença do aluno. (UNESPAR, 2013).

O Exame Final será realizado conforme o Calendário Escolar. Prestará exame final na disciplina o aluno que tiver média final igual ou superior a 4,0 (quatro vírgula zero) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) devendo obter a média aritmética de 6,0 (seis vírgula zero) com a nota do exame. A média mínima exigida para aprovação em exame final, será seis 6,0 (seis vírgula zero) da média aritmética entre a nota desse exame e a média das notas bimestrais. (UNESPAR, 2013).

Será reprovado em qualquer disciplina o aluno que, nela, não alcançar frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades curriculares, independentemente da média final obtida, ou não conseguir nos bimestres escolares, as notas mínimas estabelecidas para prestação de exame final. (UNESPAR, 2013).

O aluno que não comparecer às provas ou demais verificações de aprendizagens ou ao exame final, terá o direito a segunda oportunidade, desde que comprove impedimento legal, ou motivo de força maior, e venha requerê-la, via protocolo, junto a Coordenação do Curso, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar de sua realização. Tal solicitação será apresentada ao Professor responsável pela avaliação e analisada com base no Regimento da Unespar. (UNESPAR, 2013).

O Estágio Curricular Supervisionado segue procedimentos avaliativos definidos em regulamento próprio e previstos nos planos de ensino das respectivas disciplinas. Essas disciplinas têm nota lançada no final do semestre, conforme o

calendário acadêmico.

6 PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL

Em seu Art. 2º, a BNC-Formação (Resolução MEC/CNE/CP 02/2019) aponta:

A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2019, p. 2)

Além dessas competências gerais, o documento afirma que os licenciandos devem desenvolver competências gerais docentes, além de competências específicas e suas respectivas habilidades.

Para não estender muito este texto, recomendamos que leitores deste documento leiam o Anexo da Resolução MEC/CNE/CP 02/2019 (disponível neste PPC como ANEXO F), no qual estão elencadas as competências gerais docentes e as competências específicas, que englobam as dimensões do conhecimento profissional, da prática profissional e do engajamento profissional. Para cada uma dessas dimensões, são elencadas as habilidades a elas correspondentes.

Além das competências enumeradas na Resolução citada e tendo por base as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras (BRASIL, 2001), o curso, em suas especificidades, espera formar profissionais com:

- Conhecimento teórico dos componentes fonológicos, morfossintáticos, lexicais, semânticos, pragmáticos e discursivos das línguas portuguesa e espanhola, aplicando-os adequadamente ao seu ensino na educação básica.
- Conhecimento das diferentes noções de norma e gramática, reconhecendo as variedades linguísticas existentes, bem como os vários níveis e registros de linguagem e atuando em prol do combate ao preconceito linguístico e do pleno acesso dos educandos às variedades cultas.
- Capacidade de compreender os fatos da língua e de realizar pesquisas científicas sobre língua e linguagens, analisando e comparando diferentes linhas teóricas, bem como aplicando-as ao ensino-aprendizagem das línguas portuguesa e espanhola e suas respectivas literaturas.
- Conhecimento teórico, histórico, ativo e crítico de um repertório representativo das literaturas de língua portuguesa e de linha espanhola, refletindo sobre as

condições sob as quais a escrita se torna literária e sobre o papel da literatura na sociedade.

- Capacidade de desempenhar papel de multiplicador, formando leitores críticos, intérpretes e produtores de textos de diferentes gêneros e registros linguísticos, fomentando o desenvolvimento das habilidades linguísticas, culturais e estéticas referentes à área.
- Atitude investigativa que favoreça o acompanhamento contínuo da produção do conhecimento na área, consciente de que o professor é um profissional em constante formação e aperfeiçoamento.

7 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura dos núcleos de formação foi elaborada de acordo com as diretrizes curriculares do curso e as legislações complementares. A carga horária está expressa em horas e o padrão é de 30, 60, 90, 120, 180 e 210 horas para disciplinas que correspondem a 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 aulas semanais durante um ano letivo respectivamente. Para estágios, segue-se apenas o padrão de horas, não foi necessário seguir o padrão das aulas.

As disciplinas serão ofertadas no regime misto e as aulas, com duração de 50 minutos, seguirão a seguinte proporção:

HORAS ANUAIS	AULAS ANUAIS	AULAS SEMANAIS POR SEMESTRE ¹	AULAS SEMANAIS POR ANO ²
15	18	1	--
30	36	2	1
45	54	3	--
60	72	4	2
75	96	5	--
90	108	6	3
105	126	7	--
120	144	8	4
135	162	9	--
150	180	10	5

7.1 CURRÍCULO PLENO

Atendendo à Resolução MEC/CNE/CP 02/2019, o currículo do curso foi organizado em três núcleos de formação, correspondendo aos três grupos indicados nessa legislação, a saber:

- O Grupo I (G. I no quadro abaixo) corresponde a 800 (oitocentas) horas e compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e

¹ As aulas serão ofertadas durante 18 (dezoito) semanas letivas.

² As aulas serão ofertadas durante 36 (trinta e seis) semanas letivas.

fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais. Considerando que, na UNESPAR, os horários de aula correspondem a horas-aula de 50 (cinquenta) minutos, foi necessário adequar essa carga para caber no horário semanal, de modo que o G. I, na matriz proposta neste PPC, totaliza 810 (oitocentas e dez) horas.

- O Grupo II (G. II no quadro abaixo) se refere a 1.600 (mil e seiscentas) horas e compreende a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC e o domínio pedagógico desses conteúdos. Na matriz proposta neste PPC, esse grupo totaliza 1.650 (mil seiscentas e cinquenta) horas.
- O Grupo III (G. III no quadro abaixo) totaliza 800 (oitocentas) horas de prática pedagógica e se divide em: 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares (PPed no quadro abaixo) dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso; 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado (Est. no quadro abaixo), em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso. Na matriz proposta neste PPC, esse grupo totaliza 820 (oitocentas e vinte) horas, sendo 420 (quatrocentas e vinte) horas de PPed, 200 (duzentas) horas de estágio supervisionado em língua portuguesa e 200 (duzentas) horas de estágio supervisionado em língua espanhola.

DESDOBRAMENTO DOS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO EM COMPONENTES CURRICULARES

DESCRIÇÃO DO COMPONENTE		RESOLUÇÃO CNE/CP 02/2019				RESOLUÇÃO CEPE/UNESPAR 038/2020
		CARGA HORÁRIA				CARGA HORÁRIA EXTENSÃO
TIPO	NOME	G. I	G. II	G. III		
				PPED	EST.	
DIS.	Educação inclusiva e direitos humanos	60h	--	15h	--	--
DIS.	Psicologia da educação	60h	--	15h	--	--
DIS.	Políticas educacionais	60h	--	15h	--	--
DIS.	Ciência, tecnologia, sociedade e ambiente	60h	--	15h	--	--
DIS.	LIBRAS	60h	--	30h	--	--
DIS.	Fundamentos do ensino de línguas I	60h	--	--	--	--
DIS.	Fundamentos do ensino de línguas II	60h	--	15h	--	--
DIS.	Fundamentos do ensino de línguas III	60h	--	15h	--	--
DIS.	Metodologia de ensino de língua portuguesa	60h	--	30h	--	--
DIS.	Metodologia de ensino de língua espanhola	60h	--	30h	--	--
DIS.	Metodologia do ensino de literatura	60h	--	30h	--	--
DIS.	Textos acadêmicos, pesquisa e ensino	120h	--	--	--	--
DIS.	Fundamentos da Extensão	30h	--	--	--	30h (ACEC I)
DIS.	Língua espanhola I	--	120h	30h	--	--
DIS.	Língua espanhola II	--	120h	--	--	--
DIS.	Língua espanhola III	--	120h	--	--	--
DIS.	Sintaxe	--	120h	--	--	--
DIS.	Morfologia	--	120h	--	--	--
DIS.	Linguística I	--	60h	30h	--	--
DIS.	Linguística II	--	60h	30h	--	--
DIS.	Linguística III	--	60h	30h	--	--
DIS.	Linguística IV	--	60h	--	--	--
DIS.	Linguística V	--	60h	--	--	--
DIS.	Teoria da literatura	--	120h	--	--	--
DIS.	Literaturas em língua portuguesa	--	60h	30h	--	--
DIS.	Literatura brasileira I	--	120h	--	--	--
DIS.	Literatura brasileira II	--	60h	--	--	--
DIS.	Literaturas em língua espanhola	--	60h	30h	--	--
DIS.	Literaturas afro-brasileira e ameríndia	--	30h	30h	--	--
DIS.	Projetos de extensão em Letras I	--	120h	--	--	120h (ACEC II)
DIS.	Projetos de extensão em Letras II	--	120h	--	--	120h (ACEC II)
DIS.	Projetos de extensão em Letras III	--	60h	--	--	60h (ACEC II)
EST.	Estágio supervisionado em LE I	--	--	--	60h	--
EST.	Estágio supervisionado em LE II	--	--	--	140h	--
EST.	Estágio supervisionado em LP I	--	--	--	60h	--
EST.	Estágio supervisionado em LP II	--	--	--	140h	--
TOTAL		810h	1.650h	420h	400h	330h
		3.280h				

Como pode ser observado no quadro anterior, as cargas horárias dispostas nas

Resoluções correspondentes estão de acordo com o estabelecido para os grupos dos núcleos de formação e para a porcentagem de ACEC.

7.2 MATRIZ CURRICULAR

Apresentamos abaixo a distribuição dos núcleos de formação em atividades e componentes curriculares ao longo do curso, compondo a matriz curricular. Para facilitar a compreensão, apresentamos o significado dos elementos presentes nos quadros que se verão:

- Tipo do componente curricular: **Dis** – Disciplina; **Est** – Estágio.
- Descrição do componente curricular: nome da disciplina.
- Oferta do componente curricular: **Presencial** (conforme horário de aulas e ensalamento); **EaD parcial / EaD total – Ensino à distância parcial ou total** (disciplinas com carga horária parcial ou total em EAD, até 20% da carga horária total do curso, com avaliação presencial), e **Programada** (aulas ou atividades programadas em contraturno ou em sábados letivos).
- Carga horária **teórica** em horas do componente curricular.
- Carga horária de Prática Pedagógica como Componente Curricular (**PPed**) em horas.
- Carga horária **total** em horas do componente curricular.
- Carga horária de Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (**ACEC**) em horas do componente curricular. Vale observar que essa carga horária não entra na somatória total do curso, mas corresponde a 10% desse valor.

7.2.1 Primeira série

COMPONENTE CURRICULAR			CARGA HORÁRIA					
TIPO	DESCRIÇÃO	OFERTA	G. I	G. II	G. III		TOTAL	ACEC
			Teórica	PPed*	Est			
Dis	Textos acadêmicos, pesquisa e ensino	Anual/ presencial	120h	--	--	--	120h	--
Dis	Língua espanhola I	Anual/ presencial	--	120h	30h	--	150h	--
Dis	Teoria da literatura	Anual/ presencial	--	120h	--	--	120h	--
Dis	Educação inclusiva e direitos humanos	1º semestre/ presencial	60h	--	15h	--	75h	--
Dis	Linguística I	1º semestre/ presencial	--	60h	30h	--	90h	--
Dis	Fundamentos do ensino de línguas I	2º semestre/ presencial	60h	--	--	--	60h	--
Dis	Psicologia da educação	2º semestre/ presencial	60h	--	15h	--	75h	--
Dis	Fundamentos da extensão	2º semestre/ EaD total	30h	--	--	--	30h	30h
CARGA HORÁRIA ANUAL			330h	300h	90h	--	720h	30h

* A carga horária prática (PPed) será cumprida de forma programada (aulas ou atividades programadas em contraturno ou em sábados letivos).

7.2.2 Segunda série

COMPONENTE CURRICULAR			CARGA HORÁRIA					
TIPO	DESCRIÇÃO	OFERTA	G. I	G. II	G. III		TOTAL	ACEC
			Teórica		PPed	Est		
Dis	Língua espanhola II	Anual/ presencial	--	120h	--	--	120h	--
Dis	Literatura brasileira I	Anual/ presencial	--	120h	--	--	120h	--
Dis	Projetos de extensão em Letras I	Anual/ presencial	--	120h	--	--	120h	120h
Dis	Fundamentos do ensino de línguas II	1º semestre/ presencial	60h	--	15h	--	75h	--
Dis	Políticas educacionais	1º semestre/ EAD parcial	60h	--	15h	--	75h	--
Dis	Linguística II	1º semestre/ presencial	--	60h	30h	--	90h	--
Dis	Ciência, tecnologia, sociedade e ambiente	2º semestre/ EaD parcial	60h	--	15h	--	75h	--
Dis	Fundamentos do ensino de línguas III	2º semestre/ presencial	60h	--	15h	--	75h	--
Dis	Linguística III	2º semestre/ presencial	--	60h	30h	--	90h	--
CARGA HORÁRIA ANUAL			240h	480h	120h	--	840h	120h

* A carga horária prática (PPed) será cumprida de forma programada (aulas ou atividades programadas em contraturno ou em sábados letivos).

7.2.3 Terceira série

COMPONENTE CURRICULAR			CARGA HORÁRIA					
TIPO	DESCRIÇÃO	OFERTA	G. I	G. II	G. III		TOTAL	ACEC
			Teórica	PPed	Est			
Dis	Metodologia do ensino de língua espanhola	Anual/ presencial	60h	--	30h	--	90h	--
Dis	Metodologia do ensino de língua portuguesa	Anual/ presencial	60h	--	30h	--	90h	--
Dis	Metodologia do ensino de literatura	Anual/ presencial	60h	--	30h	--	90h	--
Dis	Língua espanhola III	Anual/ presencial	--	120h	--	--	120h	--
Dis	Sintaxe	Anual/ presencial	--	120h	--	--	120h	--
Dis	Literatura brasileira II	Anual/ presencial	--	60h	--	--	60h	--
Dis	Projetos de extensão em Letras II	Anual/ presencial	--	120h	--	--	120h	120h
Est	Estágio supervisionado em língua portuguesa	Anual/ programada	--	--	--	200h	200h	--
CARGA HORÁRIA ANUAL			180h	420h	90h	200h	890h	120h

* A carga horária prática (PPed) será cumprida de forma programada (aulas ou atividades programadas em contraturno ou em sábados letivos).

7.2.4 Quarta série

COMPONENTE CURRICULAR			CARGA HORÁRIA					
TIPO	DESCRIÇÃO	OFERTA	G. I	G. II	G. III		TOTAL	ACEC
			Teórica	PPed	Est			
Dis	LIBRAS	Anual/ presencial	60h	--	30h	--	90h	--
Dis	Morfologia	Anual/ presencial	--	120h	--	--	120h	--
Dis	Literaturas em língua espanhola	Anual/ presencial	--	60h	30h	--	90h	--
Dis	Literaturas em língua portuguesa	Anual/ presencial	--	60h	30h	--	90h	--
Dis	Literaturas afro-brasileira e ameríndia	Anual/ presencial	--	30h	30h**	--	60h	--
Dis	Projetos de extensão em Letras III	Anual/ presencial	--	60h	--	--	60h	60h
Dis	Linguística IV	1º semestre/ presencial	--	60h	--	--	60h	--
Dis	Linguística V	2º semestre/ presencial	--	60h	--	--	60h	--
Est	Estágio supervisionado em língua espanhola	Anual/ programada	--	--	--	200h	200h	--
CARGA HORÁRIA ANUAL			60h	450h	120h	200h	830h	60h

* A carga horária prática (PPed) será cumprida de forma programada (aulas ou atividades programadas em contraturno ou em sábados letivos).

** Nesta disciplina, a carga horária PPed será cumprida de forma presencial.

7.2.5 Resumo da oferta

	CARGA HORÁRIA				
	G. I	G. II	G. III		ACEC
	Teórica		PPed	Est	
1ª SÉRIE	330h	300h	90h	--	30h
2ª SÉRIE	240h	480h	120h	120h	120h
3ª SÉRIE	180h	420h	90	140h	120h
4ª SÉRIE	60h	450h	120	140h	60h
TOTAL	810h	1.650h	420h	400h	330h
	3.280h				

8 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

As disciplinas ofertadas no Curso de Letras Português e Espanhol são fruto de análise da documentação legal que regulamenta a formação de professores, as diretrizes curriculares para o ensino superior, a literatura científica, a prática cotidiana dos docentes, a percepção dos discentes e egressos e os currículos oficiais.

Por se tratar de um curso que engloba o ensino-aprendizagem de duas línguas e de suas respectivas literaturas, a matriz curricular é composta apenas por disciplinas obrigatórias.

8.1 DISCIPLINAS

As disciplinas estão apresentadas nos quadros a seguir, indicando o nome e as cargas horárias referentes às atividades correspondentes à disciplina. A prática pedagógica como componente curricular (PPed) e a curricularização da extensão (ACEC) serão descritas em seções próprias no corpo deste documento.

Diferente da orientação do modelo de PPC fornecido pela PROGRAD/UNESPAR (que indica uma organização em ordem alfabética), optamos por agrupar as ementas separadas pelos núcleos de formação (Grupos I e II, cf. Resolução 02/2019), seguindo a ordem evolutiva anual (1ª série, 2ª série, ...), de modo que se tenha uma visão global da área em que se insere a disciplina e se acompanhe a evolução lógica dos conteúdos daquela área específica. Essa organização também favorece que diferentes docentes que trabalham numa mesma área tenham conhecimento dos conteúdos anteriores ou posteriores à sua disciplina e possam propor, quando couber, um trabalho interdisciplinar.

8.1.1 Disciplinas do Grupo I

DISCIPLINA	Educação inclusiva e direitos humanos		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
60h	15h	--	75h
OFERTA	1ª série/ 1º semestre Presencial (CH teórica)/ Programada (CH PPed)		
EMENTA			
Política Nacional de Educação Especial e Educação Inclusiva. O sistema educacional brasileiro e a inclusão. Direitos humanos. Alternativas de atendimento inclusivo na Educação Básica e as diferentes concepções de aprendizagem. Recursos pedagógicos e tecnológicos adaptados. Etiologia das deficiências, especificidades, necessidades e potencialidades das pessoas com deficiência, de condutas típicas e altas habilidades. Dificuldades de aprendizagem. Conteúdos, metodologias, planejamento e avaliação para a educação especial e inclusiva na Educação Básica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas . 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.			
MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. In: Revista Brasileira de Educação . v 11. n 33, Rio de Janeiro, set.-dez. 2006.			
SILVA, S.; VIZIM, M. (Orgs.). Educação especial: múltiplas leituras . Campinas: Mercado de Letras, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial da União , 20 dez. 1996. (versão atualizada).			
GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. Revista Brasileira de Educação , Mar 2013, v.18, nº.52, p.101-119. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n52/07.pdf .			
GIROTO, Claudia Regina Mosca; POKER, Rosimar Bortolini; OMOTE, Sadao. As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas . Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.			
HARLOS, Franco Ezequiel; DENARI, Fátima Elisabeth; ORLANDO, Rosimeire Maria. Análise da estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial brasileira (2008-2013). Revista Brasileira de Educação Especial , Marília, v. 20, n. 4, p. 497-512, Out.-Dez., 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbee/v20n4/a03v20n4.pdf .			
KASSAR, M. C.M. Escola como espaço para a diversidade e o desenvolvimento humano. Educ. Soc. , Campinas, v. 37, p. 1223-1240, 2016.			

DISCIPLINA	Psicologia da Educação		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
60h	15h	--	75h
OFERTA	1ª série/ 2º semestre Presencial (CH teórica)/ Programada (CH PPed)		
EMENTA			
História e eixos epistemológicos da Psicologia; principais abordagens psicológicas e suas contribuições para a Educação; desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e psicomotor da criança ao adulto e suas implicações no processo ensino-aprendizagem; Psicologia da educação e temas atuais do contexto educacional			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>GOULART, I. B. Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.</p> <p>MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L. R. Afetividade e o processo de ensino-aprendizagem: contribuições de Henry Wallon. In: Revista Psicologia da Educação. São Paulo, n. 20, p. 11-30, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n20/v20a02.pdf>. Acesso: 17 mar. 2022.</p> <p>SANTROCK, J. W. Psicologia educacional. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>FREIRE, I. R. Raízes da Psicologia. Petrópolis: Vozes, 1997.</p> <p>HENKLAIN, M. H. O.; CARMO, J. S. Contribuições da análise do comportamento à educação: um convite ao diálogo. Fundação Carlos Chagas – Cadernos de pesquisa, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 704-723, 2013.</p> <p>KUPFER, M. C. Freud e a educação: o mestre do impossível. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1997.</p> <p>PIAGET, J. Seis estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Forense, 1972.</p> <p>VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.</p>			

DISCIPLINA	Políticas Educacionais		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
60h	15h	--	75h
OFERTA	2ª série/ 1º semestre EaD (CH teórica)/ Programada (CH PPed)		
EMENTA			
Política educacional: fundamentos e conceitos. Organização do sistema educacional brasileiro. Legislação educacional brasileira para a educação básica. Cenário das políticas educacionais brasileiras: financiamento e programas educacionais. Estatuto da Criança e do Adolescente.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 20 dez. 1996. (versão atualizada). Disponível em < www.planalto.gov.br >.			
LIBÂNEO, J. C. Educação escolar: políticas, estruturas e organização . 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
SAVIANI, D. Da nova LDB ao Plano Nacional de Educação . 5. ed. Campinas: São Paulo: Autores Associados, 2004.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BRANDÃO, C. R. Educação como cultura . Campinas: São Paulo: Mercado das Letras, 2002.			
SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil . 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2010.			
LIBÂNEO. J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos . 26. ed. São Paulo: Loyola, 2011.			
RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira: a organização escolar . 20. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.			
SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica . 18. ed. São Paulo: Autores Associados, 2009.			

DISCIPLINA	Ciência, tecnologia, sociedade e ambiente		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
60h	15h	--	75h
OFERTA	2ª série/ 2º semestre EaD (CH teórica)/ Programada (CH PPed)		
EMENTA			
<p>A relação entre filosofia, ciência e técnica. A filosofia da ciência. A ciência na história: as ciências da natureza e as ciências humanas. As origens do pensamento moderno e a ideia de modernidade. Teoria Crítica. Técnica e tecnologia. A crise da modernidade. Ciência e sociedade: idealismo, materialismo e positivismo. Socialização: primária e secundária. Concepções e inter-relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente (CTSA). Origem do movimento CTSA. As vertentes europeia, americana e o Pensamento Latino-Americano em CTSA (PLACTS). O movimento CTSA no contexto educacional. Alfabetização científica e tecnológica (ACT). Ativismo sociocientífico.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BAZZO, W. A. Ciência, Tecnologia e Sociedade: e o contexto da educação tecnológica. Florianópolis: Editora UFSC, 2011. Disponível em: http://www.oei.es/historico/salactsi/bazzocts.htm</p> <p>CASTELLS, M. A sociedade em rede. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.</p> <p>MIOTELLO, V; HOFFMANN, W. A. M. (Org.). Apontamentos de estudos sobre ciência, tecnologia & sociedade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BAZZO, W. A. Ponto de ruptura civilizatória: a pertinência de uma educação “desobediente”. Revista CTS. v. 11, n. 33, p 73-91 . set. 2016. Disponível em: http://www.revistacts.net/volumen-11-numero-33/322-dossier-cts/754-ponto-de-ruptura-civilizatoria-a-aertinencia-de-uma-educacao-desobediente.</p> <p>KLÜVER, L.; EINSIEDEL, E. F. Participação pública em Ciência e Tecnologia: influenciar nas decisões e, sobretudo, manter a sociedade informada e engajada. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.12, n.2, maio/ago, 2005. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000200013&lng=pt&nrm=iso.</p> <p>LINSINGEN, I. von; PEREIRA, L. T. V.; BAZZO, W. A. Introdução aos estudos CTS (ciência, tecnologia e sociedade). Cadernos de Ibero-América. Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). Disponível em: www.oei.es/historico/salactsi/Livro_CTS_OEI.pdf.</p> <p>SANTOS, L. W. Ciência, tecnologia e sociedade: o desafio da interação. Londrina: IAPAR, 2002.</p>			

DISCIPLINA	LIBRAS		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
60h	30h	--	90h
OFERTA	4ª série/ anual Presencial (CH teórica)/ Programada (CH PPed)		
EMENTA			
<p>Propriedades das línguas humanas e línguas de sinais. Os estudos das línguas de sinais e a língua brasileira de sinais: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. Processo de comunicação na Língua de Sinais: diferenças e similaridades existentes entre esta e a língua Portuguesa. Identidade surda. Metodologias de ensino e avaliação. Prática associada a conteúdo específico.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>LACERDA, Cristina Bróglia Feitosa de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. Cadernos CEDES [online]. 1998, v. 19, n. 46, p. 68-80.</p> <p>SKLIAR, C. Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BOTELHO, P. Segredos e silêncios na educação dos surdos. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.</p> <p>CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2001. Vol.1 e 2.</p> <p>COUTINHO, D. LIBRAS e Língua Portuguesa: semelhanças e diferenças. João Pessoa: Arpoador, 2000.</p> <p>GESSER, A. Libras? Que língua é essa? São Paulo, Editora Parábola: 2009.</p> <p>SKLIAR, C. A Surdez: um olhar sobre a diferença. Porto Alegre: Mediação, 2005.</p>			

DISCIPLINA	Fundamentos do ensino de línguas I		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
60h	--	--	60h
OFERTA	1ª série/ 2º semestre/ Presencial		
EMENTA			
<p>Sistema educacional brasileiro. Conceitos de gestão e cultura escolar. Indicadores das avaliações do desempenho escolar realizadas pelo MEC e pelas Secretarias Estaduais de Educação. O trabalho do professor na educação básica: elementos constituintes dos planos de ensino e de aula; tipos de aula e metodologias de ensino, incluindo o uso das tecnologias; atividades de aprendizagem e atividades avaliativas – tipos, seleção e aplicação conforme objetivos educacionais.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BACICH, Lilian; MOURAN, José. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2017.</p> <p>MACIEL, Ruberval F.; ARAUJO, Vanessa de A. Formação de professores de línguas: ampliando perspectivas. Porto Alegre: Penso, 2011.</p> <p>SERRANI, S. Discurso e cultura na aula de língua: Currículo, leitura, escrita. Campinas, SP: Pontes, 2005.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello. Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.</p> <p>BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2016.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.</p> <p>CONTRERAS DOMINGO, José. La autonomía del profesorado. Madrid: Morata, 2001.</p> <p>FANJUL, Adrián Pabol; GONZÁLEZ, Neide M. Espanhol e português brasileiro: estudos comparados. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.</p> <p>FERRAREZI JUNIOR, Celso. Pedagogia do silenciamento: a escola brasileira e o ensino de língua materna. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.</p> <p>FOUCAMBERT, Jean. Modos de ser leitor: aprendizagem e ensino de leitura no ensino fundamental. Curitiba: Editora UFPR, 2008.</p> <p>FREGONEZI, Durvali E. O professor, a escola e a leitura. Londrina, 2005.</p> <p>MAGALHÃES, Maria C. C. (org). A formação do professor como um profissional crítico: linguagem e reflexão. Campinas: Mercado das Letras, 2004.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. (Org). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez Editora, 2002.</p> <p>RIBEIRO, Ana Elisa. Escrever, hoje: palavra, imagem e tecnologias digitais na educação. São Paulo: Parábola, 2018.</p> <p>SEDYCIAS, João. O ensino do espanhol no Brasil: presente, passado, futuro. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.</p> <p>SIGNORINI, Inês (org.). Significados da inovação: no ensino de língua portuguesa e na</p>			

formação de professores. Mercado das Letras, 2007.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

VASCONCELLOS, Celso. dos S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 19 ed. São Paulo: Libertad, 2009.

DISCIPLINA	Fundamentos do ensino de línguas II		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
60h	15h	--	75h
OFERTA	2ª série/ 1º semestre Presencial (CH teórica)/ Programada (CH PPed)		
EMENTA			
<p>Conceitos de (multi)letramentos e gêneros textuais. Tipos de texto e sequências textuais. Ensino de línguas a partir de sequências didáticas. Análise linguística: conceito e práticas. Atividades práticas: realização de pesquisa e trabalhos (orais e/ ou escritos) em que se analisam livros didáticos da educação básica.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BEZERRA, Benedito G. Gêneros no contexto brasileiro: questões [meta]teóricas e conceituais. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.</p> <p>BEZERRA, Maria Auxiliadora; REINALDO, Maria Augusta. Análise linguística: afinal, a que se refere? São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>ROJO, Roxane. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>ANTUNES, Irandé. Língua, texto e ensino: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.</p> <p>AZEREDO, José Carlos de. A linguística, o texto e o ensino da língua. São Paulo: Parábola, 2018.</p> <p>COELHO, Fábio André; PALOMANES, Roza (orgs.). Ensino de produção textual. São Paulo: Contexto, 2016.</p> <p>DIONÍSIO, Angela P.; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). Gêneros textuais & ensino. 3.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.</p> <p>GIL, Beatriz D.; CARDOSO, Elis de A.; CONDÉ, Valéria G. Modelos de análise linguística. São Paulo: Contexto, 2009.</p> <p>KÖCHE, Vanilda S.; BOFF, Odete Maria B.; MARINELLO, Adiane F. Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2018.</p> <p>KÖCHE, Vanilda S.; MARINELLO, Adiane F. Gêneros textuais: práticas de leitura, escrita e análise linguística. Petrópolis: Vozes, 2015.</p> <p>KÖCHE, Vanilda S.; MARINELLO, Adiane F. Ler, escrever e analisar a língua a partir de gêneros textuais. Petrópolis: Vozes, 2017.</p> <p>KÖCHE, Vanilda S.; MARINELLO, Adiane F.; BOFF, Odete Maria B. Estudo e produção de textos: gêneros textuais do relatar, narrar e descrever. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2018.</p> <p>OLIVEIRA, Luciano Amaral. Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.</p> <p>RAMOS, Rossana. Lendo, escrevendo e gramaticando. São Paulo: Cortez, 2016.</p> <p>SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim (orgs.). Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado das Letras, 2004.</p>			

SOUZA, Ana Lúcia S.; CORTI, Ana Paula; MENDONÇA, Márcia. **Letramentos no ensino médio**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

WACHOWICZ, Teresa Cristina. **Análise linguística nos gêneros textuais**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

DISCIPLINA	Fundamentos do ensino de línguas III		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
60h	15h	--	75h
OFERTA	2ª série/ 2º semestre Presencial (CH teórica)/ Programada (CH PPed)		
EMENTA			
Semântica: aspectos de significado e sentido no contexto de uso da linguagem. Propriedades semânticas. Estudo dos conceitos semânticos e semióticos presentes nas competências e habilidades da BNCC nas práticas de oralidade, leitura, produção de textos e análise linguístico-semiótica. Atividades práticas: realização de pesquisa e trabalhos (orais e/ ou escritos) sobre as competências e habilidades relacionadas às práticas de leitura e produção textual na BNCC.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ANTUNES, Irandé. Território das palavras : estudo do léxico em sala de aula.			
FERRAREZI JUNIOR, Celso. Semântica . São Paulo: Parábola, 2019. Coleção Linguística para o ensino superior.			
PIETROFORTE, Antonio Vicente. Semiótica visual : os percursos do olhar. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2015.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
AGUIAR, Vera T. de. O verbal e o não verbal . São Paulo: UNESP, 2004.			
ANTUNES, Irandé. Língua, texto e ensino : outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.			
AZEREDO, José Carlos de. A linguística, o texto e o ensino da língua . São Paulo: Parábola, 2018.			
CANÇADO, Márcia; AMARAL, Luana. Introdução à semântica lexical : papéis temáticos, aspecto lexical e decomposição de predicados. Petrópolis: Vozes, 2016.			
CARVALHO, Robson S. de. Ensinar a ler, aprender a avaliar : avaliação diagnóstica das habilidades de leitura. São Paulo: Parábola, 2018.			
COSSON, Rildo. Como criar círculos de leitura na sala de aula . São Paulo: Contexto, 2021.			
FERRAREZI JUNIOR, Celso. Semântica para a educação básica . São Paulo: Parábola Editorial, 2008.			
FERRAREZI JUNIOR, Celso; CARVALHO, Robson S. de. De alunos a leitores : o ensino da leitura na educação básica. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.			
FERRAREZI JUNIOR, Celso; CARVALHO, Robson S. de. Produzir textos na educação básica : o que saber, como fazer. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.			
ILARI, Rodolfo. Introdução à semântica : brincando com a gramática. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2003.			
KÖCHE, Vanilda S.; BOFF, Odete Maria B.; MARINELLO, Adiane F. Leitura e produção textual : gêneros textuais do argumentar e expor. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2018.			
KÖCHE, Vanilda S.; MARINELLO, Adiane F. Gêneros textuais : práticas de leitura, escrita e análise linguística. Petrópolis: Vozes, 2015.			

KÖCHE, Vanilda S.; MARINELLO, Adiane F. **Ler, escrever e analisar a língua a partir de gêneros textuais**. Petrópolis: Vozes, 2017.

KÖCHE, Vanilda S.; MARINELLO, Adiane F.; BOFF, Odete Maria B. **Estudo e produção de textos: gêneros textuais do relatar, narrar e descrever**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

MARCONDES, Beatriz; MENEZES, Gilda; TOSHIMITSU, Thaís. **Como usar outras linguagens na sala de aula**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Manual de semântica**. Petrópolis: Vozes, 2008.

RAMOS, Rossana. **Lendo, escrevendo e gramaticando**. São Paulo: Cortez, 2016.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Escrever, hoje: palavra, imagem e tecnologias digitais na educação**. São Paulo: Parábola, 2018.

XAVIER, Glayci; REBELLO, Ilana; MONNERAT, Rosane. **Semiolinguística aplicada ao ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.

DISCIPLINA	Metodologia do ensino de língua portuguesa		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
60h	30h	--	90h
OFERTA	3ª série/ anual Presencial (CH teórica)/ Programada (CH PPed)		
EMENTA			
<p>Metodologias para o ensino de língua portuguesa no ensino Fundamental II e no Ensino Médio. Transposição Didática a partir da perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e produção de textos verbais e multissemióticos (BNCC). Práticas de letramento a partir do trabalho com diferentes gêneros textuais da oralidade e da escrita. Análise linguística contextualizada na sala de aula. Variação fonética, morfológica, sintática, lexical e pragmática em sala de aula. Planejamento e elaboração da Regência. Atividades práticas: pesquisa, planos de aula, sequências didáticas, seminários e criação de exercícios no âmbito do ensino de língua portuguesa em sala de aula. Orientações para o desenvolvimento do Estágio Supervisionado Obrigatório.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ANTUNES, Irandé. Aula de Português: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.</p> <p>AVELAR, Juanito Ornelas de. Saberes gramaticais: formas, normas e sentidos no espaço escolar.</p> <p>BRANDÃO, Silvia Figueiredo; VIEIRA, Silvia Rodrigues (orgs.). Ensino de gramática: descrição e uso. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2019.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>ANTUNES, Irandé. Gramática contextualizada: limpando “o pó das ideias simples”. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.</p> <p>ANTUNES, Irandé. Língua, texto e ensino: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.</p> <p>BORTONI-RICARDO, Stella Maris <i>et al</i> (orgs.). Por que a escola não ensina gramática assim? São Paulo: Parábola Editorial, 2014.</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2018.</p> <p>BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia (orgs.). Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.</p> <p>FERRAREZI JUNIOR, Celso. Pedagogia do silenciamento: a escola brasileira e o ensino de língua materna. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.</p> <p>FERRAREZI JUNIOR, Celso. Sintaxe para a educação básica: com sugestões didáticas, exercícios e respostas. São Paulo: Contexto, 2018.</p> <p>GERALDI, João Wanderley. As unidades básicas do ensino de Português. In: GERALDI, J.W. (Org.). O texto na sala de aula. 2. ed. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>KÖCHE, Vanilda S.; BOFF, Odete Maria B.; MARINELLO, Adiane F. Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2018.</p> <p>KÖCHE, Vanilda S.; MARINELLO, Adiane F. Gêneros textuais: práticas de leitura, escrita e análise linguística. Petrópolis: Vozes, 2015.</p>			

KÖCHE, Vanilda S.; MARINELLO, Adiane F. **Ler, escrever e analisar a língua a partir de gêneros textuais**. Petrópolis: Vozes, 2017.

KÖCHE, Vanilda S.; MARINELLO, Adiane F.; BOFF, Odete Maria B. **Estudo e produção de textos: gêneros textuais do relatar, narrar e descrever**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da Fala para a Escrita: Atividades de Retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia Mattos. **O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas**. São Paulo: Parábola, 2004.

NEVES, Maria Helena de M. **Que gramática estudar na escola?: norma e uso na língua portuguesa**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2019.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

OLIVEIRA, Roberta P.; QUAREZEMIN, Sandra. **Gramáticas na escola**. Petrópolis: Vozes, 2016.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. 2.ed. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

SOUZA, Sweder; RUTIQUEWISKI, Andréia (orgs.). **Ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular: propostas e desafios (BNCC – Ensino Fundamental II)**. Campinas: Mercado das Letras, 2020.

ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto. **Pedagogia da Variação Linguística: Língua, Diversidade e Ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

RAMOS, Rossana. **Lendo, escrevendo e gramaticando**. São Paulo: Cortez, 2016.

DISCIPLINA	Metodologia do ensino de língua espanhola		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
60h	30h	--	90h
OFERTA	3ª série/ anual Presencial (CH teórica)/ Programada (CH PPed)		
EMENTA			
Abordagens contemporâneas para o ensino de Língua Espanhola. Dispositivos legais no ensino de Língua Espanhola. Conhecimento acerca das instituições culturais responsáveis pela difusão da Língua Espanhola e de suas culturas e suas contribuições para o desenvolvimento de novas metodologias de ensino. Novas tecnologias e o ensino de Língua Espanhola. Língua Espanhola na educação infantil. Materiais didáticos para o ensino de Língua Espanhola como língua estrangeira. Avaliação Educacional. Planejamento e elaboração da Regência. Atividades práticas (pesquisa, planos de aula, sequências didáticas, seminários e criação de exercícios).			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
NEUMANN, Sueli. Abordagem comunicativa . União da Vitória: Fafuv, 2010.			
BARALO, Marta. La adquisición del español como lengua extranjera . Madri, Espanha: Arco/Libros, 1999.			
ABADÍA, Pilar Melero. Métodos y enfoques en la enseñanza/aprendizaje del español como lengua extranjera . Madri, Espanha: Edelsa, 2000			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ALMEIDA FILHO, J. C. P. Dimensões comunicativas no ensino de línguas . Campinas: Pontes, 1993.			
BARALO, M. Teoría de Adquisición de lenguas extranjeras y su aplicación a la enseñanza del español . Madrid: Fundación Antonio Lebrija, 1998.			
BUESO, I.; et al. Diferencias de usos gramaticales entre español peninsular y español de América . Madrid: Edinumen, 1999.			
GARGALLO, I. S. Lingüística aplicada a la enseñanza del español como lengua extranjera . Madrid: Arco Libros, 1999.			
LLOBERA, M. Una perspectiva sobre la competencia comunicativa y la didáctica de las lenguas extranjeras. In: _____. Competencia comunicativa : documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras. Madrid: Edelsa, 1995.			

DISCIPLINA	Metodologia do ensino de literatura		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
60h	30h	--	90h
OFERTA	3ª série/ anual Presencial (CH teórica)/ Programada (CH PPed)		
EMENTA			
Políticas do ensino de Literatura. Estratégias de trabalho com o texto literário em sala de aula. Letramento Literário. Oficinas de Literatura. Planejamento e práticas de ensino. Reflexões teóricas sobre o ensino da literatura. Teoria e prática da formação do leitor. Laboratórios de aulas de literatura.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Brasília, 2018.			
CANDIDO, Antonio. Na sala de aula . 5 ed. São Paulo: Ática, 1995.			
LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo . 4ed. São Paulo: Ática, 1999.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
CANDIDO, Antonio. Vários Escritos . 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.			
COSSON, Rildo. Letramento Literário: teoria e prática . 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.			
LAJOLO, Marisa. A formação da leitura no Brasil . São Paulo: Ática, 1996.			
LOIS, Lena. Teoria e prática da formação do leitor: leitura e literatura na sala de aula . Porto Alegre: Penso, 2010.			
PENNAC, Daniel. Como um romance . Trad. Leny Werneck. Porto Alegre: L&PM; Rio de Janeiro: Rocco, 2008.			
PINHEIRO, Helder. Poesia na sala de aula . 2 ed. João Pessoa: Idéia, 2002.			
TODOROV, Tzvetan. Literatura em perigo . Tradução Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.			
VALÉRIO, Alessandra Cristina; TARINI, Ana Maria de Fátima L. (Org.). O espaço da literatura no ensino médio técnico e tecnológico: horizontes teóricos e percursos didáticos . Curitiba: Editora IFPR, 2022. Disponível em: < https://editora.ifpr.edu.br/index.php/aeditora/catalog/view/50/31/232 >			

DISCIPLINA	Textos acadêmicos, pesquisa e ensino		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
120h	--	--	120h
OFERTA	1ª série/ anual/ Presencial		
EMENTA			
<p>Introdução ao conceito de gêneros acadêmicos e ao domínio discursivo acadêmico. Caracterização dos gêneros acadêmicos orais e escritos. Habilidades para a leitura de gêneros acadêmicos. Produção de gêneros acadêmicos comumente utilizados como forma de avaliação na graduação. Fontes de informação e pesquisa científica. Normas ABNT referentes aos gêneros acadêmicos. Ensino de textos do campo da pesquisa e de iniciação científica na educação básica.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>BRASILEIRO, Ada Magaly M. Como produzir textos acadêmicos e científicos. São Paulo: Contexto, 2021.</p> <p>MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela R. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 4.ed. Lisboa: Edições 70, Rio de Janeiro: Forma Certa, 2021.</p> <p>BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 2018.</p> <p>BIASI-RODRIGUES, Bernardete; ARAÚJO, Júlio C.; SOUSA, Socorro C. T. de. Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales.</p> <p>CASTRO, Mônica R. de; FERREIRA, Giselle; GONZALEZ, Wania. Metodologia da pesquisa em educação. Nova Iguaçu: Marsupial Editora, 2013.</p> <p>GOLDSTEIN, Norma; LOUZADA, Maria Silvia; IVAMOTO, Regina. O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009.</p> <p>LIMA, Lilian Salete Alonso Moreira Lima. Avaliação de artigos “alta qualidade” e “demais artigos” na área de Linguística: é possível estabelecer parâmetros? 2014. 193f. Tese (Pós-Graduação em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000195667.</p> <p>MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz G. Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.</p> <p>PAIVA, Vera Lúcia M. De O. e. Manual de pesquisa em estudos linguísticos. São Paulo: Parábola, 2019.</p> <p>VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. Escrever na universidade: fundamentos. São Paulo: Parábola, 2019.</p>			

DISCIPLINA	Fundamentos da extensão		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
30h	--	30h	30h
OFERTA	1ª série/ 2º semestre/ EaD		
EMENTA			
<p>Perspectiva histórico-filosófica dos estudos referentes à Extensão Universitária e a sua função acadêmica e social. Concepções, a legislação e as tendências da Extensão Universitária nas Universidades Públicas Brasileiras. Procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Extensão e Flexibilização Curricular. Porto Alegre: EdUFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. (Coleção Extensão Universitária; v.4).</p> <p>FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Extensão Universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte; Coopmed, 2007. (Coleção Extensão Universitária; v.6).</p> <p>NOGUEIRA, M. D. P. Políticas de Extensão Universitária Brasileira. Belo Horizonte: EdUFMG, 2005.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.</p> <p>SANTOS, B. S. Universidade do Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção questões da nossa época; v. 120).</p> <p>SILVA, M. S.; VASCONCELOS, S. D. Extensão Universitária e formação profissional: avaliação da experiência das ciências biológicas na Universidade Federal de Pernambuco. Estudos em Avaliação Educacional, v. 17, n. 33, p. 119-35, 2006.</p> <p>SOUZA, A. L. L. A história da Extensão Universitária. Campinas: Editora Alinea, 2000.</p>			

8.1.2 Disciplinas do Grupo II

DISCIPLINA	Língua Espanhola I		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
120h	30h	--	150h
OFERTA	1ª série/ anual Presencial (CH teórica)/ Programada (CH PPed)		
EMENTA			
<p>Introdução ao estudo das estruturas básicas da Língua Espanhola. Produção e compreensão oral e escrita em nível básico. Desenvolvimento dos aspectos comunicativos e culturais abordados a partir de diversos gêneros textuais e discursivos. Intersecções entre identidades étnico-raciais, direitos humanos e outras questões que devem ser contempladas a partir dos temas transversais. Estudo das variantes da língua espanhola e da relação entre os conteúdos abordados e a prática docente.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ASSALI, Shirley Maia. Conjugação de verbos em espanhol. 2. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2004.</p> <p>FERREIRA, Aparecida de Jesus. Identidades sociais de raça, etnia e sexualidade: práticas pedagógicas em sala de aula de línguas e formação de professores. Campinas: Pontes Editores, 2012.</p> <p>MATTE BON, F. Gramática comunicativa del español: de la lengua a la idea. TOMO I. Madrid: Ed. Edelsa, 2011.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BRIONES, Ana Isabel; FLAVIAN, Eugenia et al. Español ahora. São Paulo: Moderna/Santillana, 2004.</p> <p>CERVERO, M. Jesús; CASTRO, Francisca Pichardo. Aprender y enseñar vocabulario. Madrid, Espanha: Edelsa, 2000.</p> <p>FERNÁNDEZ DÍAZ, R. Prácticas de fonética española para hablantes de português. Nivel inicial – intermédio. Madrid: Editorial Arco Libros, 1999.</p> <p>FERNÁNDEZ DÍAZ, R. Identidades sociais de raça, etnia e sexualidade: práticas pedagógicas em sala de aula de línguas e formação de professores. Campinas: Pontes Editores, 2012.</p> <p>GONZÁLEZ HERMOSO, A.; CUENOT, J.R.; SÁNCHEZ ALFARO, M. Gramática de español lengua extranjera. Madrid: Edelsa, 1997.</p>			

DISCIPLINA	Língua Espanhola II		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
120h	--	--	120h
OFERTA	2ª série/ anual/ Presencial		
EMENTA			
<p>Introdução ao estudo das estruturas complexas da língua espanhola. Produção e compreensão oral e escrita em nível pré-intermediário. Desenvolvimento dos aspectos comunicativos e culturais abordados a partir de diversos gêneros textuais e discursivos. Intersecções entre identidades étnico-raciais, direitos humanos e outras questões que devem ser contempladas tendo em vista os temas transversais. Estudo das variantes da língua espanhola e da relação entre os conteúdos abordados e a prática docente.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ASSALI, Shirley Maia. Conjugação de verbos em espanhol. 2. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2004.</p> <p>FERREIRA, Aparecida de Jesus. Identidades sociais de raça, etnia e sexualidade: práticas pedagógicas em sala de aula de línguas e formação de professores. Campinas: Pontes Editores, 2012.</p> <p>MATTE BON, F. Gramática comunicativa del español: de la lengua a la idea. TOMO I. Madrid: Ed. Edelsa, 2011.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>FANJUL, Adrián (Org.). Gramática y práctica de español para brasileños. São Paulo: Moderna/Santillana, 2019.</p> <p>FANJUL, Adrián (Org.). Gramática de español paso a paso. 2. ed. São Paulo: Moderna/Santillana, 2011.</p> <p>FERNÁNDEZ DÍAZ, R. Prácticas de fonética española para hablantes de português. Nivel inicial – intermédio. Madrid: Editorial Arco Libros, 1999.</p> <p>FERNÁNDEZ DÍAZ, R. Identidades sociais de raça, etnia e sexualidade: práticas pedagógicas em sala de aula de línguas e formação de professores. Campinas: Pontes Editores, 2012.</p> <p>GONZÁLEZ HERMOSO, A.; CUENOT, J.R.; SÁNCHEZ ALFARO, M. Gramática de español lengua extranjera. Madrid: Edelsa, 1997.</p>			

DISCIPLINA	Língua Espanhola III		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
120h	--	--	120h
OFERTA	3ª série/ anual/ Presencial		
EMENTA			
<p>Aprimoramento do estudo das estruturas complexas da língua espanhola. Produção e compreensão oral e escrita em nível pré-avançado. Desenvolvimento dos aspectos comunicativos e culturais abordados a partir de diversos gêneros textuais e discursivos. Intersecções entre identidades étnico-raciais, direitos humanos e outras questões que devem ser contempladas tendo em vista os temas transversais. Estudo das variantes da língua espanhola e da relação entre os conteúdos abordados e a prática docente de nível intermediário.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>FANJUL, Adrián (Org.). Gramática y práctica de español para brasileños. São Paulo: Moderna/Santillana, 2019.</p> <p>FERREIRA, Aparecida de Jesus. Identidades sociais de raça, etnia e sexualidade: práticas pedagógicas em sala de aula de línguas e formação de professores. Campinas: Pontes Editores, 2012.</p> <p>MATTE BON, F. Gramática comunicativa del español: de la lengua a la idea. TOMO I. Madrid: Ed. Edelsa, 2011.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BRIONES, Ana Isabel; FLAVIAN, Eugenia et al. Español ahora. São Paulo: Moderna/Santillana, 2004.</p> <p>CORREA, P.A.P. Dimensiones sintácticas del español: su interacción con el discurso y el aprendizaje por hablantes de português. Maringá: EDUEM, 2010.</p> <p>FANJUL, Adrián. Gramática de español paso a passo. 2. ed. São Paulo: Moderna/Santillana, 2011.</p> <p>FERREIRA, Aparecida de Jesus. Formação de professores raça/etnia: reflexões e sugestões de materiais de ensino em português e inglês. 2 ed. rev. – Cascavel: Assoeste, 2006.</p> <p>GONZÁLEZ HERMOSO, A.; CUENOT, J.R.; SÁNCHEZ ALFARO, M. Gramática de español lengua extranjera. Madrid: Edelsa, 1997.</p>			

DISCIPLINA	Sintaxe		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
120h	--	--	120h
OFERTA	3ª série/ anual/ Presencial		
EMENTA			
Sentenças simples: predicação; transitividade; verbo, sujeito e predicado (argumento externo e interno); concordância; diferenças entre adjuntos e complementos; pontuação em sentenças simples; diferenças entre sentenças simples e complexas; tipos de sentenças complexas (dependência semântica e sintática): conjunções subordinativas e correlatas; coordenação e subordinação em textos orais e escritos; pontuação em sentenças complexas; estruturação sintática em diferentes gêneros/ tipos textuais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CASTILHO, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro . 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010.			
NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português . 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.			
PERINI, Mário A. Gramática descritiva do português brasileiro . Petrópolis: Vozes, 2020.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
AZEREDO, José Carlos de. Fundamentos de gramática do português . 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.			
AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa . 5.ed. São Paulo: Parábola, 2021.			
BAGNO, Marcos. Gramática pedagógica do português brasileiro . São Paulo: Parábola Editorial, 2012.			
BERLINCK, Rosane de Andrade; AUGUSTO, Marina R. A.; SCHER, Ana Paula. <i>Sintaxe</i> . In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). Introdução à linguística . São Paulo: Cortez, 2001.			
FERRAREZI JUNIOR, Celso. Sintaxe para a educação básica : com sugestões didáticas, exercícios e respostas. São Paulo: Contexto, 2018.			
KENEDY, Eduardo. Para conhecer sintaxe . São Paulo: Contexto, 2018.			
PERINI, Mário A. Sintaxe . São Paulo: Parábola, 2019. Coleção Linguística para o ensino superior.			
PEZATTI, Erotilde G. A ordem das palavras no português . São Paulo: Parábola Editorial, 2014.			
PILATI, Eloisa. Linguística, gramática e aprendizagem ativa . 2.ed. Campinas: Pontes, 2017.			
VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. Escrever na universidade : Vol 3 - gramática do período e da coordenação. Parábola editorial, 2021.			
VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. Escrever na universidade : Vol 4 - gramática da subordinação. Parábola editorial, 2021.			
VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. Escrever na universidade : Vol 5 - gramática da norma de referência. Parábola editorial, 2021.			

DISCIPLINA	Morfologia		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
120h	--	--	120h
OFERTA	4ª série/ anual/ Presencial		
EMENTA			
Estrutura e formação de palavras do português brasileiro. Aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos das classes de palavras do português brasileiro, com aporte teórico da Linguística. Funcionamento dessas classes no texto, considerando sua aplicação ao ensino na educação básica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa . 5.ed. São Paulo: Parábola, 2021.			
BAGNO, Marcos. Gramática pedagógica do português brasileiro . São Paulo: Parábola Editorial, 2012.			
GONÇALVES, Carlos Alexandre. Morfologia . São Paulo: Parábola, 2019. Coleção Linguística para o ensino superior.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ANTUNES, Irandé. Território das palavras : estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.			
BATISTA, Ronaldo de Oliveira. A palavra e a sentença : estudo introdutório. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.			
CÂMARA JR .Joaquim Mattoso. Estrutura da Língua Portuguesa : edição crítica. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.			
CORREIA, Margarita; ALMEIDA, Gladis Maria de B. Neologia em português . São Paulo: Parábola Editorial, 2012.			
FERRAREZI JUNIOR, Celso. O estudo dos verbos na educação básica . São Paulo: Contexto, 2014.			
GONÇALVES, Carlos Alexandre. Atuais tendências em formação de palavras . São Paulo: Contexto, 2016.			
NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português . 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.			
PERINI, Mário. Gramática descritiva do português brasileiro . Petrópolis: Vozes, 2020.			
PILATI, Eloisa. Linguística, gramática e aprendizagem ativa . 2.ed. Campinas: Pontes, 2017.			
PINILLA, M.A. Classes de palavras. In: VIEIRA, Silvia; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Ensino de gramática : descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2018.			

DISCIPLINA	Linguística I		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
60h	30h	--	90h
OFERTA	1ª série/ 1º semestre Presencial (CH teórica)/ Programada (CH PPed)		
EMENTA			
<p>Abordagem dos conceitos básicos da Linguística, tais como <i>língua, linguagem, norma, variação e mudança linguística, gramática</i>, entre outros que sejam relevantes para o entendimento geral do que essa ciência é e do que ela estuda. Visão geral dos estudos da linguagem e desenvolvimento da linguística como ciência, traçando um panorama das escolas de pensamento e disciplinas e mostrando sua influência nas concepções de linguagem e língua e no ensino de línguas. Implicações das concepções vistas para o ensino de língua portuguesa e de língua espanhola. Variação linguística na sala de aula. Relações entre linguagem e identidade. Atividades práticas: pesquisa e trabalhos (orais e/ ou escritos) sobre a formação da identidade docente do professor de línguas na contemporaneidade.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística: I. Objetos teóricos. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2007.</p> <p>FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística: II Princípios de análise. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2007.</p> <p>UCHÔA, Carlos Eduardo F. Iniciação à linguística: fundamentos essenciais. Rio de Janeiro: Lexikon, 2019.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>ANTUNES, Irandé. Muito além da gramática/ por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.</p> <p>BAGNO, Marcos. Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.</p> <p>COELHO, Izete L. <i>et al.</i> Para conhecer sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2019.</p> <p>FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. Para conhecer norma linguística. São Paulo: Contexto, 2017.</p> <p>FIORIN, José Luiz (org.). Linguística? Que é isso? São Paulo: Contexto, 2019.</p> <p>FREGONEZI, Durvali E. O professor, a escola e a leitura. Londrina: Humanidades, 2003.</p> <p>MASTRELLA-DE-ANDRADE, Mariana. FIGUEIREDO, Carla Janaina (orgs). Ensino de línguas na contemporaneidade: práticas de construção de identidades. Campinas: Pontes, 2013.</p> <p>MOITA LOPES, Luiz Paulo (org). Por uma linguística aplicada indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.</p> <p>MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2012. V.1.</p> <p>MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012. V.2.</p> <p>MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). Introdução à linguística: III. Fundamentos epistemológicos. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009. V.3.</p>			

PILATI, Eloisa. **Linguística, gramática e aprendizagem ativa**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2017.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2021.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

DISCIPLINA	Linguística II		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
60h	30h	--	90h
OFERTA	2ª série/ 1º semestre Presencial (CH teórica)/ Programada (CH PPed)		
EMENTA			
<p>Conceitos de texto e multimodalidade. Estudo dos diferentes fatores que intervêm na organização textual-discursiva e na construção do sentido, com ênfase em aspectos sociocognitivos e interacionais, processos de referenciação, fatores de textualidade, estratégias de continuidade e de progressão textual. Atividades práticas: pesquisa e trabalhos (orais e/ ou escritos) sobre as contribuições da Linguística Textual para o ensino de língua portuguesa na educação básica, conforme competências e habilidades da BNCC.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ANTUNES, Irandé. Textualidade: noções básicas e implicações pedagógicas. São Paulo: Parábola, 2017.</p> <p>CAVALCANTE, Mônica M.; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica P. Coerência, referenciação e ensino. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>RIBEIRO, Ana Elisa. Multimodalidade, textos e tecnologias: provocações para a sala de aula. São Paulo: Parábola, 2021.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>ADAM, Jean-Michel. Textos: tipos e protótipos. São Paulo: Contexto, 2019.</p> <p>ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.</p> <p>ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.</p> <p>BATISTA, Ronaldo de O. (org.). O texto e seus conceitos. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.</p> <p>CAVALCANTE, Mônica M.; LIMA, Silvana Maria C. de (orgs.). Referenciação: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>DISCINI, Norma. O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia, literatura. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016.</p> <p>KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda Maria. Ler e escrever: estratégias de produção textual. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2014.</p> <p>MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.</p> <p>MARQUESI, Sueli Cristina; PAULIUKONIS, Aparecida L.; ELIAS, Vanda Maria (orgs.). Linguística textual e ensino. São Paulo: Contexto, 2017.</p> <p>RIBEIRO, Ana Elisa. Textos multimodais: leitura e produção. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.</p> <p>SOUZA, Edson R. F. de; PENHAVEL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério (orgs.). Linguística textual: interfaces e delimitações. Homenagem a Ingedore Grünfeld Villaça Koch. São Paulo: Cortez Editora, 2017.</p>			

DISCIPLINA	Linguística III		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
60h	30h	--	90h
OFERTA	2ª série/ 2º semestre Presencial (CH teórica)/ Programada (CH PPed)		
EMENTA			
<p>Introdução à fonética articulatória; ponto e modo de articulação; elementos prosódicos; transposições da fala para a escrita; som e ortografia; fonema; variação e distribuição complementar. (Re)conhecimento de aspectos constitutivos do texto falado, considerando-se as interações sociais com vistas ao desenvolvimento da competência comunicativa / discursiva. Correlação fala-escrita, destacando se seu continuum. Compreensão dos gêneros da oralidade, incluindo-se a mídia digital. Atividades práticas: pesquisa e trabalhos (orais e/ ou escritos) sobre as propostas da BNCC para o ensino da oralidade.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>CARVALHO, Robson S. de; FERRAREZI JUNIOR, Celso. Oralidade na educação básica: o que saber, como ensinar. São Paulo: Parábola, 2018.</p> <p>JUBRAN, Clélia S. (org.). A construção do texto falado. São Paulo: Contexto, 2015. Coleção Gramática do português culto falado no Brasil.</p> <p>SEARA, Izabel Christine; NUNES, Vanessa G.; LAZZAROTTO-VOLCÃO, Cristiane. Para conhecer fonética e fonologia do português brasileiro. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2017.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>ABAURRE, Maria Bernadete M. (org.). A construção fonológica da palavra. São Paulo: Contexto, 2013. Coleção Gramática do português culto falado no Brasil.</p> <p>COSTA-HÜBES, Terezinha da (org.). Práticas sociais de linguagem: reflexões sobre oralidade, leitura e escrita no ensino. Campinas: Mercado das Letras, 2015.</p> <p>CRISTÓFARO SILVA, Tais. Fonética e Fonologia. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2008.</p> <p>MICHELETTI, Guaraciaba (org.). Enunciação e gêneros discursivos. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>ROBERTO, Mikaela. Fonologia, fonética e ensino: guia introdutório. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.</p> <p>SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado das Letras, 2007.</p> <p>SIMÕES, Darcília. Considerações sobre a fala e a escrita: fonologia em nova chave. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.</p>			

DISCIPLINA	Linguística IV		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
60h	--	--	60h
OFERTA	4ª série/ 1º semestre/ Presencial		
EMENTA			
<p>Questões teóricas e metodológicas concernentes aos estudos do texto e do discurso num movimento de interface entre Análise do Discurso, Teoria da Enunciação e Pragmática. Problematização das maneiras de ler, mostrando como ocorrem os processos de construção e materialização dos sentidos no/do texto. Contextualização dos diferentes campos disciplinares no contexto dos estudos pós-estruturalistas que influenciaram de forma teórica e metodológica os estudos acerca do sentido: Teoria da Enunciação, cadeias de pressuposições, Teoria dos Atos de Fala e a relação entre língua, sujeito e ideologia. Relação desses estudos com competências e habilidades da BNCC.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>GUIMARÃES, E. Semântica do Acontecimento. Campinas: Pontes, 2002.</p> <p>ORLANDI, E. P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.</p> <p>PAGANI, L. A; SOUZA, L. M. Para conhecer pragmática. 1ª.ed. São Paulo: Contexto, 2022.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>ALTHUSSER. L. Aparelhos ideológicos de estado. 8.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.</p> <p>BARONAS, Roberto L. (org.). Estudos discursivos à brasileira: uma introdução. Campinas: Pontes, 2015.</p> <p>BARROS, Diana L. P. Teoria semiótica do texto. 4. ed. São Paulo: Parma. 2005.</p> <p>CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2014.</p> <p>DISCINI, Norma. O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia, literatura. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016.</p> <p>FIORIN, José L. Introdução à linguística (Org). São Paulo: Contexto, p.165-186, 2022.</p> <p>FOUCAULT, M. A ordem do discurso. Trad: SAMPAIO, L. F. A. São Paulo: Loyola, 1996.</p> <p>MAINGUENEAU, Dominique. Cenas da enunciação. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.</p> <p>MAINGUENEAU, Dominique. Discurso e análise do discurso. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.</p> <p>MAINGUENEAU, Dominique. Doze conceitos em análise do discurso. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.</p> <p>MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras 2. 5. ed. São Paulo: Cortez, v. 2, cap.1 e 2, 2009.</p> <p>SANDMANN, Antônio. A linguagem da propaganda. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2014.</p> <p>SOUZA, Ivan V. de. Língua portuguesa em cena: ensino, sujeito e contexto. Jundiaí: Paco, 2018.</p> <p>VOESE, Ingo. Análise do discurso e o ensino de língua portuguesa. São Paulo: Cortez,</p>			

2004. Coleção Aprender e ensinar com textos, v.13.

DISCIPLINA	Linguística V		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
60h	--	--	60h
OFERTA	4ª série/ 2º semestre/ Presencial		
EMENTA			
Estudo dos princípios teóricos e metodológicos da teoria da argumentação. Aplicação desses princípios nas práticas de leitura e produção de textos. Competências e habilidades da BNCC relacionadas à argumentação.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
FERREIRA, Luiz Antônio. Leitura e persuasão : princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2015.			
FIORIN, José Luiz. Argumentação . São Paulo: Contexto, 2015.			
PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação : a nova retórica. 3.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ABREU, Antônio Suárez. A arte de argumentar : gerenciando razão e emoção. 11.ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.			
AMOSSY, Ruth. A argumentação no discurso . São Paulo: Contexto, 2018.			
BRETON, Philippe. A argumentação na comunicação . 2.ed. Bauru: EDUSC, 2003.			
CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina; DUARTE, Michele da C. Artigo de opinião : sequência didática funcionalista. São Paulo: Parábola, 2018.			
CAVALCANTE, Mônica M. (org.). Linguística textual e argumentação . Campinas: Pontes Editores, 2020.			
DISCINI, Norma. O estilo nos textos : história em quadrinhos, mídia, literatura. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016.			
KOCH, Ingedore G. V. Argumentação e linguagem . 13.ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
KOCH, Ingedore G. V.; ELIAS, Vanda Maria. Escrever e argumentar . São Paulo: Contexto, 2016.			
SOARES, Neiva Maria M. Gêneros textuais em foco : argumentação em textos opinativos. Curitiba: Appris, 2016.			
SOUSA, Ivan V. de. Língua portuguesa em cena : ensino, sujeito e contexto. Jundiaí: Paco, 2018.			
PLATIN, Christian. A argumentação : história, teorias, perspectivas. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.			

DISCIPLINA	Teoria da Literatura		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
120h	--	--	120h
OFERTA	1ª série/ anual Presencial		
EMENTA			
<p>Conceitos de literatura: pressupostos teóricos e linguagem literária. Arte Poética. Gêneros Literários. Relação entre a literatura e outras artes. Gênero lírico: história, elementos composicionais e especificidade. Reflexões sobre a prosa literária: conto, crônica, ensaio, novela e romance. Narrativa e elementos constituintes: apontamentos teóricos e históricos. Análise do texto narrativo. Relações entre a prosa literária e outras linguagens. Estudo do texto dramático. Origens do Teatro. Gêneros do drama.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. Teoria da literatura. 8.ed. Coimbra, 1990.</p> <p>ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. A poética clássica. 15 ed. São Paulo - SP: Cultrix, 2010.</p> <p>SOARES, Angélica. Gêneros Literários. 7 ed. São Paulo: Ática, 2007.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BLOOM, Harold. Como e por que ler. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.</p> <p>COSTA, Lígia Militz da; REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. A tragédia/ estrutura & história. São Paulo: Ed. Ática, 1988.</p> <p>EAGLETON, Terry. Teoria da literatura. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.</p> <p>GANCHO, Cândida Vilares. Como analisar narrativas. 3.ed. São Paulo: Ed. Ática, 1995.</p> <p>SOUZA, Roberto Acízelo. Teoria da Literatura. 8 ed. São Paulo: Ática, 2000.</p>			

DISCIPLINA	Literatura Brasileira I		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
120h	--	--	120h
OFERTA	2ª série/ anual Presencial		
EMENTA			
Reflexões sobre o conceito de História Literária; Origens da Literatura Brasileira: problematização. Literatura informativa, jesuítica, barroca e árcade. O Barroco como arte da contra-conquista. O Barroco brasileiro e latino-americano. Pervivências do Barroco na literatura brasileira. Processo de formação e consolidação da literatura Brasileira: momentos decisivos. Literatura árcade. Literatura romântica. Prosa realista e naturalista: aproximações e afastamentos. Estudo de obras realistas e naturalistas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira . São Paulo: Editora Cultrix, 2006.			
CANDIDO, Antonio. Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos, 1750- 1880 . 3 ed Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.			
COUTINHO, Afrânio. Conceito de literatura brasileira . 2 ed. Petrópolis: São José, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
AMORA, A.S. História da Literatura Brasileira . 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.			
COUTINHO, A. A literatura no Brasil . São Paulo: Global, 2003. 6 vol.			
CAMPOS, H. de. O sequestro do barroco na Formação da Literatura Brasileira . Salvador: Fundação Casa Jorge Amado, 1989.			
PEREIRA, L. M. História da Literatura Brasileira: prosa de ficção: de 1870 a 1920 . Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.			
SODRÉ, N. W. O Naturalismo no Brasil . 2 ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.			
STEGAGNO-PICCHIO, L. História da Literatura Brasileira . Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.			
VERÍSSIMO. J. B. História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908) . 4 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.			
VIEIRA, A. Essencial Padre Antônio Vieira . Organização e introdução de Alfredo Bosi. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.			

DISCIPLINA	Literatura Brasileira II		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
60h	--	--	60h
OFERTA	3ª série/ anual Presencial		
EMENTA			
Tendências estéticas da modernidade na poesia brasileira. Poética simbolista. Poética parnasiana. Pré-Modernismo. As vanguardas europeias, militância estética e influências na arte brasileira. Modernismo(s). Relação entre a literatura e outras artes no Modernismo. A poesia e prosa modernistas da primeira, segunda e terceira geração. Tendências da literatura contemporânea.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira . São Paulo: Cultrix, 2006.			
HELENA, Lucia. Modernismo brasileiro e vanguarda . São Paulo: Ed. Ática, 1989.			
MARTINS, Wilson. Literatura Brasileira – O modernismo . São Paulo: Cultrix, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
AMARAL, A. Artes plásticas na Semana de 22 . 5.ed. São Paulo: Ed.34, 1998.			
AMORA, A S. História da Literatura Brasileira . 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.			
ANDRADE, O. de. Obras Completas VI: Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias – manifestos, teses de concursos e ensaios . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.			
CANDIDO, A. A Educação pela Noite e outros ensaios . São Paulo: Ática, 1996.			
CANDIDO, A.; CASTELLO, J. A. Presença da Literatura Brasileira – Modernismo . 10 ed. São Paulo: Difel, 2000.			
HOLANDA, H. B. de. Impressões de Viagem (CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70) . São Paulo: Brasiliense, 1980.			
LAFETÁ, J. L. (PRADO, Antonio Arnoni: org.) A Dimensão da Noite e outros ensaios . São Paulo: Duas Cidades e Ed. 34, 2004.			
MURICY, A. Panorama do movimento simbolista brasileiro . 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.			
TELLES, G. M. Vanguarda Europeia e Modernismo Brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 até hoje . 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.			

DISCIPLINA	Literaturas em Língua Espanhola		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
60h	30h	--	90h
OFERTA	4ª série/ anual Presencial		
EMENTA			
<p>As literaturas em Língua Espanhola visam explorar as riquezas literárias e linguística produzidas em língua espanhola desde a Idade Média, percorrendo a idade moderna até o quadro de produção contemporânea em suas diversas modalidades literárias. Sendo que a literatura espanhola é a fonte mãe da literatura hispânica. É de suma importância estabelecer diálogos através de textos históricos e literários os diversos impactos produzidos nas culturas ameríndias e suas diversas etapas e construção literária como o boom literário latino-americano; o pós-boom até a narrativa atual.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ALVAR, C.; MAINER, J. C.; NAVARRO, R. Breve Historia de la Literatura Española. Madrid: Alianza Editorial, 2000.</p> <p>FANJUL, Adrián (Org.). Gramática y práctica de español para brasileños. São Paulo: Moderna/Santillana, 2019.</p> <p>JOSEF, B. História da Literatura Hispano-americana. Rio de Janeiro: UFRJR, 2005.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>AIRA, C. Diccionario de autores latinoamericanos. Buenos Aires: Emecé, 2001.</p> <p>BARROSO, A. La literatura española a través de los textos. Madrid: Itsmo, 1984.</p> <p>BELLINI, G. Historia de la literatura hispanoamericana. Madrid: Castalia, 1990.</p> <p>GARCÍA LÓPEZ, J. Historia de la literatura española. Barcelona: Vicens Vives, 2003.</p> <p>MATTE BON, F. Gramática comunicativa del español: de la lengua a la idea. TOMO I. Madrid: Ed. Edelsa, 2011.</p>			

DISCIPLINA	Literaturas em Língua Portuguesa		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
60h	30h	--	90h
OFERTA	4ª série/ anual Presencial (CH teórica)/ Programada (CH PPed)		
EMENTA			
<p>História e periodização da literatura portuguesa. Literatura portuguesa medieval, clássica, barroca, neoclássica, romântica, realista, modernista, pós-modernista e contemporânea. Os gêneros literários na literatura portuguesa. Autores e obras representativos. Visão panorâmica e histórica das literaturas africanas de expressão em língua portuguesa. A literatura em Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Perspectivas pós-colonialistas. Autores e obras representativos.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>AMORA, Antonio Soares. Presença da Literatura Portuguesa. 6 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2001.</p> <p>MOISÉS, Massaud. A Literatura Portuguesa Através dos Textos. São Paulo: Cultrix, 2001.</p> <p>TORRES, Nelson Maldonado; GROSGOUEL, Ramón (org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BONNICI, Thomas. Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. Mimesis. Bauru, v. 19, n. 1, p. 07-23, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2942330/mod_resource/content/1/Introduc%CC%A7a%CC%83o%20ao%20estudo%20das%20literaturas%20po%CC%81s-coloniais.pdf.</p> <p>LARANJEIRA, Pires. Literaturas Africanas de expressão portuguesa. Lisboa: Universidade aberta, 1995.</p> <p>PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Educando para as Relações Étnico-Raciais II / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., 2008. - 208 p. - (Cadernos temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 5). Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/tematico_raciais.pdf.</p> <p>SARAIVA Antonio José. História da Literatura Portuguesa. 8 ed. Lisboa: Europa-América, 1965.</p> <p>UNESCO. História geral da África. V. 1 a 8. Brasília: UNESCO, 2010.</p>			

DISCIPLINA	Literaturas Afro-brasileira e Ameríndia		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
30h	30h	--	60h
OFERTA	4ª série/ anual Presencial (CH teórica e PPed)		
EMENTA			
<p>Estudo da literatura afrodescendente brasileira e sua relação com fenômenos culturais que priorizam a problemática étnico-racial, observando aspectos estéticos e antropológicos. Estudo da obra de escritoras e escritores negros, bem como obras que problematizam a representação e o lugar social do negro no Brasil. Estudo das literaturas indígenas, englobando expressões poético-religiosas tradicionais, bem como produções de escritoras e escritores indígenas contemporâneos. Estudo de obras que problematizam a representação e o lugar social dos povos originários no Brasil.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.) Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção [recurso eletrônico] / Julie Dorrigo; Leno Francisco Danner; Heloisa Helena Siqueira Correia; Fernando Danner (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. Disponível em: http://atempa.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Literatura-ind%C3%ADgena-contempor%C3%A2nea-Livro-.pdf.</p> <p>SOUZA, Forentina; LIMA, Maria Nazaré (Org.). Literatura Afro-brasileira. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/ceao-ufba/20170829041615/pdf_257.pdf.</p> <p>THIÉL, Janice Cristine. A Literatura dos Povos Indígenas e a Formação do Leitor Multicultural. In: Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1175-1189, out./dez. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/ij/edreal/a/PJsZ4S3tMLKBmyJ83VKXcQq/?lang=pt&format=pdf</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>GRAÚNA, Graça. Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.</p> <p>JECUPÉ, Kaká Werá. A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio. 3 ed. São Paulo: Petrópolis, 1998.</p> <p>JECUPÉ, Kaká Werá. O trovão e o vento: um caminho de evolução pelo xamanismo tupiguarani. São Paulo: Polar Editorial; Instituto Arapoty, 2016.</p> <p>KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A Queda do Céu: Palavras de um xamã yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.</p> <p>KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.</p> <p>NOVAIS SOARES, Anderson. Literatura afro-brasileira na sala de aula: Concepção, planos de aula e outras ideias. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/584677/2/Literatura%20afro-brasileira%20na%20sala%20de%20aula.pdf.</p> <p>POTIGUARA, Eliane. Metade cara, metade máscara. 3 ed. Rio de Janeiro: Grumim, 2019.</p> <p>RISÉRIO, Antonio. Textos e Tribos: poéticas extraocidentais nos trópicos brasileiros. Rio de Janeiro: Imago, 1993.</p> <p>THIÉL, Janice. Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque. Autêntica</p>			

Editora, 2012. (Coleção Práticas Docentes, 3).

DISCIPLINA	Projetos de extensão em Letras I		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
120h	--	120h	120h
OFERTA	2ª série/ anual		
EMENTA			
Extensão universitária. Linhas orientadoras da extensão: transformação social, bilateralidade, interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Estudos de caso de extensão universitária em Letras. Elaboração de projetos de extensão universitária em Letras. Acompanhamento das práticas extensionistas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CONTADOR, C.R. Projetos Sociais : avaliação e prática. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2000.			
GAZZOLA, A.L.A., ALMEIDA, S.G. (orgs.). Universidade; Cooperação Internacional e diversidade . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.			
GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de Projetos de Extensão Universitária . Editora Avercamp, 2008.			
GUÉRIOS, Ettiène; STOLTZ, Tania. Educação e Extensão Universitária : Pesquisa e Docência. Editora Juruá, 2017.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
Devido à especificidade da disciplina (temática variável conforme as temáticas a serem desenvolvidas no projeto de extensão proposto), as obras da bibliografia complementar serão determinadas no projeto proposto no ano letivo correspondente.			

DISCIPLINA	Projetos de extensão em Letras II		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
120h	--	120h	120h
OFERTA	3ª série/ anual		
EMENTA			
Extensão universitária. Linhas orientadoras da extensão: transformação social, bilateralidade, interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Estudos de caso de extensão universitária em Letras. Elaboração de projetos de extensão universitária em Letras. Acompanhamento das práticas extensionistas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CONTADOR, C.R. Projetos Sociais : avaliação e prática. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2000.			
GAZZOLA, A.L.A., ALMEIDA, S.G. (orgs.). Universidade; Cooperação Internacional e diversidade . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.			
GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de Projetos de Extensão Universitária . Editora Avercamp, 2008.			
GUÉRIOS, Ettiène; STOLTZ, Tania. Educação e Extensão Universitária : Pesquisa e Docência. Editora Juruá, 2017.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
Devido à especificidade da disciplina (temática variável conforme as temáticas a serem desenvolvidas no projeto de extensão proposto), as obras da bibliografia complementar serão determinadas no projeto proposto no ano letivo correspondente.			

DISCIPLINA	Projetos de extensão em Letras III		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA	PPed	ACEC	TOTAL
60h	--	60h	60h
OFERTA	4ª série/ anual		
EMENTA			
Extensão universitária. Linhas orientadoras da extensão: transformação social, bilateralidade, interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Estudos de caso de extensão universitária em Letras. Elaboração de projetos de extensão universitária em Letras. Acompanhamento das práticas extensionistas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CONTADOR, C.R. Projetos Sociais : avaliação e prática. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2000.			
GAZZOLA, A.L.A., ALMEIDA, S.G. (orgs.). Universidade; Cooperação Internacional e diversidade . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.			
GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de Projetos de Extensão Universitária . Editora Avercamp, 2008.			
GUÉRIOS, Ettiène; STOLTZ, Tania. Educação e Extensão Universitária : Pesquisa e Docência. Editora Juruá, 2017.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
Devido à especificidade da disciplina (temática variável conforme as temáticas a serem desenvolvidas no projeto de extensão proposto), as obras da bibliografia complementar serão determinadas no projeto proposto no ano letivo correspondente.			

8.2 PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PPED)

Com base no disposto na Resolução CNE/CP nº 2/2019, a dimensão prática como componente curricular, prevista desde o primeiro ano do curso, permeia toda a formação docente, em uma perspectiva interdisciplinar.

Importante ressaltar que a carga horária de prática como componente curricular terá como objetivo articular diferentes conjuntos de conhecimentos, saberes e experiências adquiridas e vivenciadas pelos estudantes em diferentes tempos e espaços no transcorrer do curso, de maneira a aprofundar a compreensão da prática educativa em contextos distintos.

A carga horária total de 420 horas de PPed será executada em atividades de planejamento e elaboração de projetos de ensino e/ ou materiais didáticos pautados em situações contextualizadas com vistas à resolução de situações-problema e à melhoria da qualidade do ensino. A interdisciplinaridade, a abordagem dos temas transversais e o uso de tecnologias da informação e da comunicação compõem a especificidade da PPed.

Assim, ao estabelecer-se a integração entre a teoria e a prática, entende-se que a *práxis* educativa ocorrerá ao longo dos quatro anos do curso, materializada em atividades práticas desenvolvidas pelos alunos, sob orientação do professor, com o intuito de constituir conhecimento e análise de situações pedagógicas. Estas situações pedagógicas consistem em fazer com que o aluno seja agente ativo e co-responsivo no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, que haja espaço e condições para o desenvolvimento e ativação das competências e habilidades de seu caráter formativo, sempre com vistas a promoção de uma educação pautada nos valores humanísticos.

Essas atividades são realizadas por meio das práticas de ensino que englobarão o oferecimento de diversas experiências curriculares desenvolvidas no interior das disciplinas conforme identificação no quadro de distribuição curricular anual (especificadas nos respectivos planos de ensino); de programas institucionais como o PIBID e a Residência Pedagógica, das visitas técnicas e viagens de estudos; por meio dos estágios obrigatórios e não obrigatórios; dos projetos de pesquisa, de extensão universitária e demais atividades promovidas pelo Curso e/ou pela IES.

A visita técnica ou aula de campo visa o encontro do acadêmico com o universo profissional, proporcionando uma formação mais ampla, estando diretamente

relacionada aos componentes curriculares do Curso. A realização destas atividades é de extrema relevância aos alunos da graduação, pois possibilitam observar e conhecer espaços e dinâmicas do campo profissional em pleno funcionamento.

Para as visitas técnicas ou qualquer atividade realizada em lugar externo ao *campus*, o Professor responsável precisa prever esta atividade em seu plano de ensino e protocolar via Siges (Sistema de Gestão do Ensino Superior) um comunicado de tal atividade à Coordenação do Curso e, preferencialmente, informar também em reunião do Colegiado e/ou NDE.

8.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado, como componente curricular, faz parte do Grupo III indicado na Resolução MEC/CNE/CP 02/2019 e corresponde às atividades educacionais de ensino-aprendizagem, profissional, cultural e social, realizadas por meio de procedimentos de observação, planejamento, regência de classe e reflexão das experiências vivenciadas, visando a atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas experiências e a resolução de situações problema.

O Curso de Letras Português e Espanhol realiza o estágio curricular supervisionado em dois campos: docência em Língua Portuguesa (e suas literaturas), docência em Língua Espanhola (e suas literaturas), nos municípios e instituições conveniadas com a IES. Quanto aos estágios de Língua Espanhola, por não haver a disciplina na grade curricular do ensino fundamental - anos finais e ensino médio, os acadêmicos poderão desenvolver seus estágios supervisionados em espaços não formais, projetos de extensão oferecidos pelo Colegiado, dentre outros. O Estágio Curricular Supervisionado se organiza com base em regulamento próprio (Anexo 1).

Já o Estágio não obrigatório está pautado na Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, bem como na Resolução 046/2018 - CEPE/UNESPAR, de 12 de julho de 2018. Ele pode ser realizado por acadêmicos regularmente matriculados, desde que não cause prejuízo às atividades regulares do Curso. As atividades previstas para o estágio remunerado estão relacionadas à especificidade do curso, de forma a garantir o aprimoramento da formação acadêmica e profissional, conforme legislação específica. O Estágio Curricular Remunerado não obrigatório organiza-se com base

em regulamento próprio (Anexo 2).

Com o intuito de disseminar e socializar as experiências vivenciadas pelos acadêmicos nos estágios curriculares supervisionados realiza-se a “Mostra de Estágio de Língua Portuguesa - MELP” e “Mostra de Estágio de Língua Espanhola - MELE”. Trata-se de um evento anual organizado pelos docentes responsáveis pelos estágios supervisionados, congrega acadêmicos estagiários, docentes do curso, docentes das escolas parceiras do campo de estágio e demais convidados (autoridades, alunos das escolas, campo de estágio, entre outros). O evento tem como objetivo apresentar o material pedagógico confeccionado pelos acadêmicos para os estágios e disciplinas do núcleo específico da matriz curricular, ao mesmo tempo em que se socializam e discutem-se os estágios nos círculos de debates em sessões específicas durante o período do evento.

8.4 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

A concepção de extensão universitária tem sido fruto de debates e discussões e no decorrer da história da universidade no Brasil passou por diversas transformações e, “[...] Durante a década de 1980, com o fortalecimento da sociedade civil, começa a se configurar um novo paradigma de Universidade, de Sociedade e de Cidadania.” (FORPROEX, 2006, p. 20). A partir de então, com a reabertura democrática a partir de 1984 e a promulgação da Constituição Federal de 1988 que estabelece que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão representa a base da organização das universidades brasileiras, e partindo de um amplo debate, em 2010 foi apresentando o seguinte conceito:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2006).

Ao considerar o conceito de extensão definido pela FORPROEX e a determinação da Lei nº 1.300/2014, e a RESOLUÇÃO Nº 038/2020–CEPE/UNESPAR adotamos a seguinte classificação:

Art. 7º Para atender aos objetivos previstos na Resolução Nº 7/2018 MEC/CNE/CES, a curricularização nos cursos de Graduação e Pós-graduação da UNESPAR deverá ser realizada de acordo com as seguintes modalidades, observando-se as especificidades de cada curso:

– ACEC I: disciplina de caráter introdutório, apresentando aos discentes a fundamentação teórica da extensão universitária, a legislação vigente sobre o tema e possibilidades de desenvolvimento de ações extensionistas, com carga horária anual máxima de 30h (trinta horas), conforme diretrizes estabelecidas no PPC's dos cursos e de acordo com suas especificidades.

– ACEC II: disciplinas obrigatórias e/ou optativas, com previsão de uma parte ou da totalidade de sua carga-horária destinada à participação dos discentes como integrantes da equipe executora de ações extensionistas cadastradas na UNESPAR, conforme diretrizes estabelecidas nos PPC's dos cursos e de acordo com suas especificidades.

– ACEC III: participação de discentes como integrantes das equipes executoras de ações extensionistas não-vinculadas às disciplinas constantes nos PPC's dos cursos de Graduação e Pós-graduação da UNESPAR.

– ACEC IV: participação de discentes como integrantes da equipe organizadora e/ou ministrante de cursos e eventos vinculados a Programas e Projetos de Extensão da UNESPAR.

– ACEC V: participação de discentes como integrantes das equipes executoras de atividades de extensão de outras instituições de ensino superior, com a creditação de no máximo 120 (cento e vinte) horas para esta modalidade.

Atendendo a estes critérios, a curricularização da extensão no curso de Letras Português e Espanhol se dará nos seguintes componentes:

- ACEC I: Disciplina *Fundamentos da Extensão*, ofertada na 1ª série/ 2º semestre/ EaD, com carga horária teórica de 30h.
- ACEC II: Disciplina *Projetos de Extensão em Letras I*, ofertada na 2ª série/ anual/ presencial, com carga horária teórica de 120h.
- ACEC II: Disciplina *Projetos de Extensão em Letras II*, ofertada na 3ª série/ anual/ presencial, com carga horária teórica de 120h.
- ACEC II: Disciplina *Projetos de Extensão em Letras III*, ofertada na 4ª série/ anual/ presencial, com carga horária teórica de 60h.

Convém observar que, a cada ano letivo, o Colegiado discutirá as possibilidades de propostas de extensão, de modo que as temáticas variem e sempre sejam oriundas das necessidades expressas pela comunidade que será incluída na proposta e que será o público-alvo das atividades extensionistas em conjunto com os acadêmicos do curso e professores.

8.5 INTERNACIONALIZAÇÃO

O conceito de Internacionalização corresponde, de maneira geral, a um processo deliberado de introdução de dimensões internacionais, interculturais ou globais em todos os aspectos da educação superior – ensino, pesquisa e extensão. A expansão da Unespar para além de sua fronteira regional a coloca em sintonia com a contemporaneidade, considerando, principalmente, os avanços da produção e socialização do conhecimento e das inovações tecnológicas. Essa expansão foi viabilizada pela criação do Escritório de Relações Internacionais (ERI), cuja missão é estabelecer relações com instituições estrangeiras, públicas e privadas, tendo como finalidade específica promover assistência e parcerias junto à comunidade acadêmica da Unespar na área de cooperação internacional de modo a articular, apoiar e promover a interculturalidade e a cidadania global.

Na base da política de internacionalização assumida pela Unespar, encontra-se o desenvolvimento de parcerias internacionais que resultam em diferenciação e qualidade na formação da sua comunidade acadêmica, construindo pontes indissociáveis entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, pela via de um olhar integrado, compartilhado e solidário de cooperação internacional. Atualmente, a Unespar possui convênio assinado com universidades públicas e privadas de países de língua e culturas hispânicas como: Espanha, Argentina, Bolívia, Paraguai, Cuba e Uruguai.

Alinhados às 47 metas institucionais previstas junto ao PDI (2018 - 2022) da Unespar previstas e orientadas pelo SINAES, referendamos neste momento o compromisso institucional em relação às políticas de Internacionalização no âmbito da instituição, as quais compreendem “implantar programas de internacionalização de extensão e cultura, com ênfase nos países Latino-americanos” (UNESPAR, 2018a). Neste sentido, o curso de Letras Português e Espanhol procura criar mecanismos que possam potencializar e promover a internacionalização no curso, oferecendo ferramentas e instrumentos legais, sociais e culturais aos acadêmicos, com vistas a promover uma experiência inovadora com diferentes povos e suas culturas.

No curso, compreendemos que internacionalização vai muito além da mobilidade acadêmica, mais conhecida como intercâmbio universitário, de modo que a internacionalização deve assumir um compromisso cultural e social junto a vida acadêmica do formando. Neste sentido, as atividades de internacionalização

promovidas pelo curso objetivam contribuir para que toda a comunidade acadêmica tenha condições e acesso ao conhecimento produzido ao redor do mundo sem, necessariamente, precisar sair do seu país de origem.

A língua espanhola, a terceira língua mais falada no mundo em número de pessoas, aglomera em seu conjunto 21 países que a adotam como língua oficial. Deste modo, o curso de Letras Português e Espanhol assume um lugar protagonista no processo de difusão e de fomento das ações de internacionalização da Unespar – campus de União da Vitória. Isso implica dizer que o curso não está alheio a realidade da Internacionalização e apresenta como finalidade específica ações que atendam a realidade de seu público alvo que são: estudantes universitários brasileiros ou estrangeiros que tenham no seu horizonte realizar intercâmbio com instituições cuja língua de comunicação seja a língua espanhola.

Pensando num currículo integralizado atendendo a internacionalização, respeitadas as ações previstas no PDI (UNESPAR, 2018a), o curso procura integrar atividades em ações integradoras que contemplem a pesquisa, a produção cultural e o intercâmbio de ações extensionistas e artístico-culturais com países da América Latina. Neste sentido o curso prioriza as políticas de apoio às ações de cooperação nas diferentes áreas, entre as universidades e órgãos internacionais. integrando três pressupostos principais:

- i. a existência de uma matriz comum das línguas românicas (intercompreensão linguística e cultural);
- ii. a participação do Brasil no mundo ocidental universitário (conhecimento do discurso e gêneros acadêmicos) e de que
- iii. a consciência explícita de estratégias comunicativas e de aprendizagem linguística pode acelerar o processo de aprendizagem.

Estes três pressupostos supra referendados inserem o curso no universo dos desafios globais do espaço universitário contemporâneo, o qual seja: aliar ensino, pesquisa, extensão e internacionalização com a finalidade de inserir o acadêmico de Letras, em especial o de língua espanhola, em um mundo globalizado, no qual o intercâmbio de conhecimentos assume relevância, protagonismo e constitui-se enquanto prioridade para a cidadania global.

Entre as ações de internacionalização que o curso propõe realizar estão:

- a criação de grupos de:
 - estudos sobre questões étnico-raciais que envolvam a participação de

- docentes e discentes de universidades Latinoamericanas;
 - estudos sobre geopolítica linguística com participação de professores de países hispano falantes;
 - estudos sobre questões de história, costumes, folclore e as interfaces da política dos países hispano falantes;
- a realização de eventos de caráter científico (mesas redondas, roda de conversas, peças teatrais, peças cinematográficas, semanas de estudos entre outros), promovendo o intercâmbio de professores das diferentes áreas das linguagens, da cultura, da literatura e das artes em geral. Serão convidados palestrantes vinculados a espaços formais (como universidades hispano falantes) e/ ou espaços informais de diálogo, com vistas a atender temas que englobam a manifestação linguística-cultural Latinoamericana e Peninsular, para além do universo restrito da academia. A pretensão é que esses eventos sejam momentos de contato cultural, artístico, folclórico, social e político, sejam possíveis, respeitando e fomentando a diversidade como algo constitutivo, inerente e benéfico aos povos. A realização desses eventos poderá se dar de forma presencial, *on line* e/ ou híbrida.

As ações de internacionalização descritas acima serão submetidas à avaliação e alinhavadas às ações conjuntas da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), com a às políticas institucionais promovidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) e com ao Escritório de Relações Internacionais da Unespar (ERI).

8.6 PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR

Os alunos ingressantes na 1ª série 2023 (turma 2023-2026) cursarão a matriz curricular proposta neste PPC.

No caso de alunos que ingressam no curso para obtenção de uma nova habilitação em Letras, será avaliado o histórico escolar e a ementa das disciplinas cursadas para levantar a necessidade de adaptações. Vale lembrar também que, nesses casos, deve ser seguido o disposto na Resolução MEC/CNE/CP nº. 1, de 18 de março de 2011, a qual estabelece diretrizes para a obtenção de uma nova habilitação pelos portadores de Diploma de Licenciatura em Letras.

8.7 QUADRO DE EQUIVALÊNCIA EM RELAÇÃO A MATRIZ CURRICULAR EM VIGOR

PPC 2023		PPC 2019	
Dis	Textos acadêmicos, pesquisa e ensino	Dis	Introdução aos gêneros acadêmicos I e II + Metodologia da pesquisa aplicada a Letras I e II
Dis	Língua espanhola I	Dis	Língua espanhola I e II
Dis	Teoria da literatura	Dis	Teoria da literatura I e II
Dis	Direitos humanos e educação inclusiva	Dis	X
Dis	Linguística I	Dis	Linguística I e II
Dis	Fundamentos do ensino de línguas I	Dis	Seminários em língua espanhola I e II
Dis	Psicologia da educação	Dis	Psicologia da educação
Dis	Fundamentos da extensão	Dis	X
Dis	Língua espanhola II	Dis	Língua espanhola III e IV
Dis	Literatura brasileira I	Dis	Literatura brasileira I e II
Dis	Projetos de extensão em Letras I	Dis	X
Dis	Fundamentos do ensino de línguas II	Dis	Seminários em língua portuguesa I e II
Dis	Políticas educacionais	Dis	X
Dis	Linguística II	Dis	X
Dis	Ciência, tecnologia, sociedade e ambiente	Dis	X
Dis	Fundamentos do ensino de línguas III	Dis	X
Dis	Linguística III	Dis	Linguística III e IV
Est	Estágio supervisionado em Língua Espanhola I	Est	Estágio supervisionado em Língua Espanhola I e II
Est	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa I	Est	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa I e II
Dis	Metodologia do ensino de língua espanhola	Dis	X
Dis	Metodologia do ensino de língua portuguesa	Dis	X
Dis	Metodologia do ensino de literatura	Dis	X
Dis	Língua espanhola III	Dis	Língua espanhola V e VI
Dis	Sintaxe	Dis	Português III, IV, V e VI
Dis	Literatura brasileira II	Dis	Literatura brasileira III
Dis	Projetos de extensão em Letras II	Dis	X
Est	Estágio supervisionado em língua portuguesa II	Est	Estágio supervisionado em língua portuguesa III, IV, V, VI
Dis	LIBRAS	Dis	LIBRAS
Dis	Morfologia	Dis	Morfossintaxe I e II
Dis	Literaturas em língua espanhola	Dis	Literatura espanhola e Literatura hispano-americana
Dis	Literaturas em língua portuguesa	Dis	Literaturas em língua portuguesa I e II
Dis	Literaturas afro-brasileira e ameríndia	Dis	X
Dis	Projetos de extensão em Letras III	Dis	X
Dis	Linguística IV	Dis	X
Dis	Linguística V	Dis	X
Est	Estágio supervisionado em língua espanhola II	Est	Estágio supervisionado em língua portuguesa III, IV, V, VI

8.8 RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PPC

As diretrizes legais orientadoras de implementação da nova Proposta Pedagógica Curricular do curso estão em conformidade com a Resolução MEC/CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro 2019, que são “as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)” (BRASIL, 2019, p. 01).

Neste sentido, o graduando na sua formação acadêmica desenvolve estratégias de aprendizagem para a sua prática docente que são previstas na BNCC (BRASIL, 2018). Tais estratégias visam garantir aos acadêmicos uma educação integral voltada à formação de professores. Para desenvolver o conhecimento profissional faz-se necessário que o licenciando domine os objetos de conhecimento e saiba como ensiná-los. Para isso, é imprescindível que tenha conhecimento sobre as diversas teorias que abordam as questões sobre ensino/aprendizagem, reconheçam os contextos de vida dos alunos, bem como a estrutura e a governança dos sistemas educacionais que impactam de forma direta o desenvolvimento social da educação.

A segunda diretriz contemplada na reformulação na nova Proposta Pedagógica Curricular do curso é em conformidade com a exigência de Curricularização da Extensão no âmbito da UNESPAR por meio da Resolução 038/2020 – CEPE/UNESPAR; Resolução 018/2020 – Reitoria/UNESPAR e Instrução Normativa Conjunta PROEC/PROGRAD. Neste sentido, é mister importante dizer que estas atividades de extensão são pensadas como componente de caráter formativo do profissional de Letras que atuará na Educação Básica.

Como medida de ampliação, para atender a reestruturação e adequação do curso de Letras Português e Espanhol às novas legislações vigentes, o corpo colegiado apresenta algumas demandas de ampliações estruturais para cumprir a contento seu papel formativo. Com vistas a atender a Curricularização da Extensão o curso demandará 2 (duas) salas de apoio para projetos que estejam vinculadas as ACECs e as atividades de orientação dos acadêmicos em projetos de Iniciação Científica (IC), Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Residência Pedagógica (RP) do curso. Importante frisar que ambas as salas devem estar equipadas com projetores (data-show), televisão, computadores, aparelho de som,

mesas, cadeiras e armários

Para atender a formação do professor de línguas estrangeiras faz-se necessário um laboratório de línguas para as aulas de conversação e experiências virtuais com outros povos e culturas. Esse será um laboratório de ensino de línguas estrangeiras, espaço em que o acadêmico deverá encontrar e deparar-se com mecanismos interativos de aprendizagem, onde o mesmo utilizará ferramentas tecnológicas e software que o auxiliem na língua estrangeira tornando-a algo dinâmico e vivo em seu processo de aprendizado.

Para este laboratório o curso necessita da aquisição de computadores, mesas e cadeiras para laboratório, equipamento de multimídia, fones de ouvido e microfones, projetores (data-show), lousa interativa e televisão. Este espaço deve ser montado em uma sala exclusiva para este fim, portanto, deve ser utilizado com a única e exclusiva finalidade de promover o ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras.

8.8.1 Recursos físicos, bibliográficos e de laboratórios

ESPAÇOS PRÓPRIOS DO CURSO	QUANTIDADE
Salas de aula	4
Salas para disciplinas de turmas divididas	0
Salas de permanência dos professores do Colegiado e atendimento ao discente	0
Sala de Coordenação do curso, Coordenação de estágio e Coordenação da extensão	1
Laboratório de práticas de ensino (Projetos, Pibid, Residência)	0

8.8.2 Recursos materiais para administração do curso

Para a realização de suas atividades administrativas, tais como reuniões, atividades inerentes a assuntos e deliberações concernentes à coordenação de colegiado, ou a atividades vinculadas ao planejamento dos professores, o mesmo desenvolvimento dos projetos o curso utiliza-se de espaço próprio, denominado de sala do “Colegiado de Letras Português e Espanhol”. Este é um espaço pequeno e multifuncional que tem servido a todas essas atividades e demandas internas do colegiado.

A sala compartilhada é equipada com um computador, uma impressora, armários, uma mesa e dez cadeiras e um ar-condicionado. Este espaço, como supramencionado, é usado principalmente para as atividades de ensino dos professores e para o desenvolvimento dos trabalhos e demandas administrativas do colegiado.

O espaço administrativo do curso tem aproximadamente 24m² sem divisórias ou repartições, espaço ineficiente para as demandas administrativas, o que implica dizer que o colegiado necessita de ampliação deste espaço, bem como necessita a compra de materiais de escritório como armários para arquivo, mesas, cadeiras, bebedouro e computador para funções administrativas. O espaço precisa ser ampliado e dividido em sala de reuniões coletiva e de atendimentos individuais.

9 QUADROS DE SERVIDORES

9.1 COORDENAÇÃO DE CURSO

COORDENADOR DO CURSO				
Nome	Graduação	Titulações	C/H semanal dedicada à coordenação	Regime de trabalho
Ederson José de Lima	Graduação em Letras-Português e Espanhol pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, FAFIUV, PR. Ano de conclusão: 2003	Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Maringá, UEM. Ano de conclusão: 2006. Doutorado em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul do Estado de Santa Catarina, UNISUL. Ano de conclusão: 2020.	12h	TIDE

9.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) – PROFESSORES EFETIVOS

O NDE do curso atualmente é formado pelos **professores efetivos do curso, todos com regime de trabalho TIDE e com carga horária semanal de 40 horas**. Assim, o NDE do curso é constituído pelos seguintes membros:

Nome do docente	Graduação	Titulações
Caio Ricardo Bona Moreira	Graduação em Letras português Inglês pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, FAFIUV, PR. Ano de conclusão: 2002	Especialização em Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, FAFIUV, PR. Ano de conclusão: 2004. Mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina, UNISUL. Ano de conclusão: 2006. Doutor em Teoria Literária pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Ano de conclusão: 2011.
Ederson José de Lima	Graduação em Letras-Português e Espanhol pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, FAFIUV, PR. Ano de conclusão: 2003	Mestrado em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Maringá, UEM. Ano de conclusão: 2006. Doutorado em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul do Estado de Santa Catarina, UNISUL. Ano de conclusão: 2020.
Lilian Salete Alonso Moreira	Graduação em Letras Português pela Universidade Estadual de Londrina, UEL. Ano de conclusão: 1999.	Especialização em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual de Londrina, UEL. Ano de conclusão: 2001. Mestrado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina, UEL. Ano de conclusão: 2005. Doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina, UEL. Ano de conclusão: 2014.
Silvia Regina Delong	Graduação em Administração pela Universidade de Ponta Grossa, UEPG. Ano de conclusão: 1988.	Especialização em Ensino de Espanhol para Brasileiros. Ano de conclusão: 2002. Mestrado em Letras Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná, UFPR. Ano de conclusão: 2005. Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. Ano de conclusão: 2016.

9.3 CORPO DOCENTE

Além do corpo docente efetivo (NDE) já elencado no item 9.2, fazem parte do Colegiado os professores citados no quadro abaixo, **todos em regime de contrato CRES, com carga horária semanal de 40 horas:**

Nome do docente	Graduação	Titulações
André Luís Onório Coneglian	Graduação em Pedagogia com habilitação em Deficiência Auditiva, pela Unesp de Marília-SP. Ano de conclusão: 2005.	Mestre em Ciência da Informação pela Unesp, Marília-SP. Ano de conclusão: 2008. Doutor em Ciência da Informação pela Unesp, Marília-SP. Ano de conclusão: 2013.
Daniel Andres Baez Brizueña	Graduação em Letras (Português/Espanhol) Unespar. Ano de Conclusão: 2010	Especialista em Ensino de Língua Espanhola.
Fernando Henrique Crepaldi Cordeiro	Graduação em Letras (Português/Espanhol) pela UNESP, Campus de São José do Rio Preto Ano de conclusão: 2008	Mestrado em Letras pela UNESP, Campus de São José do Rio Preto Ano de conclusão: 2010 Doutorado em Letras pela UNESP, Campus de São José do Rio Preto Ano de conclusão: 2014
Leandro José Müller	Graduação em Letras (Português/espanhol) pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória FAFIUV, hoje UNESPAR <i>Campus</i> União da Vitória. Ano de conclusão: 2011.	Especialização em Estudos Literários pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória FAFIUV, hoje UNESPAR <i>Campus</i> União da Vitória. Ano de conclusão: 2012. Pós-Graduação em Arte e Educação pela Faculdade São Braz. Ano de Conclusão: 2014.
Letícia dos Santos Caminha	Graduação em Letras (Português/Espanhol) - UEPG Conclusão: 2016.	Especialista em Ensino e Aprendizagem de Línguas (UEM-2018); Especialista em Gestão Pública (UEPG-2018); Mestrado em Estudos da Linguagem (UEPG-2020); Doutorado em Estudos Linguísticos (defesa prevista para agosto de 2023).
Silvia Maria Brandão	Graduação em Letras - Bacharelado e Licenciatura em Português e Francês pela UNESP, Campus de Araraquara.	Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP, Campus de Araraquara. Ano de conclusão: 2018

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Osmar Hélio A.; FORTUNATO, Ivan; CASTRO, Francisco M. F. M. Dilemas (in)visíveis da formação para a docência nas licenciaturas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 20, n. 65, p. 509-527, abr./jun. 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416x2020000200509&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 set. 2022.

BAGNO, Marcos. **Língua linguagem linguística**: pondo os pingos nos ii. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. Diretrizes curriculares para os cursos de Letras. In: _____. **Parecer no. 492/2002, de 03 de abril de 2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília: MEC, 2001. p. 29-31. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução no. 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: MEC, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 set. 2022.

CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

COSSON, Rildo. **Letramento Literário: teoria e prática**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 18 ed. Campinas: Papirus, 2011.

FIORIN, José Luiz. Cursos de Letras: um balanço no 10º. aniversário da Unesp. **Alfa**, São Paulo, n. 30/31, 1986/1987. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/issue/view/286>. Acesso em: 10 set. 2022.

GIVÓN, Talmy. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 1995.

GUIMARÃES SANTERO PONTES, Camilla. **O espanhol como língua franca: rompendo barreiras, abrindo caminhos**. Salvador, 2019. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2019.

HOPPER, Paul. TRAUGOTT, Elizabeth. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press. 1993.

LABOV, William. **Principles of linguistic change: internal factors**. Oxford: Blackwell. 1994.

LABOV, William. **Principles of linguistic change: social factors**. Oxford: Blackwell. 2001.

LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1972.

LAJOLO, Marisa. No jardim das Letras, o pomo da discórdia. **BOLETIM** ¾. [Porto Alegre]: Associação de Leitura do Brasil / Sul, 1988. p. 10-27. Disponível em: <https://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/pomo.htm>. Acesso em: 10 set. 2022.

LAJOLO, Marisa. As Letras, os números, o provão e o currículo. **Matraga**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 91-104, 1998. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga10/matraga10a09.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

LOBATO, Lucia. **Linguística e ensino de línguas**. Brasília, Editora UNB, 2015.

LOIS, Lena. **Teoria e prática da formação do leitor: leitura e literatura na sala de aula**. Porto Alegre: Penso, 2010.

PENNAC, Daniel. **Como um romance**. Trad. Leny Werneck. Porto Alegre: L&PM; Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

ROCHA, Cláudia Fonseca; LAGARES DIEZ, Xoán Carlos. **A BNCC-EM: dimensões culturais do ensino de língua inglesa**. Anais do IX SAPPIL - Estudos da Linguagem, UFF, nº 1, 2018.

SANTOS, Lúcia de Fátima. A formação inicial dos professores de Letras. **Leitura**, Maceió, n. 42, p. 105-137, jul./dez., 2008. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/7157>. Acesso em: 10 set. 2022.

SOUZA, Roberto A. de. Os cursos de Letras no Brasil: passado, presente e perspectivas. **Opiniões**, [S. l.], v. 3, n. 4-5, p. 13-26, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/114864>. Acesso em: 10 set. 2022.

TODOROV, Tzvetan. **Literatura em perigo**. Tradução Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

TORRES SANTOMÉ, Jurgo. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1998.

UNESPAR. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº. 038/2020, de 16 de novembro de 2020**. Aprova o Regulamento da Curricularização da Extensão na Universidade Estadual do Paraná -UNESPAR. Paranavaí: CEPE, 2020. Disponível em: https://www.unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/cepe/resolucoes/2020/resolucao-no-038-20202013-cepe-unespar. Acesso em: 10 set. 2022.

UNESPAR. Conselho Universitário. **Regimento Geral da Universidade Estadual do Paraná**. Paranavaí: COU, 2013. Disponível em: https://www.unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/cou-1/resolucoes/2014/resolucao_014_2014_cou.pdf/view. Acesso em: 10 set. 2022.

UNESPAR. Conselho Universitário. **Resolução nº. 007/2016, de 06 de setembro de 2016**. Dispõe sobre a criação do Centro de Acesso, Inclusão e Permanência da Diversidade Humana no Ensino Superior (CEDH) da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR e aprovação do seu Regimento Interno. Paranavaí: COU, 2016. Disponível em: https://www.unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/cou-1/resolucoes/2016/resolucao-007_2016_criacao-cedh-convertido.pdf/view. Acesso em: 10 set. 2022.

UNESPAR. Pró-Reitoria de Planejamento. **PDI**: Plano de Desenvolvimento Institucional: 2018-2022. Paranavaí: PROPLAN, 2018a. Disponível em: https://www.unespar.edu.br/a_unespar/institucional/documentos_institucionais/PDI_Unespar_final.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.

UNESPAR. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. **PPI**: Projeto Pedagógico Institucional. Paranavaí: PROGRAD, 2018b. Disponível em: https://www.unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/cou-1/pauta_online/2018-1a-sessao-04-04-apucarana/5-projeto-politico-institucional-151009085.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.

ANEXO A – REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º De acordo com a Resolução MEC/CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, o Estágio Curricular Supervisionado constitui etapa obrigatória dos Cursos de Formação de Professores.

Art. 2º Conforme a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define-se como estágio supervisionado obrigatório como o ato educativo desenvolvido em ambiente de trabalho e que visa preparar os educandos para o trabalho produtivo, cujas atividades estejam previstas no Projeto Pedagógico do Curso, sendo sua carga horária requisito para aprovação e obtenção de diploma.

Art. 3º Segundo a Resolução MEC/CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, toda a equipe docente do curso deve estar engajada no planejamento e acompanhamento das atividades do estágio obrigatório dos educandos.

Art. 4º Consoante à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, o estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador/supervisor da IES e pelo professor supervisor da parte concedente:

§ 1.º Determina-se professor(a) orientador(a)/supervisor(a) da IES, o(a) professor(a) vinculado formalmente à Unespar, Campus União da Vitória e ao Curso de Letras e Espanhol, responsável por desenvolver junto aos acadêmicos estagiários, atividades de orientação e supervisão durante a realização do estágio supervisionado obrigatório.

§ 2.º Entende-se por professor(a) supervisor(a) do campo de estágio, o(a) professor(a) regente de turma, vinculado formalmente à instituição concedente do estágio, responsável por supervisionar o acadêmico estagiário em todas as etapas de sua atuação no estágio supervisionado obrigatório.

Art. 5º O estágio supervisionado obrigatório é constituído pelo estudo do meio, pelo estágio de coparticipação e pelo estágio de regência:

§ 1.º O estudo do meio caracteriza-se pela observação da infraestrutura, da organização administrativa e pedagógica da instituição concedente, visando a aproximação do estagiário à integralidade das atividades essenciais ao seu bom funcionamento.

§ 2.º O estágio de coparticipação é aquele no qual o acadêmico estagiário, sob supervisão do(a) professor(a) supervisor(a) do campo de estágio, participa da dinâmica da prática docente e dos processos em torno do ensino e aprendizagem na educação básica, com o objetivo de integrar-se à cultura escolar consolidada durante o estágio obrigatório.

§ 3.º O estágio de regência é aquele no qual o acadêmico estagiário, sob orientação e supervisão do(a) professor(a) de estágio supervisionado obrigatório da IES e sob a supervisão do(a) professor(a) supervisor(a) do campo de estágio, assume as atribuições da prática docente, oportunizando que acadêmico estagiário exerça a função de professor regente de turma.

Art. 6º Atendendo às prerrogativas da Resolução MEC/CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, a carga horária do Estágio Curricular Supervisionado, de caráter obrigatório, prevista nos planejamentos curriculares dos Cursos de Formação de Professores, será de 200 (duzentas) horas para Língua Portuguesa e de 200 (duzentas) horas para a Língua Espanhola, como definido pela Resolução CNE/CP nº 01 de 18 de março de 2011.

Art. 7º O acadêmico realizará atividades específicas, de acordo com o período do curso que estiver cursando e de acordo com contexto de trabalho no qual estiver inserido, conforme descrito abaixo:

§ 1.º Distribuição da carga horária e descrição das atividades do estágio supervisionado em língua portuguesa:

a) Atividades e respectivas cargas horárias a serem desenvolvidas no componente curricular estágio em língua portuguesa I na 2ª série, totalizando 60 horas:

- **30 horas** de preparação, contato com o campo de estágio e estudo do meio, assim distribuídas:
 - ida ao campo de estágio (contato inicial e organização da documentação) – 8 horas;
 - aproximação à rotina administrativa da escola; observação da infraestrutura e do funcionamento da escola, dos aspectos organizacionais, dos recursos humanos, financeiros e tecnológicos – 8 horas;
 - análise do Projeto Político Pedagógico da instituição e entrevista estruturada com agentes administrativos, professores, diretores e demais funcionários – 14 horas.
- **30 horas** de observação coparticipativa, assim distribuídas:
 - investigação sobre o *status* do ensino de línguas na escola, sobre o lugar da língua materna no Projeto Político Pedagógico e no currículo vigentes – 10 horas;
 - análise das possibilidades de atuação interdisciplinar e de abordagem intercultural, conforme propostas da BNCC – 10 horas;
 - observação com coparticipação e/ou intervenção junto ao docente regente em sala de aula – 10 horas.

b) Atividades e respectivas cargas horárias a serem desenvolvidas no componente curricular estágio em língua portuguesa II na 3ª série, totalizando 140 horas:

- **80 horas** de produção de projeto individual de estágio, assim distribuídas:
 - organização da documentação para aplicação no Ensino Fundamental II ou no Ensino Médio e confecção do plano de trabalho – 20 horas;
 - encontros com o professor orientador e professor regente do campo de estágio para discussão do projeto de estágio – 20 horas;
 - pesquisa teórica, produção de material didático, organização das aulas e seleção dos instrumentos de avaliação – 40 horas.
- **10 horas** de regência com acompanhamento do professor da escola campo de estágio e supervisão do professor orientador supervisor de estágio.
- **50 horas** para o relato das atividades desenvolvidas, assim distribuídas:
 - fundamentação teórica e prática – 10 horas;

- organização e levantamento das atividades realizadas por meio de relatos de vivências escritos e em seminários 10 horas;
- elaboração de relatório final - 30 horas.

§ 2.º Distribuição da carga horária e descrição das atividades do estágio supervisionado em língua espanhola:

a) Atividades e respectivas cargas horárias a serem desenvolvidas no componente curricular estágio em língua espanhola I na 2ª série, totalizando 60 horas:

- **30 horas** de preparação, contato com o campo de estágio e estudo do meio, assim distribuídas:
 - ida ao campo de estágio (contato inicial e organização da documentação) – 8 horas;
 - aproximação à rotina administrativa da escola; observação da infraestrutura e do funcionamento da escola, dos aspectos organizacionais, dos recursos humanos, financeiros e tecnológicos – 8 horas;
 - análise do Projeto Político Pedagógico da instituição e entrevista estruturada com agentes administrativos, professores, diretores e demais funcionários – 14 horas.
- **30 horas** de observação coparticipativa, assim distribuídas:
 - investigação sobre o *status* do ensino de línguas na escola, sobre o lugar da língua materna no Projeto Político Pedagógico e no currículo vigentes – 10 horas;
 - análise das possibilidades de atuação interdisciplinar e de abordagem intercultural, conforme propostas da BNCC – 10 horas;
 - observação com coparticipação e/ou intervenção junto ao docente regente em sala de aula – 10 horas.

b) Atividades e respectivas cargas horárias a serem desenvolvidas no componente curricular estágio em língua espanhola II na 4ª série, totalizando 140 horas:

- **80 horas** de produção de projeto individual de estágio, assim distribuídas:
 - organização da documentação para aplicação no Ensino Fundamental II ou no Ensino Médio e confecção do plano de trabalho – 20 horas;
 - encontros com o professor orientador e professor regente do campo de estágio para discussão do projeto de estágio – 20 horas;
 - pesquisa teórica, produção de material didático, organização das aulas e seleção dos instrumentos de avaliação – 40 horas.
- **5 horas** de regência com acompanhamento do professor da escola campo de estágio e supervisão do professor orientador supervisor de estágio.
- **55 horas** para o relato das atividades desenvolvidas, assim distribuídas:
 - fundamentação teórica e prática – 15 horas;
 - organização e levantamento das atividades realizadas por meio de relatos de vivências escritos e em seminários 10 horas;
 - elaboração de relatório final - 30 horas.

§ 3.º Os relatórios (parcial e/ ou final) do estágio devem ser formatados e digitados seguindo as normas ABNT específicas para trabalhos acadêmicos. Como é uma atividade que envolve diretamente seres humanos, devem ser seguidas também as recomendações éticas para esses casos. Elementos essenciais dos relatório:

- Identificação do estudante-estagiário: Nome completo; Turma e turno; Número de matrícula; Período/ano de estágio.

- Identificação do campo do estágio: Endereço de onde o estágio foi realizado; Nome do professor supervisor/orientador de estágio da IES; Nome do orientador do campo de estágio; Carga Horária do Estágio.
- Identificação do relatório: Relatório Parcial; Relatório Final.
- Parte textual: atividades previstas; atividades desenvolvidas; condições de realização do estágio; reflexões e análise dos resultados; conclusões e sugestões
- Assinaturas: do estudante, do professor orientador/supervisor da IES; do supervisor do campo de estágio.
- **Observação:** outros itens podem ser incluídos, conforme necessidade e aprovação do professor-orientador do estágio.

Art. 8º O estágio supervisionado obrigatório, em qualquer uma das suas modalidades, somente poderá ser realizado mediante a formalização do Termo de Compromisso Institucional disponibilizado pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD) e do Plano de Atividades.

§ ÚNICO: O Termo de Compromisso e o Plano de Atividades do acadêmico estagiário deverão ser encaminhados via e-protocolo ao Setor de Estágios do Campus e ao Núcleo Regional de Educação.

CAPÍTULO II – DOS CAMPOS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Art. 9º São campos de Estágio Supervisionado obrigatório os contextos formais e não formais de ensino-aprendizagem, organizados pela Universidade Estadual do Paraná – *campus* União da Vitória ou que com ela tenham firmado celebração de convênio ou acordo de cooperação.

§ 1.º Entende-se como contextos formais de ensino-aprendizagem as unidades de Educação Básica públicas ou privadas, bem como o CELEM – Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – e cursos específicos promovidos pelo Colegiado de Letras Português e Espanhol no âmbito do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

§ 2.º Definem-se como contextos não formais de ensino-aprendizagem as instituições sociais, de ensino e de promoção cultural que contemplem em suas diretrizes atividades educativas relacionadas às áreas de conhecimento do curso.

§ 3.º As atividades de estágio ainda poderão ser realizadas no âmbito dos cursos de extensão promovidos pelo Colegiado do Curso de Letras Português e Espanhol ou por outros setores da Universidade Estadual do Paraná Campus União da Vitória, desde que a carga horária dedicada ao estágio não seja duplamente contabilizada em certificação por participação em atividades de extensão.

Art. 10º O Estágio deverá ser desenvolvido durante o período letivo escolar sendo possível ser realizado em mais de uma instituição, conforme previsto no plano de ensino das disciplinas às quais está vinculado.

§ 1.º Fica impedido o acadêmico estagiário de realizar o estágio supervisionado obrigatório no horário compatível com a sua jornada escolar de forma a não prejudicar suas atividades acadêmicas.

§ 2.º O estágio supervisionado obrigatório poderá ser realizado individualmente ou em grupos, desde que haja o aceite da unidade concedente de estágio e conforme definido no plano de ensino da disciplina ao qual está vinculado.

§ 3º Fica impedido o acadêmico estagiário de realizar o estágio supervisionado obrigatório em instituição de educação básica na qual possua vínculo de estágio não

obrigatório ou vínculo empregatício.

§ 4º Fica impedido o acadêmico estagiário de realizar o estágio supervisionado obrigatório em turma da instituição de educação básica na qual tenha vínculo familiar com o professor regente.

Art. 11 À exceção do disposto no §3º, do art. 10º, o acadêmico estagiário que exerça atividade docente regular, com vínculo efetivo, em uma das áreas de estágio supervisionado do curso (no Ensino Fundamental e Médio) poderá solicitar aproveitamento parcial de carga horária do Estágio Curricular Supervisionado em uma das fases do estágio correspondente.

§ 1.º Para obter o aproveitamento parcial de carga horária, o acadêmico deverá apresentar requerimento à Coordenação de Estágio do Curso, incluindo documentação comprobatória de efetivo exercício no Magistério (regência de turma no Ensino Fundamental ou Ensino Médio) de, no mínimo, dois anos. Tal requerimento será analisado pela Coordenação de Estágio em congruência com os docentes de estágio e a decisão registrada em ata.

§ 2.º O deferimento do aproveitamento não isentará o acadêmico estagiário de cumprir as atividades avaliativas inerentes ao plano de ensino da disciplina a qual o referido estágio supervisionado está vinculado, tais como planos de aula, relatórios, e outros.

CAPÍTULO III – DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 12 A Coordenação do Curso tem as seguintes atribuições quanto ao Estágio Supervisionado obrigatório:

- Subsidiar o pleno desenvolvimento das atividades de Estágio Curricular Supervisionado, velando pelo cumprimento deste regulamento.
- Acompanhar o desempenho das funções do Coordenador de Estágio Supervisionado e dos Professores Orientadores das disciplinas de Estágio Supervisionado obrigatório.
- Realizar, sempre que necessário, reuniões com os professores orientadores de estágio para viabilizar e aferir maior qualidade ao Estágio Supervisionado obrigatório do Curso.

Art. 13 São competências do Coordenador de Estágio Supervisionado Obrigatório:

- Orientar e assessorar os professores das disciplinas de Estágio Supervisionado obrigatório.
- Coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pertinentes ao estágio, em conjunto com os demais professores orientadores de Estágio Supervisionado.
- Realizar reuniões com os professores orientadores de Estágio Supervisionado periodicamente.
- Apresentar formalmente, aos acadêmicos estagiários, no início do período letivo, todos os aspectos legais que compreendam o processo de estágio supervisionado obrigatório.
- Acompanhar o efetivo cumprimento do regulamento de Estágio Supervisionado junto ao Curso de Letras Português e Espanhol.
- Analisar os processos advindos dos professores orientadores das disciplinas de Estágio Supervisionado obrigatório no que tange ao desligamento do estagiário do campo de estágio.
- Elaborar e divulgar, juntamente com os professores orientadores de Estágio

Supervisionado, os documentos necessários à formalização, realização e avaliação do estágio.

Art. 14 Ao Professor Orientador/Supervisor de Estágio Supervisionado Obrigatório da IES compete:

- Informar ao acadêmico estagiário sobre as leis que regem o estágio supervisionado obrigatório.
- Organizar o Plano de ensino da disciplina de Estágio Supervisionado especificando as orientações das atividades de Estágio Supervisionado de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso e com o Regulamento de Estágio Supervisionado obrigatório em vigor.
- Orientar os acadêmicos no que se refere ao preenchimento dos documentos concernentes à formalização do estágio supervisionado obrigatório: Termo de compromisso, plano de atividades, registro de avaliação e relatório final institucional.
- Supervisionar o acadêmico estagiário durante a atuação do mesmo no campo de estágio supervisionado.
- Avaliar o desenvolvimento das atividades realizadas pelos estagiários durante todo o Estágio Supervisionado obrigatório.
- Propor ao Coordenador de Estágio, quando necessário, o desligamento do Estagiário do campo de estágio.
- Manter contato sistemático com as escolas, nas quais os estagiários cumprem atividades inerentes ao Estágio Supervisionado.
- Participar dos encontros e reuniões promovidos pela Coordenação de Curso e pela Coordenação de Estágio Supervisionado.
- Cumprir os prazos de entrega dos documentos relativos à formalização do Estágio Supervisionado obrigatório à Coordenação de Estágio Supervisionado do Curso de Letras Português e Espanhol.

Art. 15 À/Ao professor(a) regente compete:

- Fornecer aos estagiários, informações necessárias para a elaboração e execução do projeto de estágio.
- Aprovar os planos de aula considerando a especificidade de cada estágio;
- Preencher os instrumentos de acompanhamento e avaliação que lhe for solicitado pelo Professor Orientador de Estágio.
- Acompanhar efetivamente o desempenho do estagiário, incentivando e apresentando sugestões que venham em seu auxílio, quando necessário.
- Informar a/ao Professor(a) Orientador(a)/Supervisor(a) de Estágio Supervisionado obrigatório qualquer mudança no planejamento ou outras situações que possam comprometer o andamento do estágio.

Art. 16 À/Ao acadêmica(o) estagiário(a) compete:

- Observar e respeitar o previsto no Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Letras Português e Espanhol.
- Definir com o (a) professor(a) orientador(a)/supervisor(a) de Estágio Supervisionado e com o professor orientador do campo de estágio o período e a forma de desenvolvimento, bem como, a elaboração do plano de aula e a aplicação do mesmo.
- Formalizar o Termo de Compromisso Institucional junto à Coordenação

Institucional de Estágio Supervisionado da Unespar/Campus União da Vitória em período antecedente à sua entrada no campo sob pena de ter seu estágio invalidado.

- Aplicar os planos de aula somente mediante aprovação por escrito do(a) Professor(a) Orientador(a)/Supervisor(a) de Estágio Supervisionado e da aprovação do(a) Professor(a) Supervisor(a) do campo de estágio onde o estágio será realizado.
- Entregar os planos de aula com no mínimo de uma semana de antecedência ao Professor do campo de estágio para a devida análise, e, aprovação ou não do planejamento em questão.
- Desempenhar as atividades de Estágio Curricular Supervisionado com ética, responsabilidade e conhecimento, observando as normas de ética profissional no desempenho das suas atividades, cumprindo rigorosamente as datas e horários previamente estipulados.
- Entregar ao Professor(a) Orientador(a)/Supervisor(a) de Supervisionado Estágio Supervisionado da IES, em data previamente fixada, os documentos concernentes à formalização do estágio supervisionado obrigatório.

CAPÍTULO IV – DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Art. 17 A avaliação será parte integrante do processo de formação devendo ocorrer de forma sistemática e contínua durante o Estágio Supervisionado, obedecendo às normas legais vigentes explicitadas no Projeto Pedagógico do curso de Letras Português e Espanhol e preconizadas neste Regulamento.

Art. 18 A avaliação do Estágio Supervisionado Obrigatório fica condicionada à observância dos seguintes aspectos:

- Cumprimento das datas e horários do estágio supervisionado no campo de estágio.
 - Cabe ao acadêmico-estagiário comunicar e justificar com antecedência, ao professor supervisor do campo de estágio e ao Professor(a) Orientador(a)/Supervisor(a) de Estágio Supervisionado Obrigatório da IES, caso não possa participar das atividades previstas.
 - No caso de faltas injustificadas ou abandono de estágio, a regência será interrompida imediatamente, registrando-se a nota e a reprovação em ata lavrada pelo Colegiado do Curso, não cabendo recurso.
 - O processo de avaliação e a nota do aluno deverão ser emitidos de forma conjunta pelo professor supervisor da parte concedente e pelo professor orientador da IES que deverá acompanhar as regências do aluno e informar ao professor supervisor os critérios de avaliação estabelecidos no plano da disciplina de Estágio Supervisionado.
- O acadêmico estagiário deverá atingir a média mínima 7,0 (sete ponto zero), caso contrário, será considerado reprovado e o estágio deverá ser realizado novamente em outro estabelecimento escolar, no prazo de 30 dias mediante protocolo de novo Termo de Compromisso, sendo que o acadêmico estagiário terá direito de refazer seu estágio supervisionado obrigatório apenas uma única vez em cada fase.
 - O acadêmico estagiário, durante a execução da regência de classe, será afastado da regência, mediante parecer do(a) Professor(a) Supervisor(a) do campo de estágio, caso sua atuação ofereça prejuízo

à aprendizagem dos alunos envolvidos. O acadêmico estagiário quando afastado, terá a oportunidade de refazer o estágio em uma nova turma e escola, e se o prejuízo à aprendizagem dos alunos persistir, o estágio será interrompido definitivamente e o acadêmico-estagiário reprovado.

- Nota emitida pelo(a) Professor(a) Orientador(a) Supervisor(a) da IES conforme explicitado no plano de ensino da disciplina a qual o estágio supervisionado está vinculado, que engloba a elaboração das atividades concernentes às etapas do estágio supervisionado de acordo com a especificidade de cada estágio (relatório de observação, planos de aula, relatório de regência, socialização das experiências de estágio, etc.);
- Entrega dos documentos referentes à formalização do estágio supervisionado (Termo de Compromisso, plano de atividades, registro de avaliação e relatório final institucional). O não fornecimento dos documentos necessários referentes à formalização do estágio supervisionado, por parte do acadêmico estagiário, conforme datas previstas, implicará em sua reprovação.

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19 O estágio supervisionado obrigatório do Curso de Letras Português e Espanhol possui modelos e fichas padronizadas elaboradas pela Coordenação de Estágio do Curso que deverão ser observadas e utilizadas pelos acadêmicos estagiários.

Art. 20 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Letras Português e Espanhol, que os comunicará ao Setor de Estágio do Campus, ou, ainda, se for o caso, os encaminhará aos Conselhos Superiores.

Art. 21 Este Regulamento entra em vigor a partir do ano letivo de 2023.

ANEXO B – REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 1º Este Regulamento estabelece as diretrizes e normas básicas para organização e funcionamento do Estágio Supervisionado não-obrigatório no Curso de Licenciatura em Letras Português e Espanhol da UNESPAR, *Campus* União da Vitória, considerando a Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio dos educandos que estejam frequentando o ensino regular; e considerando a Resolução nº. 046/2018 - CEPE/UNESPAR, de 12 de julho de 2018, que dispõe sobre os Estágios não obrigatórios dos Cursos de Licenciatura da UNESPAR.

Art. 2º- Para o funcionamento efetivo deste regulamento consideramos:

- **O Estágio Supervisionado não-obrigatório** no Curso Letras Português e Espanhol na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR - *Campus* União da Vitória, deverá desenvolver atividades educativas em sintonia com os conhecimentos teórico e práticos apreendidos pelo acadêmico durante o período da Graduação em Letras ;
- **O Estagiário** deve estar regularmente matriculado e apto ao desenvolvimento das atividades curriculares;
- **A Unidade Conveniada concedente de estágio** é a entidade jurídica de direito público ou privado, órgão da administração pública e instituição de ensino superior que apresente condições para o desenvolvimento do estágio, previamente conveniada com a instituição de ensino responsável pelo estágio;
- **Interveniente** representada pela UNESPAR, onde o aluno se encontra matriculado, responsável pela homologação do estágio, mediante a avaliação das condições de sua realização;
- **Coordenador Geral de Estágio:** Professor efetivo no *Campus* de União da Vitória, indicado pela Direção do *Campus* e nomeado pelo Reitor da UNESPAR;
- **Orientador de Estágio:** Docente do Colegiado de Letras Português e Espanhol, com aulas atribuídas anualmente para acompanhar e orientar o estagiário. Na falta deste, o estagiário será orientado pelo Coordenador do Colegiado;
- **Supervisor de Estágio:** é o profissional corresponsável pelo acompanhamento e supervisão do estagiário remunerado no campo de estágio, representando a unidade concedente.

§1º. O Estágio não-obrigatório é considerado opcional e não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, sendo considerados os seguintes requisitos:

- Estar matriculado e frequentando o Curso de Letras Português e Espanhol, comprovado com declaração de matrícula atualizada;
- Celebração de Termo de Compromisso entre o estudante, a parte concedente do estágio e a Instituição do Ensino;
- Existência de compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso.

Art. 3º- O estágio curricular não-obrigatório do Colegiado de Letras Português e Espanhol, *Campus* União da Vitória tem como objetivos:

- I. Ampliar a possibilidade de estagiar na área de Letras e vivenciar as atividades profissionais relativas a esse campo do conhecimento.

- II. Preparar os acadêmicos do Curso de Letras para a prática profissional.
- III. Promover a integração social do estudante.

CAPÍTULO II – ADMINISTRAÇÃO DO ESTÁGIO E AS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Art. 4º Os Estágios não-obrigatórios serão articulados envolvendo uma parte concedente e outra interveniente, conforme segue:

§1º. Parte interveniente:

- Constar no Projeto Pedagógico do Curso de Letras Português e Espanhol o Estágio não-remunerado.
- Atribuir carga horária, duração e jornada de Estágio.
- Verificar as condições necessárias para o desenvolvimento do Estágio.
- Organizar, orientar e avaliar o Estágio.
- Acompanhar o Estágio, cuidando para que ele se desenvolva dentro do previsto;
- Instituir serviços de acompanhamento assegurando direitos em especial aos alunos com necessidades especiais.
- Reexaminar os Convênios estabelecidos.

§2º. A Unidade Concedente cabe:

- Possibilitar a experiência teórica prática no Campo das Letras;
- Elaborar e executar com a interveniente um plano de execução de Estágio.
- Propiciar a vivência das situações concretas vividas na escola.
- Designar o Supervisor responsável pelo acompanhamento do plano de atividades do Estagiário.
- As atividades do Estágio deverão estar em sintonia com a formação do Licenciado em Letras Português e Espanhol.
- Cumprir as normas de estágio da UNESPAR, *Campus* de União da Vitória, Colegiado de Letras Português e Espanhol.

CAPÍTULO III – ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

Art. 5º O Colegiado do Curso de Letras Português e Espanhol deverá definir e encaminhar ao responsável pelos estágios no *Campus* de União da Vitória, o interesse e o quantitativo de vagas em estágio não-obrigatório para o ano seguinte.

§1º. Para o estabelecimento de convênios de estágio, será considerado:

- A concordância com as condições de supervisão e avaliação pelo Colegiado de Letras Português e Espanhol do *Campus* de União da Vitória.
- A aceitação e acatamento às normas dos estágios da UNESPAR.
- A existência dos instrumentos jurídicos formalizados por meio de instrumentos celebrados entre UNESPAR, a unidade concedente de estágio e o estudante.
- A existência, no quadro de pessoal, de profissional que atuará como Supervisor de Campo de Estágio, responsável pelo acompanhamento das atividades do estagiário no local de estágio durante o período de sua realização, observada a legislação profissional pertinente.

Art. 6º O Estágio deve propiciar a complementação da Licenciatura em Português/Espanhol do *Campus* de União da Vitória, devendo ser planejado

acompanhado e avaliado conforme os objetivos que consta na ementa do professor orientador.

§1º. O local do estágio será selecionado a partir de cadastro das partes cedentes, sob a organização e autorização do setor responsável pelos estagiários no *Campus* União da Vitória.

§2º. O estágio deve ser realizado em locais compatíveis com os objetivos teóricos práticos do Ensino Português/Espanhol em consonância com o perfil do profissional descrito no projeto pedagógico do curso.

§3º. O acadêmico deve estar segurado contra acidentes pessoais, sob a responsabilidade da unidade concedente do Estágio;

§4º. A jornada para o estágio não pode ser superior a 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais considerando que não pode atrapalhar com os horários de funcionamento do curso.

§5º. Nos períodos de férias escolares, a jornada de estágio é estabelecida de comum acordo entre estagiário e unidade concedente de estágio.

§6º. A duração do estágio na mesma função e na mesma unidade concedente não poderá ultrapassar dois anos, exceto quando se tratar de estagiário com necessidades especiais. (Lei nº. 11.788, de 25/09/2008).

§7º. O estagiário deverá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, ressalvado o que dispuser a legislação previdenciária.

Art. 7º - O estágio proporcionado aos alunos com necessidades especiais deve ser realizado em contexto que atendem os demais estudantes levando-se em conta os seguintes requisitos:

- Compatibilização das habilidades da pessoa com as necessidades educativas especiais às exigências da função.
- Adaptação de equipamentos, ferramentas, máquinas e locais de estágio com acessibilidade física garantida.

CAPÍTULO IV – DAS COMPETÊNCIAS E DOS PROCEDIMENTOS

Art. 8º Em relação aos procedimentos dos Estagiários:

- Buscar uma entidade concedente, conveniada com a UNESPAR, *Campus* União da Vitória.
- Ter assegurado um supervisor de estágios, designado pelo Colegiado do Curso.
- Preencher o Termo de Compromisso e o Plano de Estágio não-obrigatório.
- Obter a aprovação do Plano de Estágio não-obrigatório pelo Coordenador do Colegiado do Curso e a assinatura do responsável pelos estágios no *Campus* de União da Vitória.
- Após protocolado, o Termo de compromisso deve ser retirado no setor responsável pelos estágios no *Campus* e entregue à unidade concedente por ocasião do início do estágio.

Parágrafo Único. Se o pedido de estágio for indeferido, o estudante poderá protocolar outro pedido com as adequações necessárias dentro do período definido pelo Colegiado de Português/Espanhol do Campus de União da Vitória.

Art. 9º O período de prorrogação será concedido mediante pedido formal de Termo Aditivo ao Termo de Compromisso, firmado antes do final da vigência do estágio, juntamente com o plano de Estágio, relativo ao novo período de atividades de estágio e do relatório das atividades já desenvolvidas anteriormente.

Parágrafo Único. O Termo de Compromisso deve ser entregue, obrigatoriamente, antes do final da vigência do estágio, sendo anexado ao processo inicial, para a tramitação de aprovação.

Art. 10º Cabe ao Setor responsável pelos Estágios no *Campus* manter cadastro atualizado de todos os estudantes que estejam realizando Estágio não-obrigatórios e o local onde se encontram.

§1º Cabe ao Coordenador do Curso e de Estágio manter um cadastro organizado de todos os estudantes de seu curso que estão fazendo Estágio, onde, bem como assinar e conhecer o plano de estágio e relatório.

§2º Cabe ao Setor responsável pelos estágios no *Campus* União da Vitória, formalizar e firmar convênios, com análises periódicas verificando a necessidade de renovação, juntamente com o Coordenador de Curso ou de Estágio.

§3º Nesta categoria de Estágio, as atividades a serem desenvolvidas pelos estudantes devem constar no plano de Estágio, elaborado pelo estudante e seu supervisor.

CAPÍTULO V – DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 11º A Avaliação de estágio é parte integrante do processo de organização e acompanhamento feito de forma sistemática e contínua.

§1º. O supervisor e o orientador devem avaliar o desempenho do estagiário de acordo com este regulamento de estágio do Curso de Letras Português e Espanhol.

§2º. Além da avaliação feita pelo supervisor e pelo professor orientador, o estagiário deverá entregar no final de cada ano um relatório completo sobre suas atividades desenvolvidas que descreva sua relação com o Curso de Letras Português e Espanhol.

Art. 12 Os casos omissos no presente regulamento serão resolvidos em conjunto com o Colegiado do Curso de Português/Espanhol do Campus de União da Vitória e o Centro de Área de Ciências Humanas e Educação (CCHE) em conformidade com a legislação pertinente.

ANEXO C – REGULAMENTO DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

AÇÕES CURRICULARES DE EXTENSÃO E CULTURA

Da Legislação e Conceituação

Art. 1º A Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação da UNESPAR dá-se em cumprimento à Resolução 038/2020 – CEPE/UNESPAR, que, por sua vez, atende ao disposto na Resolução Nº 7/2018 - MEC/CNE/CES, que regulamenta o cumprimento da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei nº. 13.005/2014.

Art. 2º As atividades de Extensão articulam-se de forma a integrar as ações de ensino e de pesquisa, com o objetivo de assegurar à comunidade acadêmica a interlocução entre teoria e prática, a comunicação com a sociedade e a democratização do conhecimento acadêmico. Deste modo, os saberes construídos são ampliados e favorecem uma visão mais abrangente sobre a função social da formação acadêmica.

Art. 3º A Curricularização da Extensão foi implantada no curso de Letras Português e Espanhol por meio da adoção de um conjunto de “Ações Curriculares de Extensão e Cultura – ACEC”, que serão desenvolvidos ao longo da formação acadêmica.

Parágrafo Único - De acordo com as legislações acima nominadas, destinou-se uma carga horária de 10% (dez por cento) do total de horas da matriz curricular do curso para serem cumpridas em atividades de extensão.

Art. 4º O objetivo das ACEC é a formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável, por meio do diálogo e da reflexão sobre sua atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

Parágrafo único. A multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são princípios norteadores das ACEC, asseguradas pela relação dialética e dialógica entre diferentes campos dos saberes e fazeres necessários à atuação em comunidade e sociedade.

Da organização das ACEC no Projeto Pedagógico do Curso

Art. 5º De acordo com a Resolução 038/2020 – CEPE/UNESPAR, as atividades de ACEC podem ser desenvolvidas em disciplinas ou em ações extensionistas: programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço, as quais se organizam em 5 (cinco) modalidades. No curso de Letras Português e Espanhol, foi feita a opção pelas modalidades abaixo:

- ACEC I: Disciplina *Fundamentos da Extensão*, ofertada na 1ª série/ 2º semestre/ EaD, com carga horária teórica de 30h.
- ACEC II: Disciplina *Projetos de Extensão em Letras I*, ofertada na 2ª série/ anual/ presencial, com carga horária teórica de 120h.
- ACEC II: Disciplina *Projetos de Extensão em Letras II*, ofertada na 3ª série/ anual/ presencial, com carga horária teórica de 120h.

- ACEC II: Disciplina *Projetos de Extensão em Letras III*, ofertada na 4ª série/ anual/ presencial, com carga horária teórica de 60h.

Art 6º No desenvolvimento das ACEC, é importante destacar os sujeitos envolvidos e a contribuição de cada um deles na execução das propostas, a saber: o professor de disciplina que disponibilizará carga horária para a ACEC; o estudante que executará as ações de ACEC; e o Coordenador de ACEC.

Art 7º Cabe ao professor de disciplina com carga horária para ACEC:

- I. Apresentar no Plano de Ensino qual a Carga horária de ACEC e como será cumprida no desenvolvimento da disciplina;
- II. Encaminhar ao Coordenador de ACEC a proposta de Extensão a ser realizada na disciplina para conhecimento e orientação quanto aos registros;
- III. Providenciar a regulamentação junto à Divisão de Extensão e Cultura no Campus acerca da atividade – projeto, curso ou evento – que será realizada, para fins de certificação dos participantes;
- IV. Acompanhar as atividades em andamento e orientar a atuação dos estudantes sempre que necessário;
- V. Emitir relatório final da atividade realizada, mencionando os resultados das ações propostas.

Art. 8º Cabe ao Estudante:

- I. verificar quais disciplinas desenvolvem as ACEC como componente curricular, atentando para as atividades que estarão sob sua responsabilidade;
- II. comparecer aos locais programados para realização das propostas extensionistas;
- III. apresentar documentos, projetos, relatórios, quando solicitados pelos professores que orientam ACEC;
- IV. atentar para o cumprimento da carga horária de ACEC desenvolvida nas modalidades de programas, projetos, cursos e eventos, disciplinadas no Projeto Pedagógico do Curso;
- V. consultar as informações do Coordenador de ACEC quanto às possibilidades de participação em Projetos e ações extensionistas desenvolvidas no âmbito da UNESPAR, às quais podem ser contabilizadas;
- VI. apresentar ao Coordenador de ACEC os certificados e comprovantes das atividades realizadas a fim de que sejam computadas as horas em documento próprio para envio à Secretaria de Controle Acadêmico, para o devido registro em sua documentação.

Art. 9º Compete ao Coordenador de ACEC, conforme disposto no art.11, da Resolução 038/2020 – CEPE/UNESPAR:

- I. organizar, acompanhar e orientar as atividades da curricularização da extensão efetivadas pelos estudantes dentro deste regulamento;
- II. verificar a execução das atividades de extensão realizadas pelos estudantes em concordância com o PPC;
- III. elaborar um registro dos programas, projetos e eventos de extensão diretamente relacionados às modalidades apresentadas no Art. 5º deste regulamento e divulgar entre os estudantes;
- IV. articular as atividades entre os coordenadores de projetos de extensão e

- docentes que ministram disciplinas com carga-horária de extensão;
- V. registrar as atividades de extensão dos estudantes e emitir relatório final confirmando a conclusão da carga horária nas pastas de cada discente junto ao Controle Acadêmico da Divisão de Graduação.

Do Procedimento para Validação das ACEC

Art. 10º Para o aproveitamento e validação das atividades de ACEC, considera-se necessário:

- I. Para as disciplinas que apresentarem carga-horária de ACEC, o acadêmico deverá ter aproveitamento em nota e frequência;
- II. Para as ações extensionistas realizadas no âmbito da UNESPAR, o acadêmico deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades;
- III. Para as ações extensionistas realizadas em outras instituições de Ensino Superior, o acadêmico deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades.

Parágrafo único. O estudante é o responsável pelo gerenciamento das ACEC, as quais deverão ser cumpridas ao longo do curso de graduação, podendo solicitar ao Colegiado esclarecimentos que julgar necessários, em caso de dúvidas quanto à aceitação ou não de qualquer atividade que não tenha sido prevista pelo Coordenador de ACEC, no âmbito do Curso ou da UNESPAR.

Art. 11 O Coordenador de ACEC emitirá relatórios parciais anuais e relatório final do aproveitamento dos estudantes. Ao final do último ano será emitido relatório individual do estudante para envio à DGRAD para comprovação da conclusão das ACECs e posterior arquivamento.

Art. 12º Em caso de ACEC desenvolvida em disciplinas, o registro do aproveitamento já será computado pela Secretaria de Controle Acadêmico, cabendo ao Coordenador de ACEC apenas fazer os registros na documentação do estudante, para seu controle.

Parágrafo único Caso o estudante não atinja o aproveitamento necessário para aprovação na disciplina que oferta ACEC, não será possível aproveitar a carga horária de projeto na disciplina.

Disposições Gerais

Art. 13º Os casos omissos neste regulamento devem ser resolvidos pelo Coordenador de ACEC, tendo sido ouvidos o Colegiado de Curso e as demais partes envolvidas, em reunião(ões) previamente agendada(s). As decisões desses casos sempre serão registradas em atas, com as assinaturas dos participantes da(s) reunião(ões).

Art. 14 Este regulamento entra em vigor no ano letivo de 2023.

**ANEXO D – COMPETÊNCIAS DOCENTES GERAIS E ESPECÍFICAS
(RESOLUÇÃO MEC/CNE/CP Nº. 02/2019)**